



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

ÁGUAS DO QUOTIDIANO. ESTRUTURAS HABITACIONAIS
ISLÂMICAS NO TERRITÓRIO ALGARVIO.

Maria José Godinho Coelho Belo dos Santos Serra

Tese para obtenção do grau de mestrado em:

Portugal Islâmico e o Mediterrâneo

Especialidade em História de Arqueologia e do Património

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Trabalho efectuado sob a orientação de:

Santiago Augusto Ferreira Macias

2013

Águas do quotidiano. Estruturas habitacionais islâmicas no território algarvio.

Declaração de autoria de trabalho:

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos citados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

(Maria José G. C. Belo dos Santos Serra)

Copyright em nome de Maria José Godinho Coelho Belo dos Santos Serra. A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos.

Devo sincero agradecimento à Dra. Cristina Garcia e ao Centro de Interpretação e Investigação do Património de Cacela, que me forneceram informação preciosa sobre Cacela Velha; à equipa da Archeoestudos, que me disponibilizou prontamente o Relatório Final do Empreendimento do Castelo, em Silves; ao Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira, na pessoa do Dr. Luis Campos Paulo, pela atenção prestada; ao Serviço de Arqueologia da Câmara Municipal de Tavira, pela listagem de intervenções realizadas na cidade e, por último, ao meu orientador, Dr. Santiago Macias, pelo apoio incondicional.

Uma palavra, em memória da Dra. Teresa Júdice Gamito, figura incontornável na génese deste mestrado e verdadeira fonte de inspiração.

R E S U M O

No território algarvio. A partir de uma leitura global das estruturas associadas ao abastecimento de água e ao tratamento das águas pluviais e residuais, questionam-se modos de vida das populações que residiam nos bairros habitacionais do período islâmico.

A vida urbana. Os hábitos e vivências essencialmente relacionados com a intimidade dos habitantes da cidade, com o modo como se relacionaram com a higiene e com a necessidade de convivência colectiva. Os problemas enfrentados no seu quotidiano e as soluções que encontraram para os resolver, os métodos construtivos escolhidos, os condicionalismos geográficos e topográficos a que se adaptaram, os normativos legais que tiveram que respeitar são, entre outros, objecto de estudo.

T E R M O S - C H A V E : saneamento, abastecimento de água, cidade islâmica, bairro islâmico, canalizações.

A B S T R A C T

In the Algarve region. Reading the structures associated with the global water supply and treatment of rainwater and wastewater, we question the lifestyles of people who lived in neighborhoods housing the Islamic period.

Urban life. The experiences primarily related to the intimacy of the inhabitants of the city, with the way they related to hygiene and the need for collective coexistence. The problems faced in their daily lives and the solutions they found to solve them, the chosen construction methods, geographical and topographical constraints, the legal regulations that had to be respected are, among others, the subject of study.

K E Y T E R M S : sanitation, water supply, islamic town, islamic quarter, plumbing.

ÍNDICE

ÍNDICE	4
1 INTRODUÇÃO	6
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA	9
2.1 O Al-Andalus. Singularidade face ao Islão.	9
2.2 O Garbe. Breve caracterização geográfica.	17
2.3 O Garbe. Algumas referências.	19
2.4 O Garbe. Uma perspectiva histórica.	24
2.4.1 Invasão e conquista do território.	25
2.4.2 Período emiral.	31
2.4.3 Período califal.	33
2.4.4 Reinos de Taifas.	34
2.4.5 As dinastias magrebina e a reunificação.	37
3 O ALGARVE ISLÂMICO	39
3.1 A cidade islâmica e as dinâmicas territoriais.	44
3.2 Silves, Faro e Tavira. Alguns dados históricos.	50
3.3 Arqueologia urbana no território algarvio.	58
3.3.1 Silves, Faro e Tavira.	58
3.3.2 Outros aglomerados urbanos no Algarve.	70
4 AS ÁGUAS DO QUOTIDIANO	83
4.1 O abastecimento de água.	84
4.2 O tratamento das águas pluviais e residuais.	89

5 AS ÁGUAS EM SILVES E TAVIRA.	99
5.1 O abastecimento de água.	99
5.2 As águas pluviais.	102
5.3 As águas residuais.	108
6 CONCLUSÕES.	113
BIBLIOGRAFIA.	117

1 INTRODUÇÃO.

Águas do quotidiano. Estruturas habitacionais islâmicas no território algarvio. Este estudo centra-se nas estruturas domésticas relacionadas com o abastecimento de água e o tratamento de águas residuais, inseridas em contextos habitacionais do período islâmico, no território algarvio.

É o ingresso numa realidade longínqua, que há que alcançar para compreender. Sendo inequívoca a influência que a presença islâmica teve na cultura portuguesa, em particular nas gentes e terras do sul, não são de imediata leitura e aceção os testemunhos físicos dessa marca. Tal dificuldade acontece não só pela deficiente divulgação da informação disponível, que indubitavelmente tem melhorado nos últimos anos, mas também por toda uma “desinformação” que acompanhou a educação e formação de gerações que ainda fazem parte da nossa população.

A importância da islamização foi durante muito tempo ignorada pelos regimes governantes em exercício. A igreja e o poder político não aceitavam de bom grado a intervenção destes elementos na sua própria formação. A ligação ao sul subdesenvolvido e não crente era rejeitada e compensada com a propaganda da ascendência e da superioridade anglo-saxónica, em que se revia a nossa fonte privilegiada de influências. Demonstrativo do preconceito que durante demasiado tempo pautou a nossa leitura da história, lê-se no “Guia de Portugal”, de 1927¹: “*A mulher algarvia não prima pela beleza, o sangue mourisco corrompeu-a.*”, ou ainda Chueca Goitia², cujas publicações são ainda basilares no estudo de arquitectura e urbanismo no nosso país, que afirma sobre a cidade e urbanismo islâmicos: “*Esta é uma atitude mais imediata e biológica do que a da cidade*”

¹“Guia de Portugal. Estremadura, Alentejo, Algarve.”, Fundação Calouste Gulbenkian, texto integral que reproduz a 1.ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927, p.203.

² Fernando Chueca Goitia, 1992, “Breve história do Urbanismo”, Editorial Presença, 3.ª edição, p.14.

européia, clássica ou moderna. A casa significa o primado da necessidade individual, e a rua pressupõe que um imperativo superior, que é a exigência da coisa pública, prevaleça sobre a casa. A rua representa a ordem ou lei geral a que se submete o capricho ou a vontade individual. Este imperativo superior faltou nas cidades islâmicas, por pertencerem a uma sociedade primitiva e imperfeita, onde a noção abstracta do bem comum não está desenvolvida.(...)”

Todo este preconceito tem vindo a decair, substancialmente auxiliado por uma súpula de trabalhos e investigações com rigor científico, promovendo leituras de conjunto entre fontes árabes e cristãs da época e ainda os resultados de inúmeras escavações arqueológicas entretanto levadas a efeito e as de que já havia conhecimento. Também é de referir o papel da globalização do nosso planeta, advento dos tempos actuais, que trouxe a enormíssima vantagem da possibilidade de aceder com relativa facilidade a informação e experiências provenientes de todo o mundo. Esta súpula de conhecimentos e de descobertas levou à possibilidade de realizar reconstituições e explicações sobre um passado remoto que, ao criar formas e se constituir em cenários credíveis, passa mais facilmente a fazer parte da nossa história.

O necessário enquadramento da realidade em que acontece o tema em estudo (um pequeno território inserido no al-Andalus no decurso da islamização) para que se possa delinear, com alguma segurança, o tempo e espaço longínquos em que decorreram os modos de vida que aqui são estudados, é apresentada no capítulo 2 – “Contextualização histórica e geográfica”. Ainda na sequência da necessidade de compreender o espaço mais restrito do nosso estudo, surge o capítulo 3 – “O Algarve Islâmico”, em que se analisam as dinâmicas territoriais entre as cidades que se inserem no território algarvio, os dados históricos disponíveis e se apresenta os dados relativos aos trabalhos arqueológicos realizados.

Este estudo iniciou-se com o objectivo de, através daquilo que nos é oferecido ler nos resultados das escavações arqueológicas que puseram a descoberto evidências da ocupação islâmica, detectar algumas das marcas de uma civilização que apresentou elevado grau de urbanidade, a despeito do que foi durante muito tempo afirmado. Havendo necessidade de restringir o objecto de estudo, optou-se pela análise do território

algarvio, por assumida afeição e opção pessoal, bem como por ser, nas últimas décadas, palco de um número bastante significativo de intervenções arqueológicas com resultados evidentes relacionados com o período de interesse, o da presença islâmica no território.

Um bom indicador para mesurar o nível de urbanidade é a capacidade de as pessoas viverem umas com as outras, num espaço razoavelmente limitado e contido, em que necessariamente se partilham coisas, boas e más, em que se adquirem regras e procedimentos, para que essa convivência resulte possível e pacífica. Existe um conjunto de conhecimentos adquiridos, de normativos, de condicionalismos e de experiências meramente empíricas que se reportam ao tema da utilização da água, que importa referir. Tal é abordado no capítulo 4 – “As águas do quotidiano”, em que se procura a apresentação da informação disponível que se revela útil ao nosso tema. Daí que se definiu o conjunto dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, nos bairros residenciais, como uma possibilidade de aferir essa urbanidade e de entender, dentro deste tema específico, os problemas que as pessoas enfrentavam no seu quotidiano e o tipo de soluções que encontravam. Nesse sentido, procurou-se a identificação dos trabalhos arqueológicos que trouxessem maior informação e foram apresentados os casos mais expressivos e mais propícios a reflectir sobre determinados elementos já estudados em algumas investigações já levadas a efeito, quer no nosso país, quer na vizinha Espanha.

Por último, no capítulo 5 – “As águas em Silves e Tavira” procura-se, através da leitura de diversos elementos das duas cidades e comparações com outras, o entendimento das soluções apresentadas e a explicação das mesmas, identificando semelhanças e diferenças, leituras que nos revelem mais sobre o modo de vida destas populações e como faziam face a determinados problemas do quotidiano, que vão culminar no capítulo 6 – “Conclusões”.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA.

“A consciência territorial do espaço geográfico é uma constante na tradição clássica mediterrânica. Desta quase ilha que é a Península Ibérica diz, no século XIII, Al-Hymiari: “O país do Andaluz é de [...] forma triangular. O mar rodeia-o pelos seus três lados: ao sul o Mediterrâneo; a ocidente o Oceano Atlântico; ao norte o mar dos Ingleses, que se contam entre os cristãos.” (Coelho, 1989, vol. I, 42).”³

Apenas foi necessário o intervalo de tempo que medeia os anos 711 e 714 para que a quase totalidade do território da Península Ibérica viesse a fazer parte do grande império do Islão, através de oito longos séculos que culminaram com a conquista cristã de Granada, a 2 de Janeiro de 1492. Refira-se como islamização o processo através do qual, à semelhança do que comumente se define como romanização, o território e a sociedade do território da península ficaram sujeitos à influência dessa nova realidade cultural, que deixou marcas inequívocas e inquestionáveis no património ibérico, dando o seu contributo de forma preponderante na génese daquilo que é hoje a identidade de cada um dos locais ou comunidades que os constituem.

2.1 O Al-Andalus. Singularidade face ao Islão.

Pertencendo a um passado recente algumas visões muito extremadas sobre o papel da civilização muçulmana na Península Ibérica, elas também fazem parte da história e do entendimento de tudo o que se sabe hoje. Reproduzem-se, nesse contexto, algumas

³ Cláudio Torres, 1993, “O Garb-al-Andaluz”, História de Portugal, vol. I, Dir. José Mattoso, p. 363-366. De consultar, sobre a caracterização geográfica do al-Andalus.

palabras de Sanchez-Albornoz⁴, autor de “La España Musulmana” para, à luz delas, tecer algumas considerações muito generalizadas sobre a islamização da Península e em particular sobre a originalidade de algumas das suas características:

“No he sentido jamás sino gran simpatia hacia la España Islámica. Puedo empero afirmar dos convicciones anidadas en lo más hondo de mi mente y de mi corazón. La Reconquista salvó a Andalucía de ser una piltrafa del Islam y de padecer un régimen social y político archisombrio. Y nada hay más dispar de la libertad ansiada por los andaluces de estos días que la organización de las sociedades y de la vida islámica.

Deliciosa imagen la de la Córdoba califal de hace mil años. Pero quien en un salto de magia pudiera acercarse hacia ella, hallaría las almmenas de sus murallas coronadas por los cráneos de cristianos del norte y de rebeldes andaluces. Las tropas musulimes decapitaban a los enemigos muertos, heridos o prisioneros; cargaben sus cabezas en carretas e iban repartiéndolas por las ciudades de Al-Andalus como trofeos de victoria.

Espantan las crueldades que los emires y califas realizaron. En el año 807 tuvo lugar la matanza del Foso de Toledo, en la que cayeron centenares y centenares de moradores en la ciudad del Tajo ante el jovenzuelo hijo de Al-Hakam y futuro Abd al-Rahman II, que tuvo toda la vida un tic nervioso en un ojo por el terror que le produjeron las ejecuciones por él presenciadas.” (...) “El muchacho que presenciación la matanza del 807 subió a la postre al trono. Docenas y docenas de cristianos sufrieron en sus días el martirio.”

“No, amigos andaluces, abandonad vuestra nostalgia por la España islámica. Las maravillas de su cultura, de su ciencia, de su filosofía, de su poesía, de su erudición, de su arte están balanceadas por sus torpezas. Pero, además quiero recordaros fallos graves de su vida social y política.

⁴ Cláudio Sanchez-Albornoz, 2007 (1.ª ed. 1983) “De la Andalucía islámica a la de hoy.”, RIAP, 3.ª edição. p.16-17, 65.

Faltaba a las sociedades hispano-musulmanas, y en general a todas las sociedades islámicas, algo que triunfaba en la España cristiana norteña. Una concepción jurídica de las relaciones entre los hombres basada en el respeto a sus propios y recíprocos derechos. La ciencia, las letras, la técnica, el desarrollo económico no lo son todo en la vida de los hombres y de las naciones. Nunca conocieron los pueblos islámicos, nunca conoció la España musulmana, el sentido y el valor de la libertad política que los cristianos concibieron y lograron. Las ciudades moras andaluzas nunca soñaron en organizarse en municipios libres como los cristianos españoles, y nunca en limitar la autoridad regia; limitación por la que batallaron con éxito los moradors en los reinos norteños de la Península. La sociedad musulmana de España estaba condenada a la esterilidad como las otras sociedades islámicas parejas de Asia y Africa. Ahí están los pueblos musulmanes que han padecido una larga noche de siglos, una larga noite de barbarie, de incultura y han vivido sin gozar de las más mínimas libertades. Ahí están los pueblos islámicos que al despertar de sus tinieblas asombran y espantan al mundo occidental.”

Parece um adequado ponto de partida para a abordagem de alguns temas essenciais no estudo da islamização, como a violência e a tolerância e a tradução desta dicotomia no modo como as populações se islamizaram. O preconceito e a eterna acepção do Oriente por comparação ao Ocidente. A incompreensão de sistemas social e político com génese e estrutura distintas das ocidentais e não assimiláveis apenas por comparação a estas últimas. A repercussão que estas diferentes formas de vida tiveram nas suas cidades e, por último, a questão da mulher.

Como se sabe através de factos históricos, a conquista de territórios na Península Ibérica foi alcançada através de muitas batalhas militares, mas muitas das vezes também através de acordos. Muitas vezes também sucedeu que a entrada dos muçulmanos resultou de consentimentos conseguidos através de negociações com os governantes locais e com a anuência das populações que reagiram de modo pacífico. Uma destas negociações que ficou conhecida na história foi a ocorrida entre árabes e o rei visigodo Teodomiro, que cumoulou em acordo. Em diversos casos, era inclusive permitida às populações recém-conquistadas a manutenção do seu credo religioso, bem como da posse

das suas terras, mediante uma tributação específica a entregar aos novos governantes⁵. Ora a grande parte dos habitantes deste território não veria muita diferença entre pagar impostos a um rei visigodo ou prestar pagamento a um qualquer governante muçulmano. Neste contexto, muitos terão abraçado o Islão (os muladis, população local convertida ao islamismo), podendo dessa forma a escapar a tributação mais pesada. Ainda assim mantinham muito das suas raízes, pois não era de um dia para o outro que acontecia a integral conversão religiosa e cultural. Para além disso, essa conversão poderia ser apenas aparente, motivada por questões estritamente tributárias, sem qualquer convicção ideológica.

A constituição dos contingentes que entraram na Península, ou melhor, que participaram neste movimento de expansão muçulmana, terá sido igualmente um dos factores a facilitar a convivência pacífica entre os residentes e os recém-chegados⁶. A inclusão de cristãos adversários da soberania visigoda neste movimento não aconteceu por convicções religiosas. Certamente não faria sentido ver cristãos ao lado de muçulmanos a lutar contra cristãos. Com certeza estes cristãos que aderiram ao movimento islâmico estariam insatisfeitos com o governo visigodo ou esperariam algo melhor destes novos protagonistas da cena peninsular. Este cruzamento terá levado no final a uma massa humana com diversas origens, motivações e religiões entre vencedores e vencidos o que, à partida, facilitaria a integração de uns e de outros.

A permanência e florescimento de comunidades cristãs no seio desta nova área do império do Islão, algumas delas com poderios locais imensos, é outro dos factores que releva para um clima de tolerância, de miscenigenação cultural e religiosa. Daí que,

⁵ Oliveira Marques 1993, "O "Portugal" islâmico.", Nova História de Portugal, volume II, "Portugal das invasões germânicas à "Reconquista", p.122. "A conquista do Ocidente da Península parece ter sido, em geral, pacífica. As cidades fortificadas, chaves da ocupação do território foram provavelmente submetidas por acordo entre invasores e indígenas, como aliás sucedeu na maior parte da Hispânia. Note-se que o exército invasor não era composto por árabes e berberes apenas. Militavam também neles espanhóis cristãos, adversários, quer de Rodrigo e da sua gente quer até da oligarquia visigoda em geral. Este facto pode ajudar a explicar a facilidade da conquista e da integração da Península no novo "império". As autoridades cristãs teriam permanecido em funções, desde que aceitassem os novos senhores e se dispusessem a cumprir as cláusulas acordadas. Só gradualmente se procederia a uma islamização que, talvez por isso mesmo, nunca se mostrou tão completa como noutras regiões conquistadas."

⁶ Idem.

possivelmente, à parte os governantes⁷, facção pouco representativa, em quantidade, da população, nem tantas rupturas e descontinuidades terão existido entre os vencedores e os vencidos, fazendo no final todos parte de uma população constituída por árabes, berberes, cristãos, muladis, moçárabes, judeus, numa mistura rica de diversidade e de diferenciações locais que constitui em si uma das principais razões da singularidade do espaço do al-Andalus, face ao Islão⁸. O mesmo é dizer que, buscar vestígios ou influências do al-Andalus não é necessariamente procurar elementos islâmicos ou de génese islâmica, mas será talvez mais a detecção de características que reflectam esta grande variedade de protagonistas desse tempo e espaço.

Espaço enclave entre a ávida cristandade do norte e a pressão muçulmana do sul, a origem da sua denominação, “al-Andalus”, não é completamente unânime⁹. Não corresponde a um território preciso, pois ele foi sendo alterado, as suas fronteiras foram sendo movimentadas, preponderantemente no sentido norte-sul, mas conseguiu, ao longo de 8 longos séculos, manter uma identidade que o distingue claramente dos outros e daí a permanência da sua denominação. Assim, o al-Andalus não diz respeito a uma definição territorial precisa ou estática, mas sim a uma realidade espacial singular, correspondente ao espaço resultado das pressões exercidas pelos cristãos a norte e pelos muçulmanos a sul, temperado pela influência moderadora do mediterrâneo e das relações comerciais.

Terão existido, evidentemente, batalhas sangrentas e lutas terríveis, pois senão, como se conquistariam territórios tão vastos àquela data, subjugando-os ou apenas gerindo-os, por um tão longo período de tempo? Mas claro o preconceito que leva ao reparo do “tique nervoso” do relato do massacre de Toledo, numa acção situada do outro

⁷ Alguns dos governantes, ao nível local, eram moçárabes e muladis.

⁸ Cláudio Torres, 1993, “O Garb-al-Andaluz”, História de Portugal, vol. I, Dir. José Mattoso, p. 373. “A grande massa humana que enche as ruas das cidades é, contudo, formada por um colorido mosaico de mercadores, artesãos e antigos camponeses que passaram a hortelãos-jardineiros, vindos dos locais mais díspares e de raízes étnicas muito diferentes. Mais ou menos organizados em comunidades de rua ou de bairro, são eles, por excelência, o corpo definidor e distintivo da cidade mediterrânica. São cristãos moçárabes, que participam regularmente nos ritos e festividades da sua paróquia; são cristãos de culto oriental, monofisita ou adopcionista; são judeus ortodoxos ou já conversos; são sírios, alexandrinos, sicilianos ou malteses de culto muçulmano.”

⁹ Cláudio Torres, 1993, “O Garb-al-Andaluz”, História de Portugal, vol. I, Dir. José Mattoso, p. 363.

lado de uma fronteira, onde igualmente se cometiam os terríveis crimes da cristandade. Ainda assim, estes períodos mais conturbados de guerras permanentes, alternavam com outros, de coexistências pacíficas, de que é espelho o “inimigo generoso tão gentil” de Garret¹⁰.

Voltando às palavras de Sanchez-Albornoz, outra questão que se coloca na análise do espaço do al-Andalus, e aos espaços “orientais” em geral, é a irresistível necessidade de aceder à complexidade e diversidade do Islão, apenas por oposição e comparação à realidade ocidental, fazendo a leitura de acções e factos ocorridos num caldo cultural islâmico, face aos padrões interpretativos de uma realidade totalmente distinta¹¹. Daí decorre, no que respeita ao texto deste autor, o não entendimento das estruturas sociais e políticas do Islão, se julgadas apenas por referência comparativa às estruturas ocidentais. De qualquer forma, a insatisfação que o texto revela face, sobretudo, às políticas e organização dos municípios, ou melhor, das cidades, não terá sequer argumentação que a suporte.

Ao nível administrativo, as cidades hispano-muçulmanas apresentavam algumas figuras que se limitaram a dar continuidade à situação que existia anteriormente: “A própria organização administrativa das cidades islâmicas, com uma hierarquia que compreende o *sahib al-madina*, o *qaid al-kura* e o *qadi*, cargos com competências paralelas

¹⁰ Oliveira Marques (1993, “O “Portugal” islâmico.”, Nova História de Portugal, volume II, “Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”), p.119.

Garret, Dona Branca, II, 15

“Quem é este inimigo generoso,
Que alma tão nobre em peito infiel encerra?

Quem é este guerreiro muçulmano,

Que tão gentil, tão majestoso brilha

Nas pitorescas árabes alfaias

Que o talhe heróico, o altivo porte, a graça

Esbelta, de marcial beleza arreiam?”

¹¹ Edward Said, 2004, “Orientalismo”, p. 1-2. Sobre o orientalismo como estilo de pensamento baseado na diferença estabelecida entre o “Ocidente” e o “Oriente”. “ (...) que chamarei *orientalismo*, um modo de relacionar-se com o Oriente que se baseia no lugar especial que o Oriente ocupa na experiência da Europa ocidental. O Oriente não é apenas um lugar adjacente à Europa; é também a região onde se encontram as maiores, mais ricas e mais antigas colónias europeias, é a fonte das civilizações e línguas europeias, o adversário cultural e uma das imagens mais profundas e recorrentes do Outro. Por outro lado, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) como contraposição à sua imagem, como ideia, personalidade e experiência contrárias à sua. O Oriente é uma parte integrante da civilização e cultura *materiais* da Europa.”

aos do *comes civitates*, do *dux provinciae* e do *judex*, apresenta nítidos paralelos com a administração visigótica.”¹² Nestes termos, o quadro administrativo islâmico não seria assim nem tão distinto do cristão, dado que deu alguma continuidade a uma origem comum, nem tão pouco liberal.

Na verdade, uma das singularidades observadas nas políticas administrativas urbanas no al-Andalus remete, precisamente, para o oposto. Isto é, a organização destas cidades baseava-se na primazia do direito privado sobre o interesse público que pudesse ser determinado pela autoridade governativa urbana. Deste modo, falta de liberdade, pelo menos do ponto de vista da acção sobre a cidade, em termos comparativos com a realidade cristã, não existiria. Até muito antes pelo contrário, assiste-se a um extremar do exercício do direito privado, em sistema absolutamente liberal. Embora normalmente se procurasse garantir a salvaguarda do direito de terceiros (promover o exercício do direito de propriedade sem causar prejuízo a outrem, de acordo com a escola malekita), numa atitude de respeito pelo outro que também vem contrariar a ideia do texto. A valoração das acções de carácter privado foi uma realidade que se encontra largamente atestada.

Segundo Van Staevel¹³, esta relação entre o público e o privado remonta aos primórdios do Islão, com origem nas cidades do Próximo Oriente, onde o individualismo tem prioridade sobre os interesses do Estado: “(...) *La influencia de la cultura urbana del Proximo-Oriente, en cuyas ciudades funcionaban las nociones de propiedad individual, de responsabilidad individual y de relaciones sociales fundadas sobre las relaciones contractuales existía ya claramente antes de la irrupción del Islam en el siglo VII. Por otra parte, las guerras de conquista y sus consecuencias, el proceso de urbanización ligado a la instalación de los conquistadores árabes en ciertas ciudades y la constitución de un inmenso imperio mercantil, alimentado por una incesante actividad artesanal que respondía ella misma a las nuevas necesidades nacidas de la emergencia de nuevos centros de poder y a la expansión de las élites urbanas, que tendían a favorecer la reducción de las*

¹² Santiago Macias, 1993, “Resenha dos factos políticos”, História de Portugal, vol. I, Dir. José Mattoso, p. 417.

¹³ Jean-Pierre Van Staevel, 2001, “Influencia de lo jurídico sobre la construcción, análisis d’Ibn ab.Iman al. Tutlîf (Tudela, final del siglo X).”, in “La ciudad medieval : de la casa al tejido urbano.” (Coord. Jean Passini), p. 227-228.

formas comunitarias de propiedad en beneficio del individuo propietario. El derecho musulmán emana de esta sociedad urbana del Próximo-Oriente y refleja claramente los aspectos prácticos y representativos de los especialistas privados que lentamente lo han ido elaborado; él refleja sus intereses, el del individuo libre, propietario, apto para establecer contratos con el otro, y no, en prioridad, los intereses del Estado.” Este tema, o do direito muçulmano observado nas suas noções de propriedade e, consequentemente aplicado ao urbanismo, interessa particularmente a este estudo, porque explica em parte a aparente desordem urbana de algumas cidades islâmicas, que resulta precisamente da prevalência da coisa privada sobre a coisa pública.

Ainda de acordo com o texto de Sanchez-Albornoz, *“Las ciudades moras andaluzas nunca soñaron en organizarse en ibrésios ibrés como los cristianos españoles, y nunca en limitar la autoridad regia(...)”*. Ainda quanto a esta alegada incapacidade de afrontar os governantes, há que argumentar, em sentido contrário, todo o conjunto de rebeliões, revoltas e autonomias de que o espaço ibérico foi cenário, ao longo de toda a islamização. Aliás, a própria génese do al-Andalus, alimentada por uma dissidência relativamente ao centro do poder do império, através da criação do emirado Omeida em ruptura total com a capital Abássida consubstancia duas ideias: por um lado, mais uma das singularidades deste espaço, que em relação a tudo parece querer criar autonomias, por outro lado, a confirmação de que afinal estes muçulmanos eram capazes de limitar a “autoridad regia”.

Estas singularidades são por si só importantes pela verificação de ausência de influências direccionadas a partir de uma única e determinada proveniência, ou inequívocas, geradas por algum governo polarizante, quer do império face ao al-Andalus, quer do al-Andalus face ao Garbe, face a Ossonoba, face aos governos locais, inclusive dos governos locais face às suas populações. Toda esta rede de “autonomias” e especificidades locais leva a algum distanciamento face a comportamentos ou actuações tipo ou padrão, isto é, leva também a uma certa especificidade na apropriação dos “modelos” islâmicos e na sua aplicação.

2.2 O Garbe. Breve caracterização geográfica.

Não foram apenas os 5 séculos de ocupação islâmica que deixaram as marcas dessa civilização no território. A troca de influências acontece desde então, desde muito antes e seguramente depois e até aos nossos dias. Esta troca é muitíssimo potenciada pela situação geográfica deste pedaço de extremo ocidental peninsular cuja configuração, para além do contributo essencial nas diversas etapas do percurso histórico dos vários povos idos e vindos, sempre favoreceu a troca de experiências e de vivências, essencialmente baseadas nas relações comerciais e no contacto com o mar aberto.

O al-Andalus, numa perspectiva essencialmente geográfica, pode dividir-se em dois: o ocidental (o Garbe) e o oriental (o Sharq). O Garbe com fronteiras que não se apresentam muito claras, pelo que o clima surge como um dos factores de diferenciação. *“A Espanha ocidental – o Garbe – é aquela em que os rios correm para o Atlântico e em que as chuvas são comandadas pelos ventos do oeste.”*¹⁴ O Atlântico, na sua imensidão, define a sua fronteira ocidental com firmeza, ainda que, segundo Cláudio Torres¹⁵, esta fronteira assumia três situações distintas que resumidamente se podem definir como a do litoral algarvio, a fachada atlântica daí até Lisboa (Cabo da Roca) e a restante para norte. O “mar Tenebroso”, era absolutamente temido pelos povos do mediterrâneo, habituados a navegar em águas calmas de mares interiores, com os acessos a terra sempre próximos.

“Desde os mares bonançosos do Sul e arribas da Estremadura até aos limites da bacia setentrional do Tejo, temos mais ou menos enquadrado, um território, um espaço geográfico.(...)”

Temos assim, a oriente, uma linha de demarcação para o Garb-al-Andaluz. Partindo da foz do Guadiana, cujo largo estuário é uma fronteira natural, a linha divisória

¹⁴ Cláudio Torres, 1993, “O Garb-al-Andaluz”, História de Portugal, vol. I, Dir. José Mattoso, p. 366.

¹⁵ Idem.

contorna o termo do antigo reino de Niebla – que sempre esteve mais ligado a Sevilha do que ao Algarve – e segue para o norte, pelas cumeadas que separam a bacia do Guadiana das águas do rio Tinto e seus afluentes. Inflectindo para leste, esta divisória parece ter sido reavivada pela actual demarcação provincial entre a Andaluzia e a Estremadura.

Podemos, portanto, concluir que a fronteira antiga da Lusitânia se mantém quase inalterável durante o Islão, quando os contornos da kura de Beja seguem, de um modo geral, os limites do antigo conventus Pacensis. Sem nunca ter tido qualquer expressão administrativa sobre o Islão, o Garb-al-Andaluz surge, no entanto, desde muito cedo como um território nitidamente individualizado, apesar da sua diversidade regional. Em todos os movimentos de cariz descentralizador, o Garbe desempenha sempre no al Andaluz um papel activo de constante cumplicidade entre os cinco territórios geo-históricos que o constituem: o termo de Coimbra, com Montemor-o-Velho e todo o Baixo Mondego; o estuário do Tejo, constituído pelos centros agregadores Lisboa-Sintra e Santarém; o Alto Alentejo, que unifica Badajoz, Évora e Alcácer do Sal no mesmo eixo leste-oeste; o Baixo Alentejo, com Beja, Aroche e Mértola; e finalmente o Algarve, antigo termo tardo-romano de Ossónoba, que mais tarde se vai repartir entre Santa Maria de Faro e Silves.”¹⁶

Embora geograficamente Atlântico, o mar que banha o Algarve diferencia-se muito de outro Atlântico hostil. A área de mar correspondendo ao Golfo de Cádiz ou do Algarve é a desembocadura do mar mediterrâneo, e a sua configuração e a natureza das suas águas desde sempre a tornaram local privilegiado para a navegação e para as trocas comerciais. Esta sua virtude vai assumir particular importância na definição das dinâmicas territoriais da área continental, por promover um desenvolvimento que pende favoravelmente no sentido sul do território¹⁷.

¹⁶ Idem, p. 366, 368-269.

¹⁷ Idem, p. 392-393. “Se um dia de marcha pode cobrir os 30 ou 40 quilómetros, um dia de mar, com vento de feição, galga centenas de milhas: uma viagem entre Mértola e Sevilha por terra demorava 4 dias e por mar pouco mais de uma jornada de sol a sol.” “ Nas costas meridionais do Garb-al-Andaluz estende-se uma enorme enseada, cujos extremos são a Ponta de Sagres e o porto muçulmano de Salé (...) era sempre muito mais rápido e seguro viajar de Tavira ou Faro para Arzila, Salé ou Málaga do que para Lisboa.”

2.3 O Garbe. Algumas referências.

A ideia de Idade Média, durante muito tempo, foi sinónimo de nostalgia relativamente à crise e queda do império romano, sinónimo de época obscura de transição. A obscuridade, de certo modo, mantém-se, não pela definição do que foi esse período histórico, mas precisamente pela sua indefinição, isto é, pela escassa informação existente. Os dados históricos e estudos sobre o tema, mais recentes, remetem para que a transição entre a Antiguidade tardia e a Alta Idade Média se tenha processado com relativa homogeneidade e continuidade, ainda que com a influência já admitida dos caracteres vertidos pela islamização. Terá havido alguma continuidade cultural nas transições que se foram verificando no território, não se identificando com clareza muitas situações de ruptura entre o ido e o vindouro.

Se até há pouco tempo, como já foi referido, se aceitavam como primordiais na nossa cultura as influências das invasões germânicas¹⁸, responsáveis pelas alterações à herança latina, já Henri Pirenne (1937) vem propor que essas alterações sejam antes provenientes dos árabes. Em alguns textos, este autor apresenta os árabes como um “cataclismo cósmico” que atingiu o mediterrâneo, não se lhe afigurando como portadores de uma mudanças progressivas e harmoniosas com o passado. Aliás, afirma que o mediterrâneo, eterno factor de união entre as suas margens norte e sul vai, pela mão dos árabes na expansão do Islão, auxiliar a promover a cisão entre o Ocidente e o Oriente¹⁹: *“O mar íntimo e quase familiar que reunia todas as partes do Império [o romano] vai formar uma barreira entre elas. Em todas as suas margens, desde há séculos, a existência social, nos seus caracteres fundamentais, era a mesma, a religião a mesma, os costumes e as ideias os mesmos ou muito próximos de o serem. A invasão dos bárbaros do Norte não modificara nada de essencial nesta situação. E eis que subitamente os próprios países onde*

¹⁸ Helena Catarino, 1997/1998, “O Algarve oriental durante a ocupação islâmica”, in “al-‘ulyā”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé”, n.º6, p. 24.

¹⁹ Henri Pirenne, 1989, “As cidades da Idade Média.”, Publicações Europa-América, Colecção Saber, Lisboa, p. 30-31.

nascera a civilização lhes são arrancados, o culto do profeta substitui-se à fé cristã, o direito muçulmano substitui o direito romano, a língua árabe toma o lugar da grega e da latina. O Mediterrâneo fora um lago romano; tornou-se, na sua maior parte, um lago muçulmano. Doravante, separa, em vez de unir, o Oriente e o Ocidente da Europa. Rompeu-se o laço que ainda ligava o Império Bizantino aos reinos germânicos do Oeste.” Na verdade, Pirenne não afirma não ter existido influência dos povos germânicos, apenas refere que estes deram continuidade ao que encontraram, o que já não acontece na sua interpretação da islamização. Se por um lado introduz uma ideia que vem ajudar à compreensão da evolução histórica, ao apontar o papel dos árabes no aporte de influências à “cultura ocidental”; em simultâneo introduz outra, que aponta para uma ruptura do Islão com o mundo da antiguidade clássica.

No que concerne ao nosso país, foi apenas com o Romantismo, no séc. XIX, que surgiu o gosto pelas tradições medievais, quer ao nível da literatura de ficção, quer ao nível da historiografia, com um ponto alto em Alexandre Herculano. De destacar o trabalho do arabista David Lopes, sobretudo na análise dos árabes na obra de Alexandre Herculano, ou sobre a sua intervenção sobre o domínio árabe na “História de Portugal” de 1928. A recolha de vestígios deste passado histórico tem um grande impulso pela mão de Leite de Vasconcellos²⁰. Surgem a partir desta altura, estudos sobre toponímia, numismática e epigrafia dos árabes no nosso território.

A partir de finais do séc. XIX e durante o início do século que lhe segue, aumenta a produção de estudos regionais, que culminam na publicação de monografias, que denotam já algum cuidado em atribuir elementos de estudo ao período de ocupação árabe. De salientar aqui a obra de Athaide de Oliveira, com a profusão de estudos regionais sobre o Algarve, com diversas monografias de cidades e vilas da região, bem como a compilações de lendas de mouras encantadas.

O ponto de viragem para os trabalhos de arqueologia algarvios surge com Estácio da Veiga. Tendo sido nomeado oficialmente para fazer, em 1876, o levantamento de restos

²⁰ Funda em 1893 o Museu Etnológico, em 1889 a “Revista Lusitana” e em 1895 “O Archeologo Português”.

de monumentos antigos que haviam sido descobertos após um período de chuvas, no Baixo Alentejo e Algarve, elabora, em 1880, um estudo monográfico sobre Mértola e inicia a carta arqueológica do Algarve²¹.

O interesse crescente pelos assuntos relacionados com a islamização leva à realização, em 1892 do Congresso Internacional de Orientalistas, em que já surge um trabalho sobre a cidade de Silves. A divulgação de achados do período árabe faz-se essencialmente através de duas publicações periódicas: “O Archeologo Português” e o “Arquivo de Beja”, a partir de 1944. Em Portugal, os trabalhos de numismática, relativos a achados de moedas do período árabe, seguem com David Lopes (1895), Manuel F. de Vargas (1907), Leite de Vasconcellos (1895), José de Carvalhaes (1911) e já mais recentemente, com Figanier (1949 e 1959). Relativamente à epigrafia árabe, os primeiros trabalhos são realizados por espanhóis, em que se destaca Amador de los Rios, que publica em 1883 uma obra de síntese sobre o território peninsular. Voltamos a falar de David Lopes, que publica em 1896 epigrafia de Beja e Mértola. A partir de 1940, é Nykl que promove a divulgação em diversas publicações de inscrições árabes provenientes de Lisboa, Moura, Évora Mértola e Faro.

As primeiras referências a achados cerâmicos e outras peças avulsas resultam de trabalhos realizados no Alentejo e Algarve e são publicadas por Santos Rocha, Bernardo de Sá e Leite de Vasconcellos. Entre estes três estudiosos, são recolhidos vários achados no Algarve²²: *“(...)Santos Rocha (1895) refere a existência de achados em Faro, designadamente candeias, elementos decorativos e objectos de adorno. Em 1904 publica no tomo I do Boletim da Sociedade Archeológica Santos Rocha uma notícia sobre cerâmica e silos árabes encontrados em Bensafrim e Mexilhoeira Grande (1904). Bernardo de Sá (1906) elabora um relatório sobre cerâmica vidrada e não vidrada, de recolhas em*

²¹ Refira-se a edição da Câmara Municipal de Silves e do Museu Nacional de Arqueologia, do 5.º volume de “Antiguidades Monumentais do Algarve”, de Estácio da Veiga, com a divulgação de inéditos do autor, em 2006.

²² Helena Catarino, 1997/1998, “O Algarve oriental durante a ocupação islâmica”, in “al-‘ulyā”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé”, n.º6, p. 24-30.

Portimão, Silves e Loulé. Leite de Vasconcellos (1902) descreve algumas candeias de barro, e uma metálica, encontrada na freguesia de Cacela (provavelmente na área do sítio da Quinta do Muro), próximo de uma necrópole cujas sepulturas estavam cobertas por lajes e por telhas (ibid.:1900)."

A partir da década de 40 (do século XX), a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais iniciou um conjunto de intervenções em castelos e recintos fortificados medievais, sem que tivesse existido um adequado acompanhamento arqueológico e científico destas acções. Terão existido grandes movimentações de terra que eliminaram de modo irreparável alguns níveis arqueológicos importantes. O espólio dos restauros destes anos foi sendo conservado em arrecadações de diversos museus ou em algumas colecções particulares, de modo não organizado, sendo a sua proveniência impossível de determinar. Não se poderá aqui deixar de referir igualmente, como moderna, a intervenção arrasadora levada a efeito na Alta de Coimbra para implantação da Universidade, que nivelou irremediavelmente todo o corpo histórico daquele sítio, feito planalto à força.

Entretanto, surgem os trabalhos de Abel Viana, dedicados principalmente ao Alentejo, sobre vestígios visigóticos e islâmicos, publicados no Arquivo de Beja. A ele se ficam a dever os primeiros trabalhos sobre Castro da Cola, em Ourique. É Abel Viana que apresenta pela primeira vez, em planta, estruturas defensivas e habitacionais do período islâmico, para além do seu espólio arqueológico.

A partir de meados da década de 70, surge um novo impulso, com um conjunto de arqueólogos que trazem maior dinâmica, quer no trabalho de campo, quer no trabalho de investigação, ao estudo do período islâmico, muito embora se centrassem essencialmente no espólio cerâmica. Entre outros destacam-se Rosseló-Bordoy, Juan Zozaya e André Bazzana, com variadíssimas publicações. A participação portuguesa nesta área era ainda muito pequena, mas em crescimento²³.

²³ Helena Catarino, 1997/1998, "O Algarve oriental durante a ocupação islâmica", "al-'ulyā", Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé", n.º6, p. 24-30.

Até há cerca de 15 anos atrás, a produção científica na área da arqueologia e história relacionados com o período da islamização em Portugal era muito escassa e localizada. A sul, os focos de produção eram essencialmente Silves e o Campo Arqueológico de Mértola; o primeiro com os trabalhos de Rosa Varela Gomes e o segundo, não só com trabalhos de história e arqueologia de elementos que o integram²⁴ mas sobretudo através da publicação de diversos textos relacionados particularmente com a época medieval e o período islâmico, com papel de destaque para a revista “Arqueologia Medieval”, editada através do Campo Arqueológico de Mértola.

Merecem igualmente referência os trabalhos realizados ao nível da produção de Histórias de Portugal, sobretudo no que respeita ao período visigótico e islâmico, com particular relevância para os dirigidos por Joel Serrão e Oliveira Marques (“Nova História de Portugal”), os coordenados por José Mattoso (“História de Portugal”) e por João Medina (“História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias.”).

Refira-se ainda o trabalho de síntese de Mário Barroca, “Epigrafia Medieval Portuguesa” (1995), em que se destacam duas inscrições do séc. XIV, que atestam a presença de muçulmanos nesta data em Lisboa e Moura. No que respeita ao restante panorama, até há cerca de década e meia atrás, como já se disse, a produção científica era pequena e pontual, embora começassem a surgir escavações arqueológicas mais disseminadas, resultado de projectos de valorização de centros históricos ou de valorização de castelos ou estruturas defensivas. Surgem igualmente algumas escavações de emergência, resultado de estudos de impacte ou de execução de construções²⁵ que põem

²⁴ De destacar o trabalho realizado por Santiago Macias sobre o bairro habitacional da alcáçova de Mértola, primeiro o resultante da dissertação de mestrado (1996) e outro sobre a exposição “Mértola, o último Porto do Mediterrâneo” (2005).

²⁵ Esta possibilidade de intervenção arqueológica em sede de operações urbanísticas levadas a efeito por entidades públicas ou privadas, ainda que com tempo limitado e com carácter de urgência, surge em consequência de uma maior sensibilidade das políticas urbanísticas de aplicação imediata ao planeamento municipal. Deste modo, sempre que os Planos Directores Municipais de cada concelho o determinem, após definição do que são as áreas “arqueologicamente sensíveis” dentro da área a que dizem respeito, qualquer obra de construção civil, de intervenção em arruamentos, de terraplanagens ou acção análoga que incida nestas áreas classificadas, encontra-se sujeita a prospecção arqueológica prévia. Caso se verifique o interesse, esta prospecção pode derivar para uma efectiva intervenção arqueológica. O conflito natural daqui resultante entre os interesses da investigação científica e os das entidades promotoras das operações urbanísticas, leva a que o tempo da intervenção seja de facto limitado e muito redutor da qualidade dos estudos. De

a descoberto níveis arqueológicos de interesse. Outras decorrem no âmbito específico de alguns trabalhos científicos para elaboração de teses de mestrado ou doutoramento.

Quanto à produção de trabalhos desde esta época até aos nossos dias, tem vindo a ser progressivamente mais variada e numerosa, sendo que alguns deles serão mais tarde abordados, a propósito de locais precisos a propósito do presente estudo.

2.4 O Garbe. Uma perspectiva histórica.

Segundo C. Picard, a islamização, orientalização ou arabização do espaço do Garbe al Andalus só terá tido início, sob a orientação do centro difusor, a capital Córdova, a partir do final do séc. IX. Também para P. Guichard, até ao séc. X, terão coexistido essencialmente dois tipos de grupos: por um lado os árabes e berberes, com a prática de uma sociedade tribal de tipo oriental, por outro lado, os cristãos e moçárabes, com uma prática ocidental, baseada na tradição romana e visigótica. Na estrutura social e familiar árabe, as relações de parentesco eram do tipo patrilinear, pelo que era promovida uma rígida endogamia de linhagem, muito diferente da situação ocidental. Esta dicotomia vai verificar-se também em termos territoriais, já que se vai acentuar o processo de islamização sobretudo a sul, onde terá existido uma maior assimilação dos grupos árabes e berberes, enquanto as regiões ao centro registam uma intensa ocupação moçárabe, como tal mais resistente a este processo de aculturação.

Embora se verifique esta diferenciação, quanto à intensificação da islamização no território do Garbe, relativamente ao norte/centro e ao sul, surgem também diferenciações ao longo do período histórico, isto é, o processo de islamização não foi automático nem homogéneo, nem no espaço, nem no tempo. Este curso histórico, divide-

qualquer forma, é já um grande passo dado, na possibilidade de intervencionar áreas de interesse que antes estavam vedadas pelos particulares.

se em alguns períodos, cuja classificação varia um pouco de autor para autor. De acordo com proposta por Helena Catarino²⁶, o período da islamização divide-se em:

“1. invasão e conquista do território;

2. período emiral, de domínio omíada, perante o domínio abássida no Oriente, onde se incluem as várias rebeliões internas do século IX, com destaque para as verificadas na região do Garbe;

3. pacificação e consolidação do território durante o período califal, correspondendo ao apogeu do poder centralizador de Córdova e ao desenvolvimento económico, artístico e cultural;

4. fragmentação do poder central e domínio das regionalizações em múltiplos reinos de taifas, destacando-se, no Garbe, os de Mértola, de Ossónoba e de Silves;

5. reunificação de al-Andaluz nos impérios norte-africanos, primeiro com os almorávidas e, finalmente, com os almóadas, acentuando-se a dicotomia Reinos Cristãos / Estado Islâmico e as lutas de cariz religioso.”

2.4.1 Invasão e conquista do território.

A situação peninsular sob governo visigótico, era palco de grave instabilidade política ocasionada principalmente pela sucessão e hegemonia do poder e por políticas desadequadas e fracassadas. A insatisfação das populações, com elevadas cargas tributárias, permanente alvo de injustiças sociais e vítimas de alguns cataclismos naturais e doenças epidémicas, contribuiu certamente para o encadeamento de acontecimentos que se seguiu. Atente-se na descrição da situação que antecedeu a islamização peninsular, por Oliveira Marques²⁷:

²⁶ Helena Catarino, 1997/1998, “O Algarve oriental durante a ocupação islâmica”, in “al-‘ulyā”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé”, n.º6, p. 62.

²⁷ Oliveira Marques (1993), “O fim de uma época (680-710).”, Nova História de Portugal, volume II, “Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”, p.112.

“ Mas tal como na Gália merovíngia, o declíneo era aparentemente mais profundo do que uma simples crise de regime e de sucessão de reis sem personalidade.

A população diminuía com o regresso das calamidades naturais que pareciam ter-se rarefeito anteriormente. A Hispânia sofreu uma terrível fome no reinado de Ervígio, em 680, seguida de uma recrudescência das epidemias de peste que ceifaram gerações.

Muitas terras cultiváveis foram deixadas em baldio e a miséria agravou-se, a ponto de ser necessário dispensar os camponeses de pagar os impostos atrasados.

A falta de braços explicou uma série de medidas opressivas, arrancadas ao poder pelos poderosos. As alforrias tornaram-se mais raras; os camponeses passaram a estar mais ligados à gleba com sanções cruéis a punirem os recalcitrantes. A diminuição do colunato explicou a presença de escravos em antigas tenências livres, mesmo no exército, onde atingiram 10% dos efectivos!

A recessão atingiu todos os sectores da economia com acuidade variável. Os mercadores desertaram dos grandes itinerários comerciais, da maior parte dos portos e dos mercados da Península. A moeda, outrora tão forte, enfraqueceu.(...)”

A perseguição exacerbada que foi exercida junto dos judeus trouxe também grande insatisfação à população em geral, cristã e de brandos costumes, tal como foi também um grande foco de instabilidade social e económica. Ao subtrair o importante papel que os judeus desempenham tradicionalmente e por vocação, junto das finanças das comunidades em que se integram, terá sido por certo um dos motivos da decadência económica que se seguiu. Ainda segundo O. Marques²⁸:

“Mesmo os recém-convertidos, os “antigos Hebreus”, se tornaram suspeitos, acusados de má fé e constrangidos à prática humilhante da confissão pública, associada a uma profissão de fé e ao reconhecimento das suas culpas passadas (Toledo VI em 638). Chegou-se, assim, muito naturalmente, ao confisco dos bens, à proibição do trabalho e do encontro com estrangeiros, e à redução à escravatura dos irreductíveis (694). Estas medidas

²⁸ Idem, p. 113-114.

eram mal aplicadas e mal aceites pela população cristã; destruíam uma vida espiritual e cultural hebraica intensa, empobreciam ainda mais o país e criavam um clima de desconfiança, de “perfídia execrável” que comprometeu a segurança do reino no momento da invasão muçulmana”.

Muitos destes judeus, perseguidos, fugiram para o Norte de África, onde lhes foi oferecida liberdade de culto pelos muçulmanos que aí haviam chegado, nos desembarques de 710 no Estreito de Gibraltar, e pelos autóctones berberes. A tolerância religiosa, ou a ausência dela, vai ser sempre um factor determinante no desenrolar dos acontecimentos ao longo deste período da islamização, bem com os que imediatamente o precedem e seguem. O que é de salientar nesta evidência é o facto de a maior tolerância religiosa face a credos diferentes surgir invariavelmente do lado do Islão, ao contrário do fundamentalismo que muitas vezes lhe é atribuído. Não cabe aqui aferir das razões dessa tolerância. Provavelmente pode nem ter um verdadeiro fundamento religioso ou espiritual, mas tão somente a necessidade de forjar uma tolerância, motivada por interesses económicos e comerciais, que propicie um clima de paz onde as trocas comerciais possam exercer tranquila e proveitosamente as suas dinâmicas²⁹.

A invasão e conquista da Península Ibérica foi organizada precisamente no Norte de África. O delegado do governador da Ifríquia (actual Tunísia), Tariq Ibn Ziyad e o representante do califa omíada de Damasco, o general Musa, ambos participam nestas movimentações iniciais no processo de invasão territorial. Muito se tem escrito sobre a génese e propósitos deste movimento. Desde atribuir-lhe carácter accidental, resultante de uma série encadeada de acasos, à atribuição de missão guerreira de expansão do Islão, várias têm sido as versões defendidas por diversos autores. Vamos aceitar a versão

²⁹ Cláudio Torres, 2004, “La civilisation andalouse, la tradition méditerranéenne et la tolérance. ”, “Atlântico, Portugal, Espanha e Marrocos, O Mediterrâneo e o Atlântico.” Teresa Júdice Gamito (Coord.), UALG, p. 110-111. “Par contre, dans le sud, les mécanismes idéologiques de l’échange et du commerce favorisent l’approximation entre les personnes qui ont des cultures et des croyances différentes et rendent plus faciles les gestes du voisinage et de la sociabilité.(...) Dans les sociétés marchandes, les actes de négociation ont une priorité naturelle sur les actes de guerre. La négociation et, dons, la notion de paix, font partie de leur propre nature.”

plausível de que terá sido uma manobra militar planeada, com o objectivo de expandir o islamismo religião e a própria extensão territorial do império.

Esta entrada dos contingentes chefiados pelos muçulmanos parece ter sido, em traços gerais, pacífica. Tal como foi já referido, para além de algumas batalhas e confrontos, após o início da conquista que se consumou com sucesso com a Batalha de Guadalete, alcançou-se a paz através da celebração de acordos que permitiam aos “vencidos” permanecerem nas suas terras e até mesmo manterem o seu culto religioso, ainda que distinto do reinante, mediante especial tributação. Claro está que esta tolerância tinha os seus proveitos para os muçulmanos, pois os seus contingentes não eram suficientemente numerosos para povoar o território e necessitavam para tal das populações locais. Necessitavam também das suas prestações fiscais e da sua produtividade nos campos e nas cidades. Era uma solução concertada.

Para além destas razões de necessidade, outras houve que auxiliaram à integração entre os vencedores e os vencidos: as tropas que entraram no espaço peninsular eram maioritariamente formadas por árabes e berberes (“... um exército de doze mil combatentes, dos quais dez mil eram berberes, dois mil árabes e setecentos negros.”³⁰), mas juntaram-se-lhes cristãos descontentes com a decadência do regime visigodo, pelo que deixou de existir grande diferenciação entre vencedores e vencidos ao nível das populações. Nestes termos, a integração pacífica foi um facto que durou algum tempo, através da manutenção das linhas gerais da sua administração, com a permanência até de alguns governantes locais cristãos no poder, mediante a negociação e acordo de contrapartidas.

Cerca de 712, após os sucessos verificados, terão sido reforçados os exércitos muçulmanos no exercício da conquista, tendo o próprio governador da Norte de África acompanhado a incursão de um exército de cerca de 18000 muçulmanos, desta vez na sua

³⁰ Helena Catarino, 1997/1998, “O Algarve oriental durante a ocupação islâmica”, in “al-‘ulyā”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé”, n.º6, p. 65.

maioria composto por árabes³¹, muitos representantes da aristocracia de descendência do profeta e muitos iemenitas.

A paz parece reinar até cerca de 740, quando se iniciam uma série de rebeliões e revoltas que vão lentamente alimentando o movimento da Conquista Cristã. Não interessa ao presente estudo, particularmente centrado nas questões ligadas à vida quotidiana das populações, a pormenorização dos movimentos e acontecimentos de estratégia militar e política, que são muitos e alguns com várias versões distintas, mas sobretudo a caracterização do que vai sucedendo às populações e às cidades em que vivem. Não se podendo dissociar uma e outra coisa, apenas se refere que se dá maior relevo às questões sociais e urbanas. Neste sentido, uma vez mais, Oliveira Marques³²:

“Habitados durante muito tempo ao domínio de visigodos arianos, tão ciosos da sua fé como os árabes muçulmanos, não havia razões para que os indígenas locais, romano-católicos, reagissem diferentemente aos novos ocupantes. Além disso, as regiões onde mais tarde surgiria Portugal estavam distantes do centro da política, da economia e da cultura da Hispânia de então, virada muito mais para o desenvolvido espaço mediterrâneo do que para o finisterrae atlântico. Zonas periféricas e pouco povoadas, habituadas a receber ordens e padrões de cultura de chefias distantes, dificilmente tomariam quaisquer iniciativas de revolta ou de protesto. A própria concessão de terras a colonos ou a senhores islâmicos poucas convulsões terá suscitado. É provável que fossem ocupadas sobretudo áreas semi-desertas ou unidades agrárias cujos proprietários tivessem soçobrado nas vicissitudes da conquista. E, neste último caso, tratava-se apenas da substituição de padrões, sem afectar o estatuto dos subordinados.

Foram as questões étnicas e sociais entre os vencedores que vieram introduzir o fermento da rebelião e, em última análise, o fenómeno da “reconquista” cristã.”

³¹ Idem.

³² Oliveira Marques (1993), “O fim de uma época (680-710).”, Nova História de Portugal, volume II, “Portugal das invasões germânicas à “Reconquista””, p.122-123.

Na verdade, o ódio era latente entre árabes e berberes. Segundo descrições, os primeiros eram arrogantes, convencidos da superioridade das suas linhagens aristocráticas e das suas origens; os segundos ressentiam-se por essa discriminação e eram tidos como “muçulmanos de segunda categoria”. Para além destas rivalidades entre árabes e berberes, cada um destes grupos tinha igualmente uma série de cisões e lutas internas, advindas das suas divisões tribais e étnicas, o que levou a uma instabilidade tremenda, entre os “vencedores”. Acresce a este clima hostil de desentendimentos a formação de uma revolta de berberes em Marrocos, no ano de 740. Na sequência desta, surgem outras, ainda nesse mesmo ano na Galiza, em Mérida em 742 e é provável que tenham ocorrido igualmente em Mértola.

Esta rebelião berbere teve, entre outras, duas importantes consequências: por um lado, o clima de instabilidade em cena muçulmana levou ao conseqüente fortalecimento do movimento da Conquista cristã nas Astúrias; por outro lado, para reforçar as tropas muçulmanas, chegam à Península Ibérica alguns milhares de árabes de origem síria e egípcia, vindos do Norte de África. Respondendo a uma chamada, estes árabes e sírios entram triunfantes no território, como se fossem eles os conquistadores e vencedores e obrigam as autoridades peninsulares a grandes compensações em troca dos seus préstimos. Os egípcios ter-se-ão fixado no Baixo Alentejo e Algarve, seriam cerca de um milhar.

Para a estratégia muçulmana, o objectivo principal residia no controle das cidades mais importantes e das capitais de dioceses visigodas, para obter o domínio da essência da estrutura administrativa. Assim, as outras mais pequenas cidades, passavam automaticamente, por hierarquia e influência, para o controle muçulmano. Surgiu algumas vezes a entrega destas cidades a judeus ou cristãos, na qualidade de aliados. Ora as alianças são como os acordos: fazem-se e desfazem-se, pelo que este estabelecimento terá as suas dinâmicas próprias ao longo da islamização.

Na sociedade hispano-muçulmana, edificada ao longo deste largo período temporal, coexistiam várias classes, ou tipos diferenciados entre a população. No topo situavam-se com proeminência os árabes, principalmente iemenitas, ou sírios, seguidores da dinastia omíada. Os iemenitas predominaram em Silves, tendo-se estabelecido

preferencialmente nas zonas mais ricas do al-Andalus. Apesar de constituírem uma minoria, eram claramente a classe dominante e controlavam os cargos de maior prestígio social, económico e político. O grupo “invasor” dominante, em número, foi o constituído por berberes, oriundos do Norte de África. Inicialmente com pouco prestígio, no século XI chegam a tornar-se reis de algumas taifas. Dada a proximidade geográfica ao seu local de origem, os berberes trazem usualmente consigo a família, ao contrário dos árabes, vindos do Oriente, que acabavam por praticar casamentos e uniões mistas.

Os muladis, descendentes de convertidos ao Islão, constituíam um tipo bastante diversificado. Alguns descendiam de antigas classes privilegiadas visigodas, conseguiram manter esse prestígio e instalavam-se nas cortes e nas zonas urbanas. Outros inseriam-se nas comunidades rurais. Alguns muladis chegaram igualmente a vizir, governador, exercendo cargos de grande representatividade social e política. Os moçárabes viviam normalmente em comunidades, com um chefe que os representava e se encontrava responsável pelo pagamento dos impostos do grupo. Aqui existiam várias classes sociais, desde os pertencentes ao clero e nobreza, de famílias abastadas, até ao simples servo rural.

Os judeus, que haviam sido terrivelmente perseguidos pelos visigodos, como já se referiu, aceitaram e favoreceram o processo de islamização da Península. Mantiveram a sua religião e posicionaram-se sempre junto às cidades com maior dinâmica comercial, contribuindo muito para a sua prosperidade económica. Alcançam posições de elevado nível económico e intelectual. Por fim, de referir ainda o papel dos escravos. Estes resultavam da guerra, eram escravos por via já do seu próprio nascimento, ou transaccionados em mercados especializados, muitas das vezes, precisamente por mercadores judeus.

2.4.2 Período emiral.

O fim da dinastia Omíada a oriente, com a transição da capital de Damasco para Bagdade e a alteração do poder Omíada para a dinastia Abássida, tem consequências de

suma importância em todo o império islâmico e em particular no nosso espaço peninsular. O único descendente da tragicamente exterminada família real Omíada da Síria vem refugiar-se, precisamente, no al-Andalus, em 756, onde se auto-proclama emir, toma o título de Abd ar-Rahman I e o emirato de Córdoba surge, autónomo face ao centro polarizador e organizativo do Islão – Bagdade. O al-Andalus tornou-se um estado não só autónomo, mas sobretudo adversário do califado abássida.

Esta diferenciação e rivalidade, a necessidade de afirmação do al-Andalus face ao centro do império, foi um dos grandes motores do seu rápido desenvolvimento nos séculos IX e X. Melhoraram-se as cidades existentes e até se fundaram algumas. Intensificaram-se as dinâmicas inter-territoriais na península, onde a lentidão do movimento do norte cristão proporcionava alguns períodos de paz, que propiciaram a convivência pacífica entre cristãos e muçulmanos e a conseqüente troca de influências culturais. No entanto, estes períodos de pacificação não eram constantes, alternaram, no espaço e no tempo, com algumas oposições e revoltas face ao poder de Córdoba. É interessante que, no contexto destas revoltas, o espaço do Garbe começa a revelar algum protagonismo.

As revoltas das famílias iemenitas de Beja, naquele tempo a maior cidade da região, iniciam-se na segunda metade do século VIII e as da aristocracia de Mérida já no século IX. Enquanto as primeiras são protagonizadas pelas famílias yahsubi, que defendem a soberania do califado abássida de Bagdade, as segundas têm como mentoras as comunidades de muladis e moçárabes, em latente desejo de autonomia e afirmação locais. A notícia da prosperidade do al-Andalus propagava-se e este território é neste período alvo de ataques de cristãos do Norte que num ataque isolado, atacam Lisboa em 798; e de Normandos, estes com incursões devastadoras a partir de 844.

Prolongam-se as revoltas das populações locais, mas desta feita com o preponderante e centralizador papel de Ibn Marwan-al-Jilliqi, filho do governador de Mérida, com o mesmo nome, que havia sido assassinado. O período mais aceso destas lutas acontece na segunda metade do século IX e está indissociavelmente ligado a este personagem. Alia-se a outro muladi, as-Surunbaqi, e o emir, alvo de ataques incessantemente e sem alternativa política, faz-lhes várias concessões. Destas destacam-se pela sua importância e carácter de excepção, a autorização para fundar a cidade de

Badajoz e a isenção de prestação de tributos fiscais ao emir. Ibn Marwan-al-Jilliqi passa a controlar todo o território do Garbe al-Andalus, recebendo impostos das populações, que não reparte com Córdoba, em autonomia plena.

Durante mais de 40 anos, esta região permaneceu fora do controlo político do emirado de Córdoba: Abd ar-Rahman Ibn Marwan (dos Banu Marwan) apossou-se de Badajoz e Mérida, Abd al-Malik IbnAbu-l-Jawad de Beja e Mértola e Bakr b. Yahya b. Bakr (dos Banu Bakr) ficou com o controlo do sul, com Ossonoba. Este poder tripartido foi solidamente mantido com a aliança permanente dos três chefes militares defendendo a autonomia do Garbe, face ao poder central de Córdoba.

O período situado entre 929 e 1086, corresponde ao fim destas autonomias, concretizado através das campanhas militares de Abd ar-Rahman III. Em 929 os castelos de Beja e Ossonoba são tomados pelo emirado. Tal é a importância deste foco de resistência que é o próprio califa a comandar a tomada de Beja. De seguida e face ao episódio anterior, Badajoz entrega-se, mas não sem negociar a subida da família de al-Jilliqi a altos cargos de poder na capital do emirado. Uma vez mais o papel dos acordos e negociações no estabelecimento da paz.

2.4.3 Período califal.

O domínio califal, caracterizado pela sua política centralizadora, acontece entre 929 e 1009, após diversas campanhas militares no sul da península que conseguiram pôr termo às diversas revoltas em curso. No território do Garbe, esta actividade militar abrangeu Badajoz, Santarém e Beja e terá chegado a Osónoba em 919. É em 929 que, na senda dos seus antepassados que outrora haviam exercido o califado em Damasco, Abd al-Rahman III se autoproclama califa. Mas será apenas a partir de 930 que o califado entra em vigor em pleno, quando consegue pôr termo definitivamente às revoltas que permaneciam em Badajoz.

É um longo governo, o deste califa, que se prolonga entre 912 e 961, por quase 50 anos. Meio século com o mesmo protagonista político levou a um fortalecimento do poder

central, que enriqueceu muitíssimo fruto de polarizar também as tributações de um território que por agora se encontrava razoavelmente controlado. Bom estratega político, se nuns casos optou por manter governantes locais, tornando-os seus representantes directos sobre as populações, em outros casos, optou por mudar frequentemente os ocupantes dos cargos, não os deixando permanecer por muito tempo nos mesmos. Com o falecimento deste primeiro califa de Córdoba, sucedeu-lhe o filho e o neto, estes já com períodos governativos substancialmente mais diminutos: o filho Al-Hakam II reina entre 961 e 976 e o neto Hisham II, entre 976 e 1009.

A autoridade califal enfraquece. Com o neto do primeiro califa, o poder é entregue ao seu ministro de cognome Al-Mansur e posteriormente ao filho deste. A partir de 1012/1013, com o assassinato do califa Hisham II, a dinastia Omíada perde a sua legitimidade a administração levada a cabo por Al-Mansur leva ao surgimento de novas revoltas que culminam em 1031, com o desmantelamento do poder central.

Com Al-Mansur inicia-se uma série de movimentações militares imbuídas do espírito da guerra santa e a relação com os cristãos sofre alterações. Entretanto os omíadas ressentem-se da autoridade deste general. Já com o filho deste, são chamados grupos berberes do Norte de África, que vêm integrar e reforçar o exército do califado, de forma a controlar os omíadas. No entanto, estes berberes acabam por se associarem e autonomamente formam também eles nova força política independente (os hammuditas). Gera-se um início de guerra civil, com golpes de estado e revoltas das populações. Para conservar o poder, o califa ia fazendo concessões territoriais a quem o ia ajudando nos seus propósitos, principalmente a estes berberes, o que levou ainda mais ao enfraquecimento e fragmentação do califado e conseqüente aceleração do processo de autonomia de diversos territórios, já em início.

2.4.4 Reinos de Taifas.

É neste contexto, de revoltas e rupturas em clima instável de guerra civil latente que surgem as taifas. Chegam a ser quase 30. Estas correspondem a uma divisão territorial

em múltiplos reinos, politicamente independentes entre si. As famílias que se haviam fixado no território no século VIII e que, resultado da política de consensos e acordos, detinham altos cargos em Córdoba têm, nesta fragmentação territorial e política, a oportunidade de se impor através da tomada de poderes locais. A linhagem mais uma vez contou e estes pequenos reinos são dominados por famílias da antiga nobreza árabe uns e berbere outros. Dos primeiros, pode dar-se o exemplo dos Banu Abad de Sevilha, os Banu Muzain de Silves e os Banu Bakri de Huelva. Dos segundos, da nobreza berbere, os Banu Al-Aftas de Badajoz e os Banu Dhi-n-num de Toledo.

Um dos primeiros reinos do Garbe a tornar-se independente foi o de Huelva, em 1012/1013, que no seu início incluía parte do actual Algarve. Logo após este, é o de Santa Maria de Harum (Faro), a partir de 1016, a tornar-se também um pequeno reino de taifa, governado pelos Banu Harum. Este território manteve-se independente até 1051/1052, sendo nesta data anexado à poderosa taifa de Sevilha. Algum tempo depois, em data não certa³³, nasce a taifa de Silves. Também este pequeno reino foi independente durante um pequeno período de tempo (até 1058 ou 1063), data em que é também anexado pela taifa de Sevilha. Neste curtíssimo período em que durou a sua existência, governaram cinco reis distintos.

Entretanto, outros reinos de taifas nascem. O de Mértola é governado por Ibn Tayfur. As cidades portuguesas de Alcácer do Sal, Évora, Elvas, Lisboa, Santarém e Coimbra, constituindo um vasto território, passam a ser integradas na taifa aftássida de Badajoz. O reino de Sevilha havia nascido cerca de 1023/1024, com a família abádida, de linhagem aristocrática árabe. Este reino foi ganhando progressivamente importância e poder, foi expandindo a sua área de acção, incorporando, sucessivamente, os reinos de Niebla, Mértola, Santa Maria de Harum e Silves. Assim, o ocidente encontra-se polarizado pelos

³³ Helena Catarino (1997/1998). "O Algarve oriental durante a ocupação islâmica", in "al-'ulyā", Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé", n.º6, p. 78. Segundo a autora, existem divergências quanto a esta data, sendo possível o surgimento deste reino de Silves ou desde 1028 ou em 1048/1049.

reinos de taifas de Badajoz e Sevilha. Naturalmente começam a lutar entre si, motivados por questões étnicas e essencialmente territoriais.

No século XI, temos o território da Península Ibérica totalmente dividido em pequenos reinos, uns cristãos, a norte; e outros muçulmanos, *grosso modo* a centro e sul. É um espaço fragmentado, politicamente ingovernável, propício a manobras invasivas. No entanto, a par de diversas guerras civis, acontece um dos períodos de maior riqueza da islamização: cada reino mimetiza a corte palaciana e todos rivalizam e competem entre si.

“Os emires locais, descendentes de famílias de árabes notáveis, berberes ou muwalladun, dispendo de meios suficientes, reproduziram nas suas capitais os modelos da corte das villas-palácio de Córdoba, Madinat-al-Zahra, Madinat-al-Zahira. Os principais sítios escavados em Badajoz, Mértola ou Silves revelaram testemunhos ricos dessa afiliação artística e cultural, transcendendo largamente as clivagens regionais. O século XI foi igualmente uma das épocas mais brilhantes do sul de Portugal, deixando-nos um número considerável de escritores, tendo enriquecido o património da região. Ao poeta e político Ibn `Ammar, durante muito tempo presente em Silves, juntam-se os nomes de `Abu l`Walid al-Bajî, Ibn `Abdun de Évora, Abu Zayd al-Ishbunî de Alcabideche, junto a Lisboa, poeta da corte aftásida e de príncipes sevilhanos ou ainda Abu I-Hassan ibn Bassam de Santarém, todos personagens cuja nomeada ultrapassava largamente o quadro regional.”³⁴

É de salientar que a este período de taifas correspondeu uma grande distribuição de riqueza pelos poderes locais: ao não terem já de canalizar parte dos proveitos para qualquer governo central distante, puderam aplicá-los na gestão do seu próprio território e nas rivalidades de afirmação entre reinos³⁵. No entanto, o poder das taifas decaiu a partir da

³⁴ Christophe Picard, 1998, “A islamização do Gharb al-Ândalus”, “Portugal islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo”, Museu Nacional de Arqueologia, p.30-31.

³⁵ Christophe Picard, 2000, “Le Portugal musulman (VIII/XIII siècle), Maisonneuve et Larose, p. 314. «Toutefois, l'indice le plus sûr, probablement, de cette croissance tient au constant d'une grande différence de moyens financiers que les rois de taifas possédaient, en comparaison de leurs devanciers des IX-X siècles. Le contraste est même assez saisissant de ce point de vue : les constructions, la frappe de la circulation monétaires – inexistantes lors de la précédente période d'autonomie – l'administration beaucoup plus étoffée, une cour nombreuse et luxueusement entretenue, sont quelques-uns des signes à la fois des progrès considérables accomplis depuis le début du califat omeyyade et d'une grande richesse des taifas.»

segunda metade do século XI, em grande parte precisamente resultado das lutas pela definição de fronteiras e poderes.

2.4.5 As dinastias magrebina e a reunificação.

As conquistas cristãs, no lento movimento que vai alterando as fronteiras entre os cristãos e muçulmanos, no decurso de tantos conflitos no lado muçulmano da península, foram avançando perigosamente e, em 1085, conquistam o poderoso reino de taifa de Toledo. É após esta pesada derrota que vários reis andaluzos se amedrontam e se juntam. Tendo como representante o rei da taifa de Badajoz, pedem auxílio aos almorávidas. Acontece que estes, sedentos de poder, vindos do Norte de África, entram na cena militar ao lado dos seus irmãos de culto, mas rapidamente os traem e aliam-se aos cristãos. Por sua vez, também se registam alianças entre as restantes aristocracias muçulmanas peninsulares e as tropas cristãs, para pôr fim à temida ascensão almorávida. Repetem-se e sucedem-se alianças e traições. Em 1091 Al-Mutamid é expulso de Sevilha pelos almorávidas. Em 1094 é a vez do reino de taifa de Badajoz cair em desgraça.

Ainda emergem as segundas taifas, estas já de pouca importância, mas em que se destaca a figura do revoltoso Ibn Qasi, que primeiro se alia à dinastia almôada, a quem pede auxílio, mas que em 1151, acusado de traição por aliança a Afonso Henriques, é assassinado pela população de Silves.

Neste tempo de intervenção das dinastias magrebina, há que destacar o papel determinante do poder militar vigoroso da dinastia norte africana almôada (1147-1269), que corresponde ao período mais fértil de existências materiais da presença islâmica no Algarve, como atesta“(...) a importância relativa das descobertas de cerâmicas de época almôada no conjunto de sítios luso-muçulmanos, o número de construções militares e

religiosas no sul de Portugal, demonstram a acção enérgica dos berberes do Atlas para travar o avanço cristão mas igualmente no plano económico.(...)"³⁶

As dinastias magrebina vão-se afirmando no território até à Conquista cristã, que entretanto avança: depois de Lisboa e Santarém em 1147, Silves e todo o ocidente algarvio em 1189, Moura e Serpa em 1232, Beja e Aljustrel em 1234, Mértola, Cacela, Tavira, Alvor e Paderne em 1238 e Faro em 1249, com Afonso III. Apenas o reino nazari de Granada resiste com último bastião muçulmano peninsular, até ao ano de 1492.

³⁶ Cristophe Picard, 1998, "A islamização do Gharb al-Ândalus", "Portugal islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo", Museu Nacional de Arqueologia, p. 31.

3 O ALGARVE ISLÂMICO.

O Algarve, extremo Sul do território continental de Portugal, tem uma forma aproximadamente rectangular, com desenvolvimento Este/Oeste de cerca de 155 Km e uma largura máxima de 23 Km, com uma área de cerca de 5072 Km². Os limites administrativos situam-se nas ribeiras de Odeceixe e Vascão, mas como estas se encontram sem água em parte do ano, tornam-se indeterminadas e conseqüentemente com os limites mais difíceis de identificar. Tal leva a que se adopte, mais simplificada, as barreiras montanhosas da serra de Monchique e Caldeirão, cerros de xisto, como limite Norte da província, separando-a das planícies alentejanas. Na realidade, os próprios habitantes das serranias integram-se pouco na identidade algarvia: para eles, os que são da serra, o Algarve é apenas o litoral. Esta barreira montanhosa contínua terá sem dúvida, desde sempre, motivado um grande isolamento das populações do interior algarvio.

O território algarvio divide-se geograficamente em três realidades distintas, que se apresentam como faixas mais ou menos paralelas no seu sentido longitudinal: o litoral, o barrocal e a serra. No litoral, debaixo da influência moderadora do mar, o clima é mais ameno e o solo, plano, calcário e argiloso; dominam as pescas e as culturas de regadio. No barrocal, as ricas terras de aluvião, associadas à existência de uma boa rede de cursos de água, com inúmeras ribeiras e ricos lençóis freáticos, propiciam uma exploração agrícola intensiva, em que se destacam a horticultura e fruticultura e a criação de gado. Na serra, com solos de xisto, dominam a pastorícia e a fraca agricultura de sequeiro. Estas diferenças ocasionaram, naturalmente, diferentes ocupações do espaço, bem como diferenças nas pessoas e nos tipos de povoamento.

A linha de costa apresenta-se muito recortada, com diversas formas, pequenas enseadas, grandes baías, cabos pronunciados e pequenas aflorações calcárias a sair do

mar. Estas alternam ainda com algumas zonas baixas, correspondendo a áreas de praias, sistemas lagunares ou estuários de rios. A navegabilidade de alguns rios foi de suma importância para a comunicação entre o litoral e o interior algarvio e para o desenvolvimento das povoações interiores, como é o caso, pela sua navegabilidade, dos rios Arade e Guadiana. O Algarve é, na sua globalidade, um território de características mediterrânicas, como atestam as descrições de Orlando Ribeiro e de Cláudio Torres.

Segundo Orlando Ribeiro: *“(...)Há dois Algarves: o povo só conhece por este nome a orla do maciço antigo; o resto é a Serra, um mar de cerros de xisto que sobe a mais de 500 m. (...) Temos aqui como que o reverso do Alentejo; enquanto este representa bem os latifúndios mediterrâneos, o Algarve corresponde às áreas, geralmente exíguas, onde a população se acumula e vive da cultura intensiva. A despeito dos recursos da pesca e navegação, que fizeram a fortuna dos principais aglomerados, domina a economia rural. Em terra de hortas e pomares regados, são as plantas de sequeiro que abrangem maior extensão; nestas preponderam os legumes criados à sombra das árvores e os frutos. O figo tem grande papel na alimentação da gente e dos animais, a alfarroba supre a falta de feno e a escassez de palha para os burros e tem também utilização industrial; um e outra, com a amêndoa, têm conhecido épocas de favor na exportação. (...) Os claros rochedos de calcário, as construções branqueadas a cal, as manchas escuras do arvoredo, os tufos de aroeira, os loendros à borda de água, os leques rasteiros da palmeira-das-vassouras, tudo debaixo de um céu de azul intenso, oferecem imagens que debalde se procurariam noutros lugares. Vir aqui no Inverno, sentir o calor do meio dia, gozar a noite tépida quando as estrelas se fazem grandes e brilhantes, é a melhor forma de compreender o clima e a riqueza dos seus dons. (...)”*³⁷

Enfatizando esta descrição, surge a de Cláudio Torres: *“É um território ímpar, pela fertilidade das suas terras, pelas águas correntes, pelas boas florestas e principalmente pela bonomia de um clima que associa a brisa húmida atlântica com a luminosidade mediterrânica. A celebração das suas hortas e pomares de amêndoas, figos e uvas, os seus mares hospitaleiros de muito atum e âmbar, as pastagens sempre verdes*

³⁷ Orlando Ribeiro, 1987, “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”, Livraria Sá da Costa Editora, 5.ª edição, Lisboa, p. 161-163.

das encostas da Fóia e da Picota onde no verão convergiam muitos rebanhos serranos e campaniços, fizeram do Barlavento algarvio, aos olhos dos mediterrânicos, uma espécie de jardim das delícias antes dos mares tenebrosos do fim do mundo.”³⁸

Este território, de características físicas apelativas, apresenta alguma imprecisão quanto à sua denominação no período islâmico. “Ossónoba”, tanto surge como termo utilizado para identificar uma área territorial extensa, que corresponde hoje ao Algarve, como também utilizada para identificar a cidade de Faro, ou Faro e sua área de influência. De acordo com Garcia Domingues, até ao século X, falar de Ossónoba era falar da cidade, altura em que o seu nome muda para Santa Maria e, no século XI, para Santa Maria de Hárune. Já no século XIII, passa para o nome actual de Faro, embora naturalmente redigido na época com as formas arcaicas da palavra. O termo “Ossónoba” era escrito pelos árabes como “Ukxûnuba”, com algumas variações conhecidas³⁹. Na realidade o termo Ossónoba, tanto designava a região/província, como a cidade⁴⁰, embora geralmente se refira à cidade que é capital da província com o mesmo nome. Mas a partir do século X, a partir da época em que a cidade passa a designar-se Santa Maria, então o termo “Ossónoba” passa a designar a região.

O território de Ossónoba surge referenciado nas fontes árabes pela primeira vez no séc. X, pelo cronista al-Razi: *“o território de Lisboa confina com o de Ossónoba. Ossónoba fica a oriente de Lisboa e a ocidente de Córdova. O seu terreno é plano, muito cultivado, com várias espécies de árvores fructíferas e abundância de produtos.*

Há nela montanhas propícias à criação de gado e águas correntes. Nela se praticam intensamente a caça e a pesca. É rodeada, em toda a sua extensão, pelo mar, com ilhas onde se pode ir de barco. Nela existem belas hortas de regadio e fontes de água límpida. Há nela muitos pinhais. O seu território é dos melhores, comparado com os de igual tamanho. Do mar que a rodeia, extrai-se o âmbar.

³⁸Cláudio Torres, 1997, “O Al Garbe”, “Noventa séculos entre a serra e o mar”, Coord. Maria Filomena Duarte, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, pág. 442.

³⁹Para o efeito, consultar Garcia Domingues, 1972, “Ossónoba na Época Árabe.”, Separata dos “Anais do Município de Faro”, Faro, p. 6-8.

⁴⁰Idem, p. 9-14.

Sob o seu senhorio encontram-se cidades como Silves que é a mais importante do ocidente. Os muçulmanos não têm, no Ocidente, depois de Sevilha, cidade com essa. Está construída junto de um rio e até ela chega a maré.

Entre ela e Santarém a viagem leva 4 dias. Entre ela e Córdoba, a cavalo, 9 dias. Ossónoba tem muitas cidades e fortalezas.”⁴¹

Em bom rigor, não se encontram divergências entre a descrição do território feita no século X e as do século XX, registando-se uma clara permanência de muitas das características descritas. Aliás, os fenómenos de permanência e de continuidade relativamente à acção do homem no território são muito evidentes. As cidades e vilas da actualidade sobrepõem-se, a maior parte das vezes, a ocupações ancestrais, pré-romanas e romanas, tendo vindo a sofrer, ao longo dos séculos, contínuas transformações. Os povoamentos e ocupações islâmicas mantiveram maioritariamente esse modo de apropriação do território, em que se deu seguimento, aproximadamente, às divisões administrativas e às vias de comunicação, havendo uma evidente poupança de meios, face a convivências culturais onde terá existido tolerância. É na serra e no barrocal que se encontram os vestígios do período muçulmano melhor conservados, pois a sua inserção em zonas mais isoladas e menos desenvolvidas, sujeita-os menos às pressões do litoral, do desenvolvimento urbano e às suas conseqüentes alterações.

Muitas vezes culpada a elevada sismicidade do nosso território e em particular o terrível terramoto de 1755, a responsabilidade da fraca existência de testemunhos da época islâmica. Mas esta responsabilidade tem de ser repartida com a perenidade de grande parte das construções que terão existido, sobretudo as realizadas em terra, como também a comum renovação do edificado, através de aproveitamento de elementos de outras construções anteriormente realizadas, frequentemente observada na realização de construções posteriores. Neste contexto, são as edificações ligadas aos sistemas defensivos as que perduraram em maior quantidade e qualidade neste território algarvio

⁴¹ António Borges Coelho, 1971, 2.^a edição de 1988. Texto retirado da Crónica Geral de Espanha de 1344, edição crítica do prof. Lindley Cintra, vol. II, segue a tradução portuguesa medieval da Crónica do Mouro Razi.

até aos nossos tempos, não só devido a uma maior robustez das suas estratégias construtivas, mas também pelo facto de a sua função de defesa e contenção ter sido sucessivamente reutilizada pelos governos que se foram alternando e sucedendo ao longo dos séculos, promovendo a manutenção destas construções.

Uma breve leitura da edificação e evolução destas edificações militares é esclarecedora de muitas das movimentações e hierarquias que ocorreram neste território. Durante os primeiros anos da islamização, as estratégias defensivas e de afirmação de poder ter-se-ão restringido às principais cidades que já possuíam muralhas antigas, como por exemplo a de Faro. Só a partir da segunda metade do século VIII e nos séculos IX e X, a presença islâmica reflecte uma tendência centralizadora e de dinâmica defensiva, nos períodos emiral e califal. Dá-se então início à reconstrução ou recuperação de recintos amuralhados antigos e constroem-se novos castelos, como o Castelo Velho de Alcoutim, o Castelo das Relíquias, também em Alcoutim, o Castelo de Aljezur, o Castelo de Cacela, entre outros. No Algarve, o testemunho de recinto amuralhado mais antigo situa-se precisamente em Silves, encontra-se datado do século VIII e é constituído por um pano de muralha com 11 m de comprimento, construído com blocos irregulares de arenito da região, unidos e argamassados unicamente com terra.

Durante o século XI, com os reinos de taifas, registam-se também algumas reconstruções e intervenções. Começa a segunda fase dos castelos islâmicos no Algarve. É sobretudo a partir do século XII que, com os almorávidas e posteriormente com os almôadas, se implementam novos sistemas defensivos, com novas técnicas construtivas e novos princípios e dispositivos de defesa. Actualmente, não se conhecem castelos que tenham sido construídos no século XI, sendo no entanto de esperar que se tenham executado nessa época melhoramentos e reforços das estruturas já existentes. Nesse caso, a técnica construtiva utilizada seria sensivelmente idêntica à anterior: pedras irregulares de tamanho médio argamassadas, mas desta feita já com pedra mída no enchimento e cal na face externa.

“(...)Depois da queda das praças do Tejo em 1147, o conjunto de esforços dos Almôadas concentrou-se no sul do Alentejo e particularmente na linha do Guadiana e do Algarve, onde uma rede dupla de fortificações defendia o acesso a partir do norte

(Mértola, Castro da Cola Aljezur e, mais a sul, Paderne, Salir) e depois a costa (Alvor, Estombar, Portimão, Albufeira). Este esforço e, provavelmente, o forte refluxo de populações muçulmanas do norte, provocaram um excedente de actividades na região e uma forte pressão demográfica contribuindo para tornar verdadeiras cidades sítios até aí modestos, como Tavira ou Cacela.”⁴²

O avanço da Conquista cristã e a insegurança geral provocada pelas sucessivas lutas internas face ao domínio das dinastias norte-africanas, leva a uma política defensiva reforçada. Com as dinastias magrebina, é desenhada uma rede de fortificações, não só nas zonas urbanas de Silves, Faro, Loulé e Tavira, mas também junto ao locais de povoamento rural, como o Castelo Belinho, em Portimão, o Castelo de Paderne, em Albufeira, ou o Castelo de Salir, em Loulé. É aqui que surgem novas técnicas construtivas, como a taipa militar, e novos dispositivos de defesa, como as torres albarrãs, as portas em cotovelo, difundidas a partir do século XI, e as couraças, sendo estas cumulativamente estruturas defensivas e ligadas ao abastecimento de água. Com o movimento e incursões cristãs, alguns castelos sofrem destruições que levam ao seu abandono, outros são plenamente integrados nas evoluções urbanas do povoamento da Baixa Idade Média.

3.1A cidade islâmica e as dinâmicas territoriais.

Da análise e leitura da cidade, em particular da denominada “cidade islâmica”, resulta sempre uma realidade parcialmente ficcionada. Com o maior rigor que se pretenda, com a maior fidedignidade de fontes e de testemunhos que se alcance, ao levar a efeito este tipo de interpretações e leituras, na sua extensão total, considerando o desfasamento

⁴² Cristophe Picard, 1998, “A islamização do Gharb al-Ândalus”, “Portugal islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo”, Museu Nacional de Arqueologia, p.30-31.

temporal e fragmentação de informação incontornáveis, o resultado é invariavelmente uma interpretação ficcionada. Existe algo transversal a todas as cidades, que é a sua identidade própria, a sua individualidade, que já os antigos definiam como *genius loci*⁴³.

A cidade islâmica, alvo de vários estereótipos baseados numa visão essencialmente ocidentalista do mundo, é uma realidade mutável e flexível, que se adaptou ao longo de vários séculos ao curso da história e do passar dos tempos, por um território imenso, ao sabor das contingências e condicionalismos locais. Inúmeros investigadores têm tentado classificar e catalogar a, ou as, cidades islâmicas, quanto à sua génese, evolução e estrutura, num esforço que redundava infalivelmente na impossibilidade de abranger a vastíssima abrangência deste fenómeno urbano⁴⁴. Não obstante, o que se pode decerto afirmar é que a cidade islâmica resulta de um modo de viver que é absolutamente característico da civilização islâmica e que a sua essência nasce da religião.

“A mesma preocupação de defesa que vimos actuar na concentração do povoamento, aqui com mais forte razão, primou na escolha do sítio: lugar alto, acrópole, fortaleza, coração da vida urbana, residência dos deuses, domina os arrabaldes industriais,

⁴³ Christian Norberg-Schulz, 1976, “Genius Loci, towards a phenomenology of architecture”, p. 5. “Man dwells when he can orientate himself within and identify, himself with an environment, or, in short, when he experiences the environment as meaningful. Dwelling therefore implies something more than “shelter”. It implies that the spaces where life occurs are places, in the true sense of the word. A place is a space which has a distinct character. Since ancient times the *genius loci*, or “spirit of place”, has been recognized as the concrete reality man has to face and come to terms with in his daily life.”

⁴⁴ Algumas publicações auxiliam na leitura da enorme abrangência do fenómeno urbano islâmico. Das que abordam a área do Al-Andalus, sugira-se as colectâneas de textos de vários autores: “Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental.”, Casa de Velázquez, CSIC, Madrid, 1998 e “La ciudad medieval : de la casa al tejido urbano.” (Coord. Jean Passini), Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2001. Também de consultar outras publicações de referência, no que concerne ao Al-Andalus:

- Leopoldo Torres Balbás, 198, “Ciudades Hispano-musulmanas.”, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, Madrid.
- Basilio Pavon Maldonado, 1999, “Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana. II – Ciudades y Fortalezas.”, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- Christine Mazzoli-Guintard, 1996, “Villes d’al-Andalus – L’Espagne et le Portugal à l’époque musulmane (VIII-XV siècles).”, Presses Universitaires de Rennes.
- Julio Navarro Palazón e Pedro Jiménez Castillo, 2007, “Las ciudades de Alandalús, nuevas perspectivas.”, Guías de historia, arte y cultura islámica.”, Conocer alandalús, Zaragoza.

Embora não se enquadre no presente estudo, é muito interessante a abordagem relativa à génese da cidade islâmica apresentada na tese de doutoramento de Javier García-Bellido García de Diego, de 1999, titulada “Coranómia, los universales de la urbanística. Estudios sobre las estructuras generativas en las ciencias del territorio.”, apresentada na Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid.

*abertos ao comércio, próximos das vias de trânsito, e avista o agro que alimenta a cidade. Lugares hoje reservados à curiosidade histórica, tiveram durante séculos a sua função coordenadora e defensiva.”*⁴⁵

O conjunto de factores descritos por Orlando Ribeiro, nomeadamente a eleição de um local topograficamente apetecível, elevado, com apetências defensivas e supremacia territorial, a proximidade e acessibilidade a vias de comunicação estruturantes, a influência sobre territórios férteis e ricos, é tão determinante quanto a relação de proximidade das cidades com a água. Enquanto via de comunicação, era essencial para a prosperidade dos locais, garantindo a sua acessibilidade e a possibilidade de exercer actividade comercial privilegiada, escoando os produtos vindos das áreas agrícolas e florestais envolventes. Mas era também fonte de alimento e de rendimentos, com inúmeras populações tendo por base do seu sustento a actividade piscatória e marítima. Na região do Algarve, desenvolvem-se sobretudo as cidades-porto de Faro, Silves e Tavira, dando assim continuidade à antiga tradição mediterrânica das cidades situadas junto ao mar. Silves, não sendo porto marítimo, era um activo porto fluvial, junto ao rio Arade, que ao tempo era navegável até à cidade⁴⁶. Deste modo tinha comunicação privilegiada com o mar, pois ao mesmo tempo que este lhe dava a acessibilidade, o facto de não lhe estar tão próxima proporcionava-lhe uma maior segurança face aos constantes ataques e perigos que chegavam pela via marítima. Comparável ao desenvolvimento urbano de Lisboa, a dinâmica urbana na área do actual Algarve era grande, traduzindo-se numa das zonas mais densamente povoadas e urbanizadas em todo o território do Garbe.

O desenvolvimento das cidades no território vai acompanhando naturalmente o resultado das alterações militares e estratégicas, que vão definindo e transformando os pólos de desenvolvimento comercial, político e, conseqüentemente, urbano. Silves e Faro foram dividindo a hegemonia da região; primeiro, indiscutivelmente Silves e depois, na sua

⁴⁵ Orlando Ribeiro, “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”, Livraria Sá da Costa Editora, 5.ª edição, Lisboa, 1987, p. 36.

⁴⁶ Pelo menos até ao século XVI, o rio Arade era uma das principais vias de penetração na cidade interior. No início do século XIX, ainda ali passavam barcaças de fundo plano, que se abasteciam de cortiça e frutos secos e em seguida rumavam para o litoral.

decadência, surge Faro como pólo de desenvolvimento regional, ajudada por Tavira, entre outras.

De acordo com o arabista Garcia Domingues, estudioso do património “arábico-algarvio”, os centros povoados do Algarve em época islâmica seriam então, para além dos referidos de Faro, Silves e Tavira, Alcoutim, Castro Marim, Cacela, a alçaria de Rabah na região de Santa Maria, Loulé, Salir, Paderne, Albufeira, Messines, Estombar, Monchite, Montagute, o castelo de Carphanabal, Carvoeiro, Lagos, a alçaria de Sagres, o Convento dos Corvos no Cabo do Algarve, o Ribat da Arrifana e Aljezur; existindo referências à maior partes destas povoações em fontes árabes, bem como em textos latinos e portugueses. Estes locais são os que aparentemente se conseguem identificar com um local preciso, sendo possível estabelecer um paralelismo na sua localização e fazê-los corresponder a um local actual. Mas existem outras referências nos textos árabes a topónimos cujos locais actuais não se encontram identificados. Por outro lado, existem também muitos topónimos actualmente com nomes árabes ou que apenas denotam uma influência árabe ou berbere, sem que se possa datar exactamente a materialização dessa influência.

Os centros urbanos que surgem referenciados nas fontes árabes no território do Algarve, aos quais se consegue fazer corresponder as actuais cidades que lhes deram continuidade são, de oriente para ocidente e ainda segundo Garcia Domingues⁴⁷, que apresenta a informação disponível sobre estes aglomerados no período islâmico, Castro Marim, Cacela, Tavira, Faro, Loulé, Paderne, Albufeira, Silves, Porches, Estombar, Alvor, Lagos (ainda com algumas hesitações) e o Cabo dos Corvos.

*“Dizem os sábios que, para prosperar, uma cidade deve reunir as cinco condições seguintes: água corrente; terras férteis para semear; um bosque próximo que proporcione lenha; muralhas sólidas e um chefe que mantenha a paz e segurança dos caminhos e castigue os revoltosos”.*⁴⁸

⁴⁷ Para o efeito, consultar Garcia Domingues, 1972, “Ossónoba na Época Árabe.”, Separata dos “Anais do Município de Faro”, Faro.

⁴⁸ Leopoldo Torres Balbás, 1985, “Ciudades Hispano-musulmanas.”, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, Madrid, p. 47.

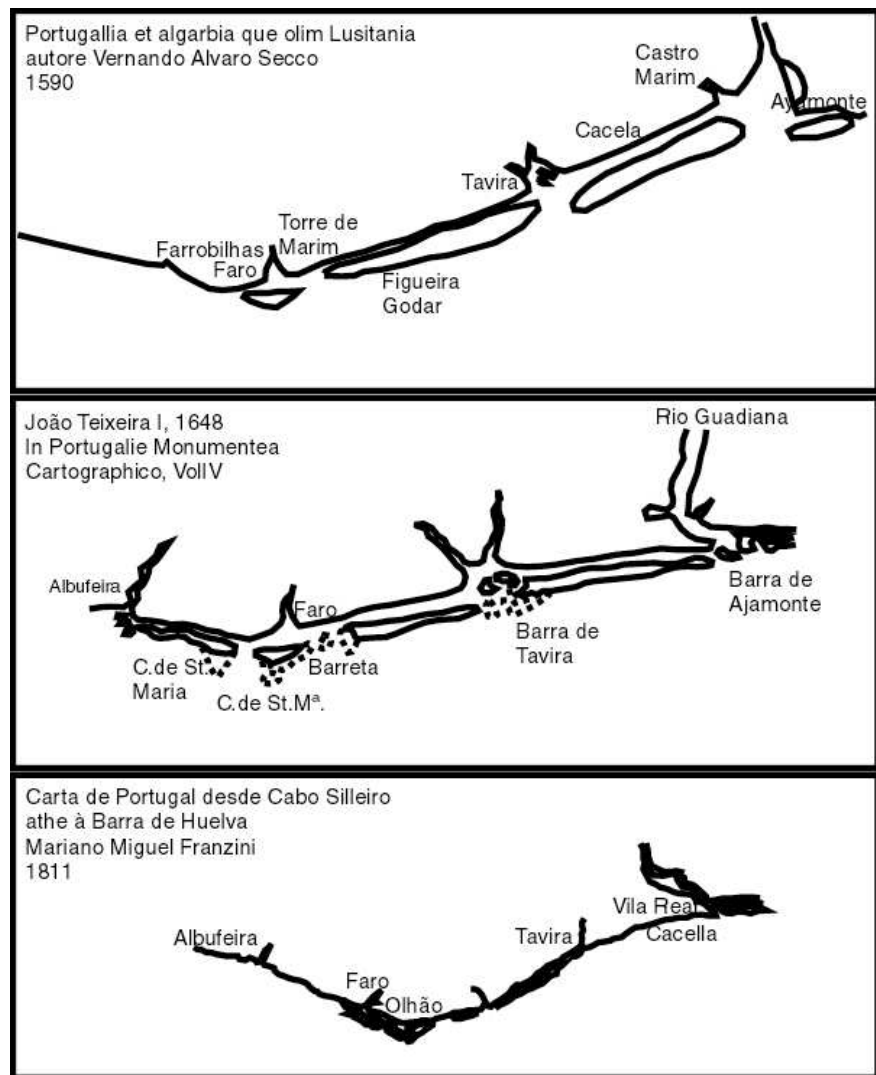


Fig. 3.1 . Representações cartográficas do sotavento do Algarve, incluindo a sistema lagunar da Ria Formosa, em 1590, 1648 e 1811, in “4º Simposio sobre el Margen Ibérico Atlántico”, “História da ocupação das ilhas barreira da Ria Formosa”, P. Bernardo & J. A. Dias.

A importância da grande maioria destes aglomerados populacionais esteve sempre muito associada à sua ligação ao mar, por via directa ou através do leito dos rios que, descendo, os ligavam ao litoral. Os recortes acidentados da costa algarvia foram desde sempre precioso auxílio em questões de defesa, bem como grande fonte de biodiversidade, pelos variados nichos ecológicos que albergam. As mudanças relativas ao desenho do litoral que ocorrem com o correr do tempo, conforme se pode observar na Figura 1, bem como as que se prendem com alterações de assoreamentos de rios, podem

estar na base de muitas dinâmicas territoriais que se têm verificado no decurso dos tempos, até mesmo de tempos recentes.

A caracterização geográfica e topográfica dos locais não é estática, a sua evolução e eventuais alterações são determinantes nas transformações que ocorrem nos aglomerados urbanos, nomeadamente nas suas interações e na dinâmica que ocorre no território físico em que se localizam. Eventuais alterações na forma das ilhas e sistemas lagunares que surgem entre as proximidades de Faro e a foz do rio Guadiana traduzem-se, entre outras, na alteração de ecossistemas que alteram as fontes de rendimento locais, na alteração das acessibilidades e dos modos de defesa desses locais.

As transformações ocorridas com assoreamentos, como em rios como o Arade, terão sido um factor determinante, neste caso particular com a consequente perda da navegabilidade do rio desde o litoral marítimo até Silves, para o declínio desta cidade. Dada a interação territorial natural dos locais, este facto, prejudicial para esta cidade, teve como consequência imediata e natural a ascensão de outras cidades próximas. Contemplando as alterações que foram surgindo neste período de islamização do território algarvio, parece indiscutível a maior importância relativa das cidades de Faro, Silves e Tavira, dado o seu papel político, económico e urbano predominante face a outros centros urbanos ou pequenos aglomerados populacionais da região.

A informação existente sobre qualquer um dos núcleos urbanos estudados não é suficiente de modo a permitir, com segurança, proceder a uma visualização da formação, evolução e estruturação da cidade islâmica nos moldes em que, em particular, teria acontecido em cada um desses locais. O que nos é oferecido relaciona-se mais com situações geográficas e de implantação topográfica, de definição de acessibilidades e de estruturas defensivas, de localização episódica de alguns equipamentos e de elementos constituintes e estruturantes da cidade, como as estruturas defensivas, a alcáçova, a mesquita, os banhos, as zonas comerciais e de artesanato, os bairros residenciais, as necrópoles, as cisternas, os arruamentos. Mas não de um conjunto de fragmentos suficiente que permita a montagem completa do “puzzle”, o que deixa ainda em aberto muitas questões que se colocam sobre o modo como se concretizaram os aglomerados urbanos no período islâmico, no território algarvio. Ainda assim, em alguns casos, como o

da cidade de Silves, a quantidade de informação é já bastante grande, levando a algumas hipóteses de explicação bastante credíveis.

3.2 Silves, Faro e Tavira. Alguns dados históricos.

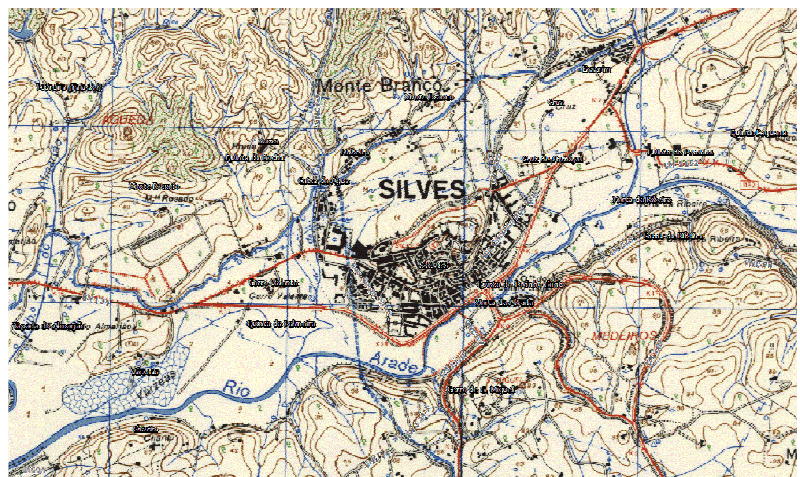


Fig. 3.2 . Excerto de carta militar da região urbana de Silves, sem escala. <http://sig.cm-silves.pt>.

Embora fosse Faro a capital da região Ossónoba, a partir do século X é sem dúvida Silves a cidade mais importante. Silves era já uma cidade importante no período romano, em que tinha a denominação Clipes. Já nessa época cunharia moeda e apresentaria certa monumentalidade, a julgar por certos tipos construtivos e lápides encontrados. É no entanto com a presença islâmica no território que atinge todo o seu esplendor, adquirindo a denominação Xelb e tornando-se uma das mais importantes cidades do Garbe al-Andalus. Segundo Al-Razi, a ocidente, para além de Sevilha, era Silves a cidade maior e mais importante.

Para além do enorme prestígio que era atribuído a Silves no contexto político e cultural do al-Andalus, os territórios que economicamente e funcionalmente dependiam

de modo directo desta cidade tinham área razoável, à escala do Garbe. Na época, a divisão entre os territórios dependentes de Faro e os dependentes de Silves fazia-se aproximadamente pelo que é actualmente a fronteira entre os concelhos de Albufeira e de Loulé. A defesa deste vasto território era assegurada por um sistema defensivo complexo, constituído por um conjunto de povoações amuralhadas, pequenas fortificações e torres-atalaia, estando todos estes elementos defensivos dependentes da cidade de Silves. Embora existindo uma maior concentração destes elementos defensivos próximo do núcleo urbano polarizador, outros elementos deste tipo defendiam também as povoações próximas do mar, das actividades de pirataria e de corso (e mais tarde das ofensivas cristãs); outros ainda vigiavam as principais vias de comunicação, mormente as vias de penetração entre o Baixo Alentejo e o Algarve. Muitas vezes estes recintos fortificados eram utilizados como refúgio das populações, face a um ataque exterior.

A cidade de Silves situa-se em pequena elevação que atinge cerca de 50m de altura, localizada na margem direita do Rio Arade. O vale aos pés da cidade é constituído por terras de aluvião, o que proporciona solos muito férteis e variados recursos minerais. Poderá ter tido um assentamento populacional anterior à época islâmica, mas de tipo rural, desenvolvido em torno do seu porto, provavelmente localizado não junto à cidade actual, mas a cerca de 1 km em local com comprovada ocupação desde a Idade do Ferro, no Cerro da Rocha Branca.

As primeiras referências a Silves e à sua estrutura portuária surgem em meados do século IX. No final do período emiral, a capital da região de Ossónoba é transferida de Faro para Silves e tal se deverá à sua importância estratégica, às suas potencialidades naturais e geográficas e muito provavelmente à importância crescente da sua indústria naval. Uma citação de Al-Himyari, que terá tido por base as informações de Al-Idrisi, no século XI, refere-nos que “Silves está rodeada por uma muralha sólida e possui nos seus arredores plantações e hortas. A água potável é fornecida aos habitantes pelo rio: este banha Silves pelo lado sul e move os moinhos da cidade situados nas suas margens. O mar encontra-se a três milhas de Silves, a Ocidente. Possui ancoradouro sobre o rio e um

estaleiro de construções navais. As montanhas próximas produzem muita madeira que se exporta para todas as partes.”⁴⁹.

A cidade atinge maior protagonismo efectivamente, à semelhança de Faro e de outras, no período das taifas, com a ascensão ao poder da família Banu Muzain, de origem árabe iemenita, que governou a cidade e seus territórios envolventes e zelou pela sua defesa. No século XI torna-se a capital do principado desta família. Em meados do século XI, segundo alguns autores em 1058 ou 1063⁵⁰, a taifa de Silves é anexado à taifa de Sevilha. Este novo reino, iniciado por volta de 1023/24, foi alargando as suas fronteiras para Sul e para Oeste, sob o governo de Al-Mutadid. Com a sua morte, é o filho, Al-Mutamid – o rei poeta nascido na cidade de Beja em 1040, que assume o poder em Sevilha. Antes de partir para Sevilha, em 1069, Al-Mutamid faz de Silves capital e reúne uma corte de intelectuais e poetas que a tornarão uma perfeita capital artística e cultural em todo o território do ocidente islâmico.

Mas as guerras entre os reinos de taifa de Badajoz e Sevilha são constantes. Para além disso, os reis das taifas viviam situações de aflição, face às investidas permanentes dos Cristãos, resultante dos avanços da conquista cristã no território. É nesta situação que se vêem obrigados a pedir auxílio à dinastia magrebina almorávida. Mas, Al-Mutamid acabará prisioneiro dos almorávidas e acabará desterrado para o Norte de África, com a sua família, em Aghmat, onde virá a morrer em 1095, transformando-se numa figura mítica, intimamente relacionada com Silves, com a cultura e com o diálogo entre o ocidente e o oriente. Silves perde o protagonismo político que tivera mas mantém continuidade na atracção exercida sobre homens de cultura artística e literária, coorporizada num “grande florescimento poético”, sobretudo com Ibn Ammar, muito próximo de Al-Mutamid.

⁴⁹ Cláudio Torres, 1997, “O Al Garbe”, “Noventa séculos entre a serra e o mar”, Coord. Maria Filomena Duarte, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, pág. 441.

⁵⁰ Helena Catarino, 1997/98, “O Algarve Oriental durante a Ocupação Islâmica”, “al-‘ulyã”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.º6, vol. I, II e III., pág. 78.

No século XII, é o geógrafo Idrisi que faz uma descrição de Silves em que denota a grandeza das edificações na cidade e a sofisticação da sua população⁵¹: *“A cidade de Silves é bonita. Fica numa planície. Tem muralhas fortes, hortas e pomares. Os seus habitantes bebem água de um rio que corre ao sul dela. Tem moinhos espalhados pelos campos. O mar fica a ocidente dela, a uma distância de três milhas. Tem um porto, no rio, com estaleiros. A madeira é abundante nos seus montes. Transportam-na d’aí para terras distantes.*

A cidade, considerada em si mesma, é bela. Tem edifícios sumptuosos e mercados bem fornecidos.

Tanto os habitantes da cidade como os das alcarias dos arredores são árabes do lémene e de outras partes que falam um árabe muito puro e sabem improvisar versos. São todos bem falantes e espirituosos, tanto as pessoas das classes elevadas como a gente do povo. Os habitantes do campo desta cidade são, em extremo, generosos. Ninguém os excede nisso.”

Silves terá sido cenário do lendário Palácio das Varandas, onde viveu e foi educado o príncipe Al-Mutamid, filho de Al-Mutadid, rei de Sevilha. Terá igualmente albergado uma escola de oratória e bibliotecas notáveis. Junto dos rios existiam moinhos e estaleiros navais na foz, tinha muitos mercados e nos bazares encontravam-se produtos de muita qualidade⁵².

Enquanto os almorávidas dominam o território, Silves é integrada no seu império, mas volta autonomizar-se com Ibn Qasī cerca de 1145, outra personagem mítica na história desta cidade, vindo de novo a ser integrada no império norte africano, desta feita sob a alçada dos almôadas, quando estes passam a dominar o Garbe. Entre 1189 e 1191 a cidade encontra-se, por curto período de tempo, sob o domínio cristão, mas só em 1248 a conquista cristã se torna definitiva.

⁵¹ Garcia Domingues, 1972, “Ossónoba na Época Árabe.”, Separata dos “Anais do Município de Faro”, Faro, p. 17.

⁵² José D. Garcia Domingues, 1960, “O Garb extremo do Andaluz e “Bortugal” nos historiadores e geógrafos árabes”, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 78, p. 343.

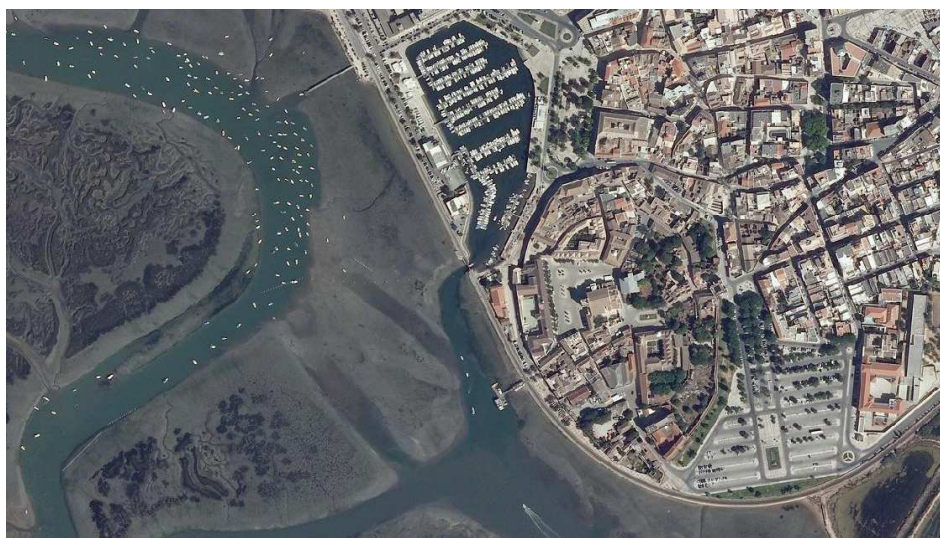


Fig. 3.2. Ortofotomapa da cidade de Faro. <http://mapas.cm-faro.pt>.

As comunidades moçárabes (bem como as muladis), eram poderosíssimas no Garbe al-Andalus, o que só por si remete de imediato para uma afirmação das características intrínsecas da região, bem como pela manutenção de muitos dos costumes e tradições locais. No que respeita à região de Faro, a existência e efectivo poder destas comunidades moçárabes é claramente atestada por diversas fontes. De referir, até pela pertinência no tema presente, a influência dessa comunidade na evolução da designação da cidade⁵³. Sendo bastante consensual a justificação da origem da designação de Santa Maria para a cidade, já o mesmo não sucede com a evolução final do topónimo para Faro. Defendida por muitos autores a sua origem no nome da família Banu Harun, que pela sua

⁵³ Desde a antiguidade conhecida por Ossónoba, é no século X que surge a alteração do nome da cidade para Santa Maria ou, segundo os cronistas árabes, Xanta Mariya Al- Algarbi. Daqui derivou posteriormente para Xanta Mariya de Hârun, de Hayrun, de Faron e Faraon⁵³. Desta derivação final terá resultado o nome de Faro. Seria de estranhar que em plena dominação islâmica, uma cidade visse o seu nome alterado para Santa Maria, não fora a forte presença moçárabe no território e o seu culto à Virgem. Este surge bem explícito nas Cantigas de Afonso X o Sábio, no século XIII⁵³, em que se descreve o culto que a população fazia a Santa Maria, através da veneração a uma Sua imagem colocada “en Faaron na riba do mar”, em como essa adoração foi violada pelos mouros, que atiraram a imagem ao mar, como estes foram castigados com a ausência de peixes para pescar, como recuperaram a imagem ao mar e a puseram “no muro” e como assim recuperaram as fartas pescarias.

permanência e poder teria dado o seu nome à cidade, surgem opiniões distintas⁵⁴, que defendem precisamente a relação oposta: é a cidade que dá o nome à família, sendo aliás o facto justificado pelo costume muladi de se associar o nome natal (da cidade de origem ou de fixação) ao nome corânico. A cidade teria assim passado a chamar-se Santa Maria de Faro, por ter sido construído na zona um farol, resultado do assoreamento da ria. Na realidade, são inúmeras as permanências nos topónimos que permanecem no tempo, e é um facto que existe actualmente uma Ilha do Farol, entre a da Culatra e a do Cabo de Santa Maria, todas elas situadas no complexo lagunar da Ria Formosa, defronte à cidade de Faro. Também é certo que desde a antiguidade se posicionam torres de vigilância, diversos sistemas defensivos e atalaias em toda a linha de costa, mormente na defesa e controlo de cidades importantes e em casos cuja situação geográfica o justifique⁵⁵.

O poder moçárabe e a manutenção de práticas cristãs em tempos islâmicos é igualmente traduzido por outros elementos: no século VIII, os restos mortais de S. Vicente, mártir de Córdoba, são deslocados para um Mosteiro do Cabo do Algarve (possivelmente localizado no Cabo de S. Vicente ou em Vila do Bispo) o que, junto à sacralidade mística do sítio, que o torna transversal a todas as religiões, origina ou simplesmente dá continuidade a um importante local de peregrinação. Este mosteiro terá sido um dos maiores proprietários de terras do ocidente, de todo o Garbe⁵⁶. Ainda sobre Faro, chega até nós a descrição de uma igreja “que é um edifício magnífico, com grandes colunas de prata como nunca foram vistas, tanto pela sua altura extraordinária como pela sua largura. Um homem não pode abarcar qualquer delas.”⁵⁷ O papel das comunidades moçárabes em Ossonoba, que mantiveram as suas estruturas sociais, políticas e religiosas, é determinante na história política da região, pois terá dependido sempre do seu apoio a subida de famílias

⁵⁴ Cláudio Torres, 1993, “O Garb-al-Andaluz”, História de Portugal, vol. I, Dir. de José Mattoso, p. 398, e Santiago Macias, 1999, “Terras da Moura Encantada”, Arte Islâmica em Portugal, p. 18.

⁵⁵ Teresa Júdice Gamito, 2002, “O papel das torres de vigia na defesa de Faro”, “Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb 500-1500”, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos”, Edições Colibri.

⁵⁶ Santiago Macias, 2005, “Islamização no território de Beja: reflexões para um debate.”, Europa e o Islão, Análise Social, 173.

⁵⁷ José D. Garcia Domingues, 1972, “Ossonoba na época árabe”, Separata dos Anais do Município de Faro, p. 15.

autóctones muladis ao poder, designadamente os Banu Bakr no final do século IX; os Banu Harun, já no século XI, dinastia modesta se comparada a outras de alta estirpe que tomaram o poder noutras cidades, mas cuja aliança com os cristãos a tornou poderosa.

Como já foi referido, Ossonoba surge referenciada nas fontes árabes pela primeira vez no séc. X, pelo cronista al-Razi e ora designou a vasta área descrita pelo mouro Razi, ora a cidade de Ossonoba, actual cidade de Faro. Autores de referência ainda recentemente suscitam a dúvida sobre a localização da cidade de Ossonoba na actual Faro⁵⁸. O que é certo é a imensa riqueza do território envolvente da cidade: rodeada a norte por uma fertilíssima planície de aluvião, desde sempre polvilhada de jardins e hortas e com uma imensa irrigação natural à superfície e subterrânea, termina a sul com um sistema lagunar que constitui um perfeito habitat de uma rica e diversa fauna e flora. É interessante que esta abundante fertilidade e riqueza naturais perdurem, desde as várias descrições oriundas de fontes históricas, até aos nossos dias: grande parte dessa área a norte é actualmente classificada em área protegida da Reserva Agrícola Nacional, com solos de categoria A, os mais férteis e, a sul, a área costeira encontra-se abrangida pela área protegida do Parque Natural da Ria Formosa, eleita santuário ecológico.

O século XI surge como um período de acumulação de riquezas locais⁵⁹, com a súmula de impostos cobrados e geridos pelos reinos das taifas, atestado pelas construções palacianas deste período. Estas acções dão corpo a um desejo de irmanar cultural e artisticamente com Córdova e as suas sumptuosas edificações, nomeadamente a mesquita e o complexo palatino de Madinat al-Zahra. É este também um período de grande produção artística e literária, com Ibn Ammar, al-Mutamid e outros.

⁵⁸ Jean-Pierre Leguay, 1993, Coord. de Oliveira Marques, "Portugal das invasões germânicas à reconquista", p. 65, faz referência a Lacóbriga (Lagos) e Ossónoba (junto a Faro).

⁵⁹ Christophe Picard, 2000, "Le Portugal musulman (VIII/XIII siècle), Maisonneuve et Larose, p. 314.



Fig. 3. 3. Ortofotomapa da região de Tavira. <http://mapas.cm-tavira.pt>.

Aquando da sua conquista por D. Paio Peres Correia, no século XIII, a descrição que é feita de Tavira equipara-a em importância a Silves e a Faro, segundo A. Borges Coelho⁶⁰. Seria uma das três cidades mais importantes da região. As escavações arqueológicas que se têm realizado na zona histórica da cidade, por M. Maia, atestam, segundo o investigador, que não haveria ocupação islâmica em Tavira em data anterior ao século XI⁶¹. Ainda segundo este, existiria no entanto já nessa época uma situação de riqueza e de grande prosperidade na cidade, no decurso do século XI, assegurada pelo espólio das escavações arqueológicas já levadas a efeito, do qual é emblemático o “Vaso de Tavira”⁶².

As fontes escritas disponíveis nada dizem sobre a cidade de Tavira em data anterior ao século XII. O conhecimento anterior a esta data resulta em exclusivo da actividade arqueológica. No período das taifas, ao deslocalizar-se a capital da região de Ossónoba de

⁶⁰ António Borges Coelho, 1989, “Portugal na Espanha Árabe”, volume II, Editorial Caminho, Lisboa, pp. 323-333.

⁶¹ Manuel Maia e Maria Maia, 2002, “As muralhas Medievais e Post Medievais de Tavira”, “Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro.” Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

⁶² Ficha n.º 172 de catálogo da exposição, 2003, “Tavira. Território e Poder”, Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, p. 300. Veja-se também catálogo da exposição “Terras da moura encantada – arte islâmica em Portugal”, 1999, Museu sem fronteiras, Editora Civilização, Porto. Veja-se para uma descrição pormenorizada do objecto e do seu contexto M. Maia, « O Vaso de Tavira e o seu contexto », « Portugal, Espanha e Marrocos, o Mediterrâneo e o Atlântico », ed. Teresa Júdice Gamito, Universidade de Algarve, 2004, pp. 143-166. ; e Luís Campos Paulo, 2007, « O simbolismo da purificação. O “Vaso de Tavira”: iconografia e interpretação », Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 10. n.º 1, pp. 289-316.

Faro para Silves, a perda de protagonismo de Faro vai impulsionar a emergência e afirmação de Tavira, poderosa praça fortificada que se torna o centro urbano mais importante do território algarvio oriental.

3.3 Arqueologia urbana no território algarvio.

A informação disponível encontra-se dispersa, no que respeita à morfologia e evolução da cidade no intervalo de tempo e no espaço em estudo. Assim, parece oportuna a elaboração de uma breve listagem de estruturas arqueológicas que têm sido descobertas no território algarvio, relacionadas com o período islâmico, numa tentativa de síntese com vista a uma leitura mais facilitada do território e dos seus episódios urbanos. Sendo identificadas as mais significativas intervenções arqueológicas, é na maior parte dos casos, dado parcial destaque às que mais se relacionam com o tema deste estudo ou seja, com as estruturas habitacionais, com sistemas de abastecimento de água e de saneamento.

3.3.1 Silves, Faro e Tavira.

Esta breve apresentação visa essencialmente as cidades que mais se destacaram neste período, Silves, Faro e Tavira, muito embora haja que fazer referência a outros aglomerados urbanos, pela importância dos seus achados, quer na sua leitura de caso isolado, quer para um entendimento global do território. Destaque-se ainda o facto de Faro, malgrado o seu protagonismo no período islâmico, ter insipiente somatório de

descobertas arqueológicas, se comparado com os demais centros urbanos algarvios, considerando a sua importância relativa.

S I L V E S . Desde o início da década de 80 do séc. XX que têm vindo a ocorrer intervenções arqueológicas sistemáticas em Silves⁶³, o que, associado a paralela investigação histórica, tem trazido um valioso contributo e vasta informação para o conhecimento do que foi esta cidade islâmica. Sobre o seu sistema defensivo sabemos que teria pelo menos quatro fortificações, afirmação constante da descrição do cruzado que participou na conquista da cidade de 1189, mas também com indícios afirmativos no que concerne a trabalhos arqueológicos entretanto realizados⁶⁴.

A alcáçova e a muralha da Medina dominam a cidade. Esta muralha transpunha-se através de quatro portas: a porta da Azóia a poente, a porta do Sol a nascente, a porta da Cidade a sudeste e a porta do “Arco em Ferradura”, a sudoeste. Embora se presuma a sua existência, a Couraça não foi até hoje identificada com segurança, embora já se conheçam dois tramos e uma torre da muralha de contenção dos arrabaldes. Segundo M. J. Gonçalves⁶⁵, entre outros autores, é provável que a mesquita principal, se encontrasse na localização precisa onde se encontra actualmente a catedral cristã, uma vez que houve sempre na história uma enorme tendência para dar continuidade à localização dos locais de culto, sacralizando os sítios de implantação. Os banhos estariam localizados nas proximidades dessa mesquita, mas destes, até à data, também não se conhecem vestígios. Muito provavelmente também, de acordo com a descrição de Al-Idrisi, um mercado ocuparia a envolvente da mesquita principal. Esta actividade comercial terá deixado

⁶³Rosa Varela Gomes, 2009, “O Castelo de Silves – Contributos da investigação recente”, XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp.477-488.

⁶⁵Maria José Gonçalves, “Silves Islâmica: deambulando pelo Arrabalde Oriental”, 2009, XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 489-524.

marcas até ao séc. XV, a julgar pelas actividades existentes nas casas que ocupavam a actual Rua da Sé, então Rua Direita⁶⁶.

O leito do rio Arade sofreu grandes transformações desde o período islâmico até aos nossos dias o que, talvez juntamente com o facto provável de as estruturas navais não se encontrarem imediatamente próximas à cidade, contribuiu para que ainda não tivessem sido identificadas estruturas do porto ou dos estaleiros referidos nas fontes anteriormente descritas. Estes estaleiros teriam tido extraordinário relevo na região. Utilizando as madeiras existentes nas proximidades, as embarcações aí construídas seriam de excelente qualidade⁶⁷.

As intervenções arqueológicas em Silves tiveram início em 1984, no Castelo. Seguiram-se vários trabalhos neste recinto, até 2001, dirigidos por Rosa Varela Gomes⁶⁸. Os achados arqueológicos em melhor estado de conservação datam do período compreendido entre a conquista de Silves pelos muçulmanos em 1191 e a sua “re”-conquista cristã definitiva, já em 1248. São descobertas estruturas defensivas, estruturas habitacionais palacianas, um complexo de banhos associado a estas estruturas palatinas, um aljibe, a “cisterna dos Cães”, entre outras pequenas cisternas e silos. Em algumas zonas, nomeadamente norte, a sul e mais a noroeste, foram também identificados alguns conjuntos de casas estruturadas em redor de pátios centrais. Segundo a autora, também foi descoberta a alcaidaria e um engenho de açúcar que se lhe encontrava anexo.

⁶⁶ Também de acordo com o descrito no “Livro do Almojarifado de Silves”.

⁶⁷ “L’embouchure de la rivière est l’emplacement d’un port où l’on construit des navires et les montagnes environnantes produisent une quantité considérable de bois qu’on exporte au loin. Henri Bresc e Annliese Nef, 1999, “Idrîsî, la première géographie de l’Occident”, Flammarion, Paris, p.263.

⁶⁸ Rosa Varela Gomes, 2009, “O Castelo de Silves – Contributos da investigação recente”, XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 477-488. Outras publicações a consultar para estudo do das intervenções da autora em Silves e em particular na zona do Castelo: Rosa Varela Gomes, 2003, “Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova.”, Trabalhos de Arqueologia, n.º35, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa e Rosa Varela Gomes, 2006, “Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: o núcleo urbano.”, Trabalhos de Arqueologia, n.º44, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

Têm sido detectados, em distintos pontos da cidade, vários sistemas de abastecimento de água durante o período islâmico. Para além da existência da couraça, elemento da estrutura defensiva que permitiria o acesso seguro à água do rio, parece que esta desenvolvida cidade estaria dotada igualmente de um sistema de abastecimento e distribuição de água por via de um canal subterrâneo, que trazia a água dos ricos aquíferos do subsolo envolvente⁶⁹. Outros trabalhos arqueológicos têm também permitido conhecer sistemas de armazenamento de água utilizados neste período. O aljibe que se encontra no interior da alcáçova apresenta magníficas dimensões e estado de conservação. Como já foi referido, também no interior da alcáçova se encontra a “Cisterna dos Cães” e, na década de 80 do séc. XX, a demolição de um edifício na Rua da Porta de Loulé, junto à muralha da Almedina, trouxe ao conhecimento público um poço, que estava completamente entulhado. Passou a chamar-se “Poço-Cisterna Almôada”⁷⁰ e encontra-se actualmente musealizado e inserido no edifício do Museu Municipal de Arqueologia. Também só no século XX foi possível desentulhar uma outra cisterna, situada entre a Sé-Catedral e o Castelo, talvez utilizada para fornecer água à mesquita⁷¹.

Terá sido sem dúvida uma cidade de dimensões já significativas para a época, no que respeita à sua densidade populacional e ao seu número de habitantes. Embora algumas hipóteses colocadas quanto ao número provável dos habitantes da cidade sejam muitas vezes pouco consentâneas, o facto inegável é que os recentes trabalhos arqueológicos, que têm trazido ao nosso conhecimento estruturas habitacionais limítrofes, em localizações que deixam antever as dimensões daqueles arrabaldes, aliás, em parte

69 Para o efeito, ver Maria José Gonçalves, 2009, “Silves Islâmica: deambulando pelo Arrabalde Oriental”, XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 489 a 524. Apresenta uma tentativa de explicação e integração dos variados trabalhos arqueológicos que se vêm desenvolvendo nos últimos anos na cidade, procurando uma leitura de conjunto da Silves islâmica, em várias vertentes: a cidade islâmica, os arrabaldes, os dispositivos defensivos dos arrabaldes, as casas dos arrabaldes, as estruturas associadas a actividades artesanais, as estruturas hidráulicas, as estruturas viárias e saneamento e outras estruturas. Também Maria José Gonçalves, 2010, “Novas problemáticas relacionadas com a topografia da cidade islâmica de Silves”, Arqueologia Medieval 11, Edições Afrontamento, pp 121-140.

70 As escavações foram iniciadas ainda em 1979. Rosa Varela Gomes, 2003, “Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova.”, Trabalhos de Arqueologia, n.º35, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

71 Teresa Júdice Gamito, 2003, “A cisterna árabe da Rua do Castelo”, Xelb 4, Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve, Câmara Municipal de Silves, pp. 235-246.

coincidentes com a actual configuração urbana de Silves, vêm reforçar a ideia de que outrora, em época islâmica, estávamos em presença de uma cidade com dimensão de relevo.

Para o período compreendido entre os séculos IX e XII, Cláudio Torres não atribui mais de 2000 a 2500 habitantes a Silves e Faro, com perímetros amuralhados com uma área de 6 a 7 hectares e perímetro de cerca de 1000 m. Cidades menores como Cacela, Tavira e Loulé, com área amuralhada inferior a 5 hectares, ainda assim, também configurariam cidades com “convincente estrutura urbana”⁷². Já Rosa Varela Gomes afirma que a área intramuros de Faro contaria com cerca de 3000 habitantes e a de Loulé com cerca de 1500. Silves, não contando com o arrabalde, contaria com 3500 habitantes sendo que, segundo a crónica do cruzado anónimo, a cidade chegaria ao número de 16000 habitantes, quando ocorreu a primeira conquista cristã, em 1189⁷³. Mais recentemente, é Maria José Gonçalves que apresenta a hipótese de Silves ter atingido 3410 habitantes antes do século XI, numa área amuralhada de 9,8 hectares correspondente à alcáçova e medina. Já na primeira metade do século XIII, teria atingido “6284 habitantes para uma área total de cerca de 18 hectares”⁷⁴. Refira-se que, aos dias de hoje, a cidade de Silves conta com cerca de 11000 habitantes.

Para além de algumas reconstituições hipotéticas, surgiram entretanto diversos vestígios físicos de estruturas islâmicas, decorrentes de uma actividade arqueológica bastante fértil nos últimos anos, que têm permitido novas hipóteses de leitura da cidade islâmica. No último quarto de século, a investigação arqueológica na cidade de Silves tem acontecido de forma regular e persistente. Alguns dos trabalhos arqueológicos recentes foram realizados no âmbito do Programa Polis, programa de cariz essencialmente

⁷² Cláudio Torres, 1993, “O Garb-al-Andaluz”, História de Portugal, vol. I, Dir. José Mattoso, p. 397.

⁷³ Rosa Varela Gomes, 1993, “A Cidade”, “Jornadas inter e pluridisciplinares”, Coord. Maria José Ferro Tavares, Universidade Aberta.

⁷⁴ Maria José Gonçalves, 2009, “Silves Islâmica: deambulando pelo Arrabalde Oriental”, XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, p. 521.

urbanístico, de intervenção urbana, oriundo de uma política territorial emanada a nível nacional, aplicado em algumas cidades, entre elas Silves.

Toda esta investigação do subsolo veio a revelar a existência de múltiplas estruturas habitacionais, uma necrópole, silos, fossas, outro tipo de estruturas, associadas ao comércio, ao artesanato e à vida em comum das populações, sendo que a função de algumas destas descobertas é ainda alvo de algumas dúvidas. Estas intervenções e achados decorreram em grande parte ao longo de alguns percursos viários, como no Largo da Sé, na Rua da Azóia (actual Rua D. Afonso III) e na Rua do Saco, permanecendo ainda em estudo a falta de correspondência entre alguns traçados existentes aquando da ocupação islâmica e os dos nossos dias⁷⁵.

Outros resultados arqueológicos surgiram de escavações de emergência decorrentes de recente condicionalismo legal municipal que indica a prospecção em subsolos cartografados como áreas arqueologicamente sensíveis (no Plano Director Municipal do município de Silves), acção que tem de ser lançada previamente ao avanço de qualquer tipo de intervenção material ou construção. Destas prospecções destacam-se a descoberta de várias estruturas ou contextos habitacionais, nomeadamente a resultante da recuperação do Teatro Gregório Mascarenhas⁷⁶, na Rua Cândido dos Reis, realizada em 2004, numa área de 296 m², que descobriu 4 habitações; a resultante do “Empreendimento do Castelo”⁷⁷, também sita na Rua Cândido dos Reis, que decorreu

⁷⁵ Veja-se as escavações que decorreram no Largo da Sé, entre 2004 e 2005, que puseram a descoberto várias estruturas : Ana Isabel Vieira e Cristina Chanoca, 2006, “ O Largo da Sé, Silves: resultados preliminares de uma intervenção de salvaguarda”, XELB 6 - vol.I, Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 71-82. Veja-se igualmente as escavações realizadas na Rua do Saco e na Rua da Porta da Azóia, também entre 2004 e 2005, que se traduziram num elevado número de fossas e silos encontrados ao longo deste eixo: Ana Isabel Vieira e Cristina Chanoca, 2006, “ Fossas e Silos do eixo Porta da Azóia – Rua do Saco (Silves)”, XELB 6 – vol.II, Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 115-130.

⁷⁶ Ana Cristina Ramos, 2006, “ Arqueologia urbana em Silves. A intervenção no Teatro Gregório de Mascarenhas.”, XELB 6 – vol.I, Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 51-70.

⁷⁷ José Costa dos Santos e Paula Barreira Abranches, 2010, “O arrabalde da Silves islâmica. A intervenção arqueológica do empreendimento do Castelo”, Arqueologia Medieval 11, Edições Afrontamento, pp 89-102.

entre 2005 e 2007, numa área de 4280 m², apresentando um conjunto de cerca de 15 casas; ainda uma outra intervenção, também na mesma Rua Cândido dos Reis, em 2006, abrangendo uma área de 500 m², que apresenta um conjunto de 6 habitações⁷⁸. Este somatório de descobertas tem sido muito valioso para o estudo da evolução urbanística da cidade.

F A R O . Relativamente à compreensão da evolução da cidade de Faro, muito contribuíram os testemunhos arqueológicos encontrados por T. Júdice Gamito⁷⁹. As escavações de 1987, no quintal da sede da Polícia Judiciária⁸⁰, puseram a descoberto a sobreposição de dois pavimentos em *opus signinum*, para melhor impermeabilização do terreno húmido de nível freático muito elevado, provavelmente de uma habitação. Em 1992 e 1993 e entre 1997 e 2000, decorreram as escavações na Horta da Misericórdia⁸¹, que puseram a descoberto algumas estruturas com contexto habitacional.

Os estudos efectuados no Arco do Repouso, bem como a interpretação da permanência de topónimos na cidade que atestam a antiga invasão de braços de água da lagoa, no que corresponde á área actual da cidade, envolvendo o núcleo urbano que morfologicamente seria um pequeno ilhéu ou península, levam a autora a datar esta tomada de terra aos sapais do período romano, dos séculos II/I a. C., em que terá sido

⁷⁸ Sónia Duarte Ferreira, Carla Lemos Estrela, Luis Campos Paulo e Telmo Pinheiro Silva, 2008, “Intervenção arqueológica na Rua Cândido dos Reis: novos dados sobre o urbanismo islâmico da cidade de Silves”, XELB 8 – vol. II, Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 131-147.

⁷⁹ Essencial consultar, sobre escavações realizadas pela autora em Faro, Silves e Alvor: Teresa Júdice Gamito, 2007, “O Algarve e o Magreb (711-1249)”, Universidade do Algarve. Ver também Teresa Júdice Gamito, 1997, “A cidade de Ossunoba e o seu território envolvente”, pp. 343-360. “Noventa séculos entre a serra e o mar”, Coord. Maria Filomena Barata. Foram levadas a efeito, pela autora, escavações no cemitério romano na Rua das Alcaçarias, em 1984; na Horta da Misericórdia, em 1984; na sede da Polícia Judiciária, em 1987; novamente na Horta da Misericórdia, em várias campanhas. Foram igualmente feitas intervenções de acompanhamento em obras camarárias, nomeadamente no Arco do Repouso, em 1991 e no Arco da Vila, em 1993.

⁸⁰ Célia Gonçalves e Tânia Silva, 2008, “O período islâmico em Faro – Resultados preliminares”, XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, pp. 597- 604 – apresentam planta e fotografais da área escavada.

⁸¹ Numa destas habitações, com um “pátio de serviço”, foi encontrado um corredor lateral de acesso a uma latrina, mas não se afigura segura a datação desta, pois existia uma segunda latrina na área traseira, associada à mesma habitação.

alargado o perímetro da cidade (a norte e a nascente) e só posteriormente, nos séculos I/II d. C. terá sido construído o actual perímetro amuralhado da cidade. É ainda T. Gamito que aponta os efeitos da presença bizantina, durante cerca de 70 anos, no recinto amuralhado da cidade⁸², através do seu reforço defensivo, que se pode constatar nos torreões que se iniciam cilíndricos, de origem romana, e que terminam em secção heptagonal, muito ao jeito das intervenções bizantinas. Estes torreões localizam-se junto ao Arco do Repouso, na parte da cidade então acessível por terra e, como tal, necessitando prioritariamente de preocupações defensivas, dado que o restante perímetro, rodeado por água, se encontrava naturalmente protegido.

A presença islâmica na cidade de Faro vai deixar testemunhos no reforço das portas do recinto amuralhado. É neste contexto que surge a porta árabe do Arco da Vila e o Arco do Repouso. O Arco do Repouso é reforçado com um sistema duplo de torres albarrãs, poderoso sistema defensivo, provavelmente do período almôada⁸³. É uma vez mais esta a área da cidade que oferece uma maior preocupação de cariz defensivo, dada a sua maior permeabilidade a ataques exteriores, com um acesso por terra mais facilitado.

O Arco da Vila foi traçado axialmente no perímetro amuralhado e rasga um sistema defensivo de entrada em cotovelo, cuja porta apresenta “um dos mais antigos e monumentais arcos ultrapassados que se conserva hoje no nosso país. Atribuível ao séc. XI, este portal construído em pequenos silhares, exhibe uma sequência de aduelas alternadas que lhe conferem uma convincente dignidade clássica.”⁸⁴ Esta porta esteve até há muito pouco tempo entaipada e, portanto, escondida.⁸⁵ A leitura desta porta árabe,

⁸² Teresa Júdice Gamito, 1996, “As muralhas de Faro e os vestígios bizantinos da ocupação da cidade e do seu sistema defensivo”, *Miscellanea de Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, pp. 259-288.

⁸³ Cláudio Torres, 1997, “O Al Garbe”, pp. 431-448. “Noventa séculos entre a serra e o mar”, Coord. Maria Filomena Barata.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ Observam-se referências ao seu entaipamento em José D. Garcia Domingues, 1956, “Património Cultural Árabe-Algarvio”, Casa do Algarve, Lisboa, p. 16; em Cláudio Torres, 1993, “O Garb-al-Andaluz”, *História de Portugal*, vol. I, Dir. de José Mattoso, p. 398; e em Basílio Pavon Maldonado, “Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmana”, vol.II, 1999, p.451.

particularmente da sua singular monumentalidade, é muito naturalmente determinada pelo seu contexto histórico, político, económico e social, geográfico e cultural. O papel marítimo e lagunar da cidade foi sempre preponderante na sua evolução e desenvolvimento, tendo aqui este facto particular relevância por ser no lado amuralhado que se encontra cercado pelas águas que se situa a porta árabe.

No período da islamização, tanto como em outros períodos da história, foram privilegiados os contactos marítimos relativamente aos contactos terrestres, não só por interesse económico de manter o relacionamento com outros portos marítimos, neste caso particularmente com os portos norte-africanos e mediterrânicos, mas também pela maior celeridade deste tipo de deslocações⁸⁶. Este facto, conjuntamente com a necessidade de construir e manter os arsenais marítimos⁸⁷, traz um forte desenvolvimento à cidade de Faro, que naturalmente se vira para o seu porto, cuja entrada para o núcleo amuralhado se faria exactamente pela porta árabe.

Esta porta assume particular importância na descrição da cidade islâmica pela possibilidade de a contextualizar na história. Com a configuração de uma entrada “em cotovelo”, tipo defensivo divulgado a partir do século XI e que se traduz no acesso a um recinto fortificado de forma não directa ou imediata, introduzindo uma flexão de 90º no

⁸⁶ Cláudio Torres, 1993, “O Garb-al-Andaluz”, História de Portugal, vol. I, Dir. de José Mattoso, p. 392-393. “Os rios e os mares são, no entanto, a via por excelência de todo o comércio. As cidades mais importantes crescem à volta de um porto e as mercadorias circulam rapidamente ao longo de milhares de quilómetros. Se um dia de marcha pode cobrir os 30 ou 40 quilómetros, um dia de mar, com vento de feição, galga centenas de milhas: uma viagem entre Mértola e Sevilha por terra demorava 4 dias e por mar pouco mais de uma jornada de sol a sol.” “ Nas costas meridionais do Garb-al-Andaluz estende-se uma enorme enseada, cujos extremos são a Ponta de Sagres e o porto muçulmano de Salé (...) mesmo em condições ideais de navegação, era sempre muito mais rápido e seguro viajar de Tavira ou Faro para Arzila, Salé ou Málaga do que para Lisboa.” O autor refere ainda que os achados arqueológicos de Mértola comprovam as trocas comerciais com a Ifriquia (actual Tunísia).

⁸⁷ António Borges Coelho, 1971, 2.ª edição de 1988, p.59. “Santa Maria do Garbe está situada numa ponta que avança pelo Atlântico e os seus muros são banhados pelas águas na maré cheia. É uma cidade de importância média com um território cujo solo é de boa qualidade. Está provida de uma mesquita-catedral e é sede de um alcaide-em-chefe. O seu porto é frequentado por navios. (...) Está provida de um estaleiro de construção para a frota. Em face dela, no mar, há ilhas onde crescem pinheiros.”

percurso, é alcançado o objectivo inequívoco da eliminação de qualquer entrada mais intempestiva ou fora do controlo interno do recinto⁸⁸.

Não obstante a grande importância que a cidade de Faro teve durante o período islâmico, atestada por inúmeras fontes e como se pode entender do papel da porta árabe, na actualidade não se conhecem estruturas habitacionais e de outros elementos de composição urbana do período islâmico que, para além das já citadas, tenham dimensão suficiente que permitam o auxílio numa leitura mais abrangente e estruturada do desenvolvimento urbano da cidade nesta época, em particular das suas áreas residenciais e vida quotidiana.

T A V I R A . Em Tavira, a actividade arqueológica teve o seu início em 1996, com M. e M. Maia⁸⁹, com a escavação realizada na já extinta sede do Banco Nacional Ultramarino. A história da cidade neste período islâmico tem vindo a ser construída a partir da junção de resultados obtidos de diversas escavações arqueológicas, ora decorrentes de prospecções integradas em estudos sistemáticos, ora decorrentes de escavações ditas de emergência, isto é, de acompanhamento de obras actuais de construção no espaço urbano, visando minimizar o seu impacto negativo ou o apagar da história local. Junta-se a este estudo a interpretação da topografia e história da cidade.

O resultado é a construção de hipóteses de explicação sucessivas que vão evoluindo em conformidade com as informações novas que se vão conseguindo recolher e com as diferentes abordagens que os investigadores propõem. A explicação do traçado das muralhas e demais estruturas defensivas de Tavira e a respectiva datação e contextualização histórica tem sido alvo de algumas alterações⁹⁰, mas parece ser possível

⁸⁸ Fernando Branco Correia, 1998, "Fortificações islâmicas do Gharb", "Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo.", Coord. C. Torres e S. Macias, Museu Nacional de Arqueologia.

⁸⁹ Manuel Maia, "Muralhas islâmicas de Tavira", 2003, catálogo da exposição "Tavira. Território e Poder", Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, pp. 155-162.

⁹⁰ Idem.

afirmar a existência de várias fases de perímetros amuralhados, começando pelo inicial, da elevação topográfica que contem a alcáçova e castelo, um outro perímetro correspondente à época almorávida, um decorrente das segundas Taifas e ainda um traçado de muralhas almôada. Durante a época almôada é edificado um novo pano de muralhas, naturalmente integrada em estratégia conjunta de reforço das defesas costeiras, face à intensificação do tráfego litoral.

A alcáçova localizar-se-ia no interior do Castelo e a medina, em seu redor, albergaria as duas mesquitas, a maior e a menor, correspondentes às actuais Igreja de Santa Maria e a Igreja de Santiago Maior. Não é contudo consensual a existência de duas mesquitas na Tavira islâmica, parecendo não ter existido população em número suficiente e estrutura económica que justificasse a construção de uma segunda mesquita. Nesta área cimeira concentrava-se o poder político e administrativo, bem como as funções comerciais e de produção de artesanato na cidade. Com a sua localização excepcional, à beira de um sistema lagunar tranquilo e fértil, a cidade teria naturalmente populações fixadas junto à água, ao seu porto, nas suas actividades piscatórias, marítimas e comerciais, pelo que se presume a existência de bairros residenciais piscatórios junto à água.

Aquando da já referida intervenção realizada em 1996 por M. Maia, foram igualmente descobertas estruturas habitacionais, que o investigador atribui ao século XII. Estas estruturas situavam-se acima dos níveis de uma lixeira, com conteúdo extremamente rico e variado de onde se extraiu o já mencionado “vaso de Tavira”: *“Sobre a lixeira e selando-a existia uma camada de terra praticamente estéril. Na parte superior deste extracto estavam implantados os alicerces e esgotos das habitações de um bairro do século XII, como o comprovam os materiais recolhidos, que foi destruído para permitir a construção da muralha. (...) A destruição deste bairro ribeirinho revela uma grande urgência no alargamento da cintura defensiva, talvez a ameaça almôada, e não uma programação feita atempadamente”*⁹¹.

⁹¹ Manuel Maia, “Muralhas islâmicas de Tavira”, 2003, catálogo da exposição “Tavira. Território e Poder”, Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, pp. 158 e 159.

As escavações arqueológicas mais recentes têm trazido a descoberto, entre outras, estruturas habitacionais islâmicas, com elevado grau de conservação e detalhe e com áreas descobertas assinaláveis, dentro do perímetro amuralhado

As intervenções na Pensão Castelo, sendo a última de 2003 e 2004, terão exposto uma fossa séptica com materiais datados do século XI, bem como descobertas estruturas de contextos habitacionais, atribuíveis ao século XII/XIII, apresentando um conjunto de muros, um arruamento e sobre este, um esgoto com dois poços de decantação. No decurso de outros trabalhos, realizados no Solar dos Corte-Real, no Palácio da Galeria e no Parque de Festas, foi recolhido espólio variado atribuído ao período islâmico.

Entre 2006 e 2008, foram realizados trabalhos no âmbito de uma escavação de emergência no Convento da Graça, a carga da Câmara Municipal de Tavira, com vista à reabilitação deste equipamento para posterior utilização como pousada da Enatur. As descobertas assumiram uma importância e valorização muito grandes, de tal modo que parte dessa área veio a ser integrada no projecto desta pousada, encontrando-se actualmente musealizada e objecto de exposição e visita. Esta intervenção descobriu um bairro habitacional almôada, com um conjunto de pelo menos 13 casas e 3 arruamentos, que será abordado com mais detalhe no capítulo 5. Numa área limítrofe, mas extramuros, na zona da Bela Fria⁹², foi também identificado um bairro almôada construído de novo, com estruturas habitacionais, canalizações e arruamentos e uma estrutura que poderá estar ligada a trabalhos não domésticos. Todas estas descobertas têm suscitado novos estudos e a elaboração de algumas teorias de explicação da evolução e configuração da cidade de Tavira islâmica⁹³.

⁹² De acordo com informações do Serviço de Arqueologia da Câmara Municipal de Tavira, os trabalhos realizados na Calçada de Santa Maria / Rua da Bela Fria ainda se encontram inéditos.

⁹³ Sandra Cavaco e Jaquelina Covaneiro apresentam uma resenha das mais recentes descobertas arqueológicas, bem como uma síntese da informação actualmente existente sobre Tavira islâmica, procurando um cruzamento entre os dados arqueológicos e as fontes históricas de que há conhecimento à data em “Um (novo) olhar sobre a Tavira islâmica”, 2009, XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 429-443.

3.3.2 Outros aglomerados urbanos no Algarve.

“(...) Como centros urbanos intermédios destacam-se, além da cidade interior de Loulé, com uma área muralhada de cinco hectares, algumas povoações fortificadas de três ou quatro hectares, como Alvor, Albufeira e S. Brás de Alportel. No extremo ocidental, o castelo costeiro de Aljezur ostenta ainda alguns panos de muralha que podem ser atribuídos a essa época. De inequívoca cronologia almôada são Salir e Paderne, duas fortificações em taipa situadas no barrocal.

Finalmente, no extremo sul, uma importante via, saída de Sevilha e Niebla percorria toda a costa algarvia através de Cacela, Tavira, Santa Maria de Faro e Silves, terminando no extremo ocidental onde se situava o célebre e antigo centro de peregrinação da Igreja do Corvo.”⁹⁴

Para além dos centros urbanos com maior destaque na história da região, outros assentamentos tiveram o seu papel na dinâmica histórica, urbana e defensiva da região algarvia. Desses, abordaremos brevemente os casos de Alcoutim, Cacela, Salir, Loulé Albufeira e Paderne, que têm sido palco de algumas intervenções arqueológicas com impacto significativo para o entendimento global desta região. Acrescenta-se o caso de Alcaria de Odeleite, assentamento de cariz rural, a título de comparação.

A L C O U T I M . Saindo do litoral, Guadiana acima, avistamos o Castelo Velho de Alcoutim, onde se encontra um pequeno aldeamento cimeiro, fortificado, com uma área de cerca de 700 m², implantado no material rochoso previamente nivelado. No

⁹⁴ Cláudio Torres e Santiago Macias, 1998, “Portugal islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo”, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 184.

interior amuralhado, após escavações a cargo de Helena Catarino⁹⁵, iniciadas em 1985, foram descobertas, entre outras estruturas, uma pequena mesquita, várias habitações, datadas do século XI, constituindo aglomerado razoavelmente urbano, com existência de uma cisterna, para além de pequenos compartimentos destinados a latrinas, inclusivamente com recurso a canalizações. O Castelo das Relíquias, também sito no concelho de Alcoutim, foi igualmente intervencionado, sendo as primeiras escavações datadas de 1979 e 1980, também por Helena Catarino. Foram identificadas estruturas defensivas e também estruturas habitacionais. No contexto habitacional surge uma latrina, cuja canalização de escoamento é orientada por forma a desaguar através de um pano da muralha e parece que esses resíduos caíam para um fosso⁹⁶.

C A C E L A . *“A pequena fortaleza de Cacela dominava, no alto da falésia, o braço de mar por onde passavam as embarcações que demandavam a cidade de Tavira tendo, por isso, um papel crucial como ponto avançado de defesa do rio Gilão.”*⁹⁷

A muralha islâmica de Cacela a Velha foi grandemente danificada pela implantação do recinto fortificado seiscentista que domina altaneiro, sendo no entanto ainda visíveis alguns panos da fortificação islâmica, edificados em taipa. Entre 2004 e 2008⁹⁸, foi intervencionada uma área, de cerca de 180 m², resultante da construção de uma moradia unifamiliar, localizada no limite norte do centro urbano de Cacela, já próxima de um pano de muralha. Desta intervenção resultou o descobrimento de novo pano de muralha e

⁹⁵ Helena Catarino, 2005-2006, “Formas de ocupação rural em Alcoutim (Séculos V-X)”, CuPAUAM 31-32, pp.117-136. De consultar os desenhos das estruturas arqueológicas e descrição do espólio encontrado no Castelo Velho de Alcoutim em Helena Catarino, 1997/98, “O Algarve Oriental durante a Ocupação Islâmica”, “al-‘ulyā”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.º6, vol. III.

⁹⁶ Helena Catarino, 1997/98, “O Algarve Oriental durante a Ocupação Islâmica”, “al-‘ulyā”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.º6, vol. I, p.410.

⁹⁷ Cláudio Torres e Santiago Macias, 1998, “O legado islâmico em Portugal” Fundação Círculo de Leitores e Autores, Lisboa, pp. 217.

⁹⁸ Alexandre Valinho e João Nuno Marques, 2009, “Contributo ao estudo da ocupação islâmica de Cacela Velha”, XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 569-578.

algumas estruturas habitacionais, cuja ocupação se encontra datada do século XIII. De salientar a existência de uma estrutura muito evidente de escoamento de águas residuais, claramente construída com elementos pétreos, entre dois muros das estruturas habitacionais, bem como a existência de um espaço “corredor” de circulação, a separar estas estruturas habitacionais do pano de muralha descoberto.



Fig. 3. 4. Fotografia cedida pelo CIIP de Cacela, com a escavação arqueológica do Poço Antigo, em primeiro plano.

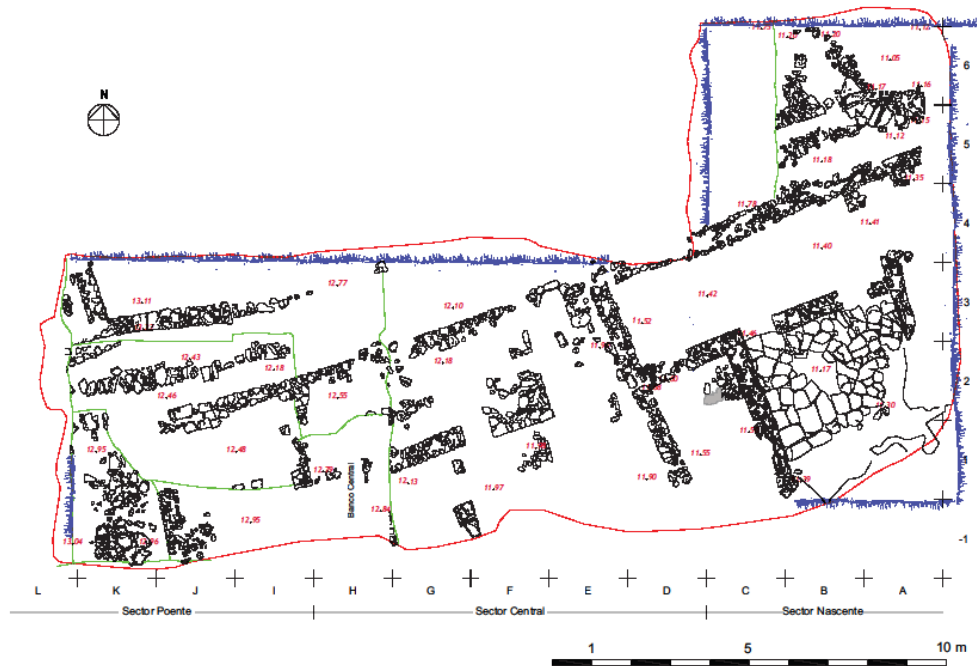


Fig. 3. 5 Desenhos da escavação do Poço Antigo, em Cacela Velha, cedidos pela responsável pelos trabalhos, Dra. Cristina Garcia.

Para além destes testemunhos, foram postos a descoberto, com diversos trabalhos realizados no local já desde 1998, a nascente desta elevação de Cacela Velha, em zona baixa, na foz de um curso de água, uma necrópole cristã bem como estruturas habitacionais associadas a povoação piscatória, sendo estas intervenções levadas a efeito por Cristina Garcia⁹⁹, permanecendo ainda em estudo. Nesta área residencial, composta por três habitações identificadas de tipologia mediterrânica, organizadas cada uma à volta de um pátio central e em conjunto alinhadas ao longo de um arruamento, foram detectados vários derrubes, sendo a área abandonada em período almôada. Detectaram-se igualmente estruturas construídas em pedra, com tipologia consentânea com canalização de águas residuais, sendo inclusivamente apresentada a existência de uma canalização que desagua numa conduta que por sua vez iria verter para a ribeira de Cacela. O arruamento apresenta cuidado na pendente, com caleira central de escoamento de águas pluviais. A implantação posterior da necrópole veio a danificar grandemente as estruturas habitacionais anteriores.



Fig. 3.6. Fotografia cedida pelo CIIP de Cacela, com a escavação arqueológica do Poço Antigo em curso, aqui mostrando o traçado das canalizações encontradas numa das habitações.

Têm sido diversificados e em grande número os achados arqueológicos dispersos atribuídos ao período islâmico nas proximidades de Cacela Velha, o que atesta a riqueza e prosperidade do local naquela época.

⁹⁹ Foi-nos cedido exemplar policopiado do “Relatório da Campanha de 2001 da escavação arqueológica do Poço Antigo, Cacela Velha” e fotografias retiradas das diversas campanhas de escavação, pelo Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela, bem como desenhos relativos às estruturas habitacionais escavadas, por Cristina Garcia.

A L B U F E I R A . *“O topónimo Albufeira – o regolfo ou lagoa – sugere a topografia desta antiga fortaleza implantada numa quase ilha rochosa que abraçava e defendia um dissimulado porto de abrigo onde penetravam profundamente as águas das marés. Hoje, esta pequena enseada está completamente assoreada e invadida por urbanizações modernas. O casco urbano intramuros, actualmente descaracterizado, e que, devido à sua implantação estratégica, esconde certamente um dos mais antigos estabelecimentos de mercadores orientais nas costas algarvias, desempenhava ainda em época islâmica um destacado papel de entreposto marítimo.”*¹⁰⁰

O traçado da sua muralha apresenta na actualidade alguns panos expostos, existindo hipóteses de reconstituição da sua configuração. A mesquita terá presumivelmente ocupado o mesmo local da actual Capela da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira ou outro local, situado nas proximidades, no quintal dos armazéns da Câmara Municipal, onde se têm estudado elementos de permanência relacionados com o culto religioso. A descaracterizada Albufeira foi alvo recente de algumas escavações arqueológicas no seu centro antigo, uma delas realizada no ano de 2000, pondo a descoberto dois silos na Rua Henrique Calado¹⁰¹, datados de meados do século XIII. Conhece-se igualmente outro silo e uma cisterna almôada¹⁰², que se encontra actualmente musealizada no Museu de Arqueologia Municipal (como em Silves). Outras intervenções decorreram (também à semelhança do que se passou na cidade de Silves), com escavações resultantes de obras relacionadas com o Programa Polis, entre 2005 e 2006.

¹⁰⁰ Cláudio Torres e Santiago Macias, 1998, “O legado islâmico em Portugal” Fundação Círculo de Leitores e Autores, Lisboa, pp. 187.

¹⁰¹ Mário Varela Gomes, 2010, “Silo do centro histórico de Albufeira (Algarve, Portugal)”, XELB 10, Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 477-495. Ainda sobre Albufeira, de consultar Luis Campos Paulo, 2007, “Estácio da Veiga e a Arqueologia no Concelho de Albufeira”, XELB 7, Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 407-420.

¹⁰² Apresentando igualmente, para além de descrição e desenhos da cisterna e silos, resenha histórica sobre a cidade, descrição detalhada do sistema defensivo (panos de muralha e portas), bem como levantamento da informação disponível até à data da publicação: Mário Varela Gomes, 2002, “Castelo de Albufeira: novos contributos para o seu conhecimento”, “Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb 500-1500”, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos”, Edições Colibri, pp. 337- 346.



Fig. 3.7. Estado actual das escavações na Praça da República em Albufeira, defronte do Museu Municipal de Arqueologia.

As escavações resultantes deste Programa, no centro histórico antigo, que coincide quase totalmente com o espaço intramuros, foram objecto de Relatório Preliminar¹⁰³. Datadas do período islâmico, foram detectadas estruturas de tipo silo ao longo da Rua Henrique Calado, em cujo espólio foram encontrados diversos elementos do quotidiano e que atestam os costumes alimentares da população. Foram igualmente detectadas estruturas deste tipo noutros locais, como a Rua do Pico Alto, Rua Joaquim Pedro Samora, Rua do Cemitério Velho, Rua Nova, Travessa da Igreja Velha, Largo do Correio Velho e Largo da Rua do Cemitério Velho. Na praça da República, onde a área intervencionada foi de maior dimensão, foi detectada uma realidade mais complexa: são várias estruturas, umas ligadas à vida doméstica, outras à vida pública, com acentuada diacronia, que se encontram ainda em estudo.

Segundo informações do Museu Municipal de Arqueologia, têm sido nos últimos anos encontrados vários objectos isolados, ligados a contextos habitacionais de ocupação islâmica, em alguns locais que, ao serem alvo de algum tipo de intervenção urbanística na actualidade, geram a possibilidade de se proceder a investigações do foro arqueológico. Verifica-se uma maior frequência dessas ocorrências em locais coincidentes com o anterior curso do ribeiro de Albufeira, que outrora abraçava a zona antiga e hoje se encontra

¹⁰³ Sérgio Carvalho, Marina Pinto e Alexandre Sarrazola, 2008, “Intervenções arqueológicas realizadas no âmbito do Programa Polis de Albufeira (primeiros resultados), Apontamento de Arqueologia e Património, 2/2008.

encanado, com percurso subterrâneo ao desenvolvimento urbanístico desta cidade. A eventual existência de estruturas habitacionais junto ao antigo leito do ribeiro, principalmente perto da sua foz, só viria confirmar uma tipologia de assentamento urbano que é comum. Seria uma espécie de arredor ou bairro limítrofe, essencialmente dedicado à vida piscatória e também ao comércio marítimo, implantado próximo de núcleo urbano de maiores dimensões e com qualidades defensivas. Esta situação tem vários paralelos próximos, uns conjecturais, outros atestados, como Tavira, Cacela Velha, Mértola, Santarém, Lisboa, entre outros.

L O U L É . Avançando para o interior, Loulé era, dos que não tinham contacto directo com o mar, o aglomerado urbano mais extenso neste território algarvio. Existem algumas hipóteses para a definição do perímetro amuralhado, auxiliadas pelo facto de algumas partes desse traçado se encontrarem expostas. É também opinião de alguns que a torre sineira da Igreja de S. Clemente, situada no centro antigo, corresponde ao antigo minarete da mesquita. Em 2004, inicia-se uma escavação, realizada na sequência da demolição de um edifício num espaço imediatamente exterior ao perímetro das muralhas, que veio expôr a extremidade de um sistema subterrâneo de captação e distribuição de água¹⁰⁴. Também relacionada com o papel urbano da água, está outra intervenção, iniciada em 2006, a da “Casa das Bicas”¹⁰⁵, abrangendo uma área de 750 m², sendo o limite poente desta área precisamente definido por um pano de muralha, aventando-se a hipótese de ali ter existido uma torre inserida no sistema defensivo da cidade louletana. Esta estrutura arqueológica, onde se podem ler ocupações de várias épocas históricas, tem a sua leitura mais expressiva como estabelecimento de banhos públicos da época islâmica, tipo de equipamento muito comum na cidade islâmica, mas cujos vestígios arqueológicos não têm sido encontrados com frequência, o que traz ainda maior relevância a esta descoberta.

¹⁰⁴ Isabel Luzia, 2006, “Primeiros dados para o estudo dos sistemas hidráulico islâmico de Loulé.”, XELB 6 – vol. I, Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 83-92.

¹⁰⁵ Isabel Luzia, 2008, “A primeira campanha de escavação da “Casa das Bicas- Loulé”, XELB 8 – vol. I, Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 263-274.

As intervenções arqueológicas sistemáticas em Loulé, à semelhança do que acontece em muitos outros locais, são bastante recentes¹⁰⁶, pelo que ainda são muitas as dúvidas sobre a configuração desta cidade no período islâmico. De qualquer modo, no que respeita às áreas residenciais islâmicas, as novidades são ainda insipientes, existindo apenas um ou outro apontamento de estruturas habitacionais isoladas datadas deste período histórico.

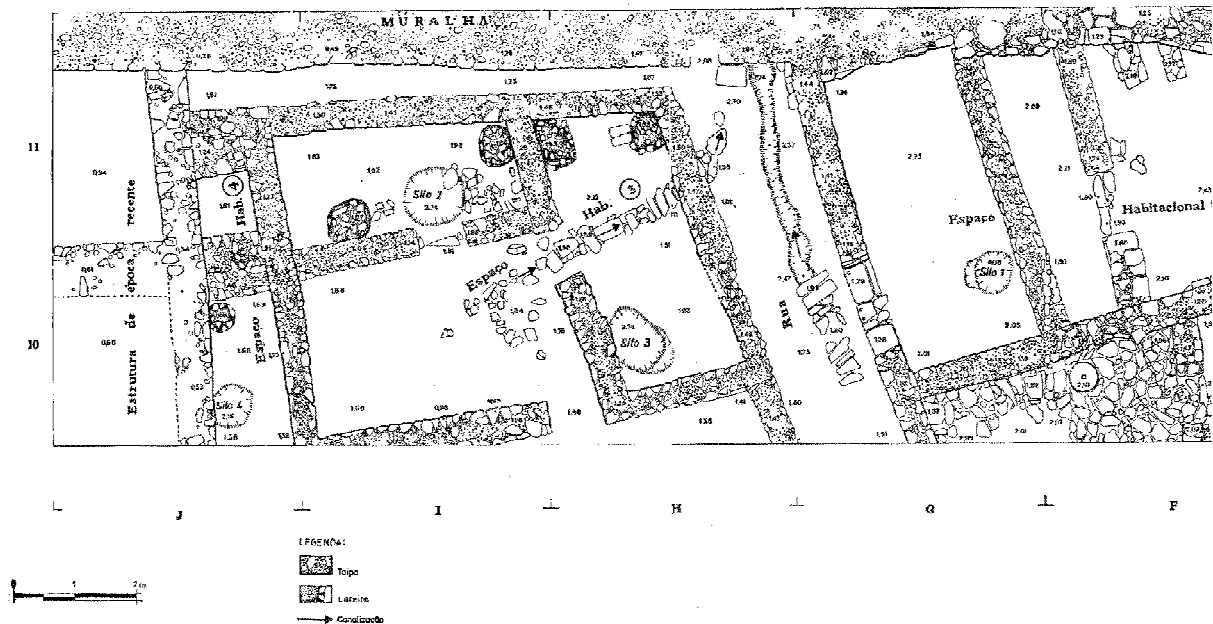


Fig. 3. 8 Excerto da planta do Castelo de Salir. Helena Catarino 1997/1998 (Ob. Cit.).

S A L I R . Cabe aqui também a referência aos Castelos de Salir e de Paderne, ambos construídos no século XII e utilizando uma imponente taipa. Salir¹⁰⁷,

¹⁰⁶ Isabel Luzia, 2009, “Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica”, XELB 9, Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 465-476. Interessante a apresentação da localização cartográfica e descrição das intervenções arqueológicas realizadas na cidade na última década.

¹⁰⁷ De consultar os desenhos das estruturas arqueológicas e descrição do espólio encontrado no Castelo de Salir em Helena Catarino, 1997/98, “O Algarve Oriental durante a Ocupação Islâmica”, “al-ulyā”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.º6, vol. III.

embora povoado fortificado, com a sua pequena dimensão, não terá sido sequer alcáçova senhorial, sendo mais provável que apenas albergasse a residência de alguns camponeses, apenas com a função de abrigo em caso de necessidade ou em determinadas épocas ou situações episódicas. Não obstante este grau de simplicidade, no levantamento da estrutura arqueológica das habitações foram detectados sistemas de canalização, quer no interior de uma habitação, quer no arruamento contíguo, uma ligando à outra, com desagúe para o exterior através do pano de muralha. Neste local também se verifica a existência de uma habitação que adossa ao pano de muralha e outra que não o faz, deixando entre ambas as estruturas, habitação e muralha, um espaço livre de dimensão mais ou menos constante, com largura mínima de 0,7 m e máxima de 1,3 m. Não se assumindo de certeza como arruamento, daria no entanto para lá passar uma pessoa.



Fig. 3.9. Ortofotomapa com a situação geográfica do Castelo de Paderne. <http://mapas.cm-albufeira.pt>.

P A D E R N E . Já o Castelo de Paderne apresenta outros contornos. Embora a sua área de implantação se aproxime dos 1000 m², o que é diminuto, terá chegado a albergar alguma residência senhorial e tem uma situação geográfica francamente privilegiada, demarcada no território, no alto de cerro escarpado, contornado em três dos seus lados pela ribeira de Algibre, que desce em direção ao mar. Esta fortificação permaneceu habitada após a reconquista, até à época moderna. Tal facto levou a inúmeras alterações nesta estrutura almôada, sendo construída uma igreja, um cemitério

e uma cisterna, bem como introduzidas alterações às habitações do período islâmico. Com Helena Catarino, foram levadas a efeito diversas intervenções arqueológicas, nomeadamente em 2003, 2004 e 2005, tendo sido identificadas várias fases de ocupação deste recinto¹⁰⁸.

As habitações, que no início da sua ocupação, em época almôada, apresentam caracter vincadamente urbano, vão sendo sucessivamente transformadas no decurso dos séculos e assumem no final uma vivência rural. Esta área habitacional, com 286 m², é uma súpula de alterações ao longo dos tempos e a sua constituição no período islâmico tem sido alvo de estudo e de hipóteses de reconstituição¹⁰⁹. Estas habitações seguem o modelo generalizado de casa com pátio, encerrada ao exterior. A denominada “casa A”, ao apresentar uma área de implantação de 93 m², se relacionada com a área total do recinto, corresponde a quase 10% da mesma, o que revela já uma certa dignidade naquela habitação, que apresenta oito compartimentos em contorno do pátio central.

Foram identificadas canalizações e fossas, embora sem que tenha surgido qualquer latrina. As canalizações alinham-se segundo os eixos dos arruamentos, através de intervenção no solo rochoso ou edificadas com pedras, apresentando em média, dimensões de 0,30 m de largura por 0,25 a 0,30 m de profundidade. Sendo estas as canalizações ditas primárias, surgem outras, secundárias que escoam para as anteriores, partindo do interior das habitações, parecendo no seu todo constituir um sistema de tratamento de águas, pluviais e residuais. Identificaram-se também duas estruturas que se julgam fossas, sendo que uma delas inclusivamente apresenta uma via de desagúe para a canalização principal.

¹⁰⁸ Helena Catarino e Isabel Inácio, 2008, “A ocupação tardo-medieval e moderna no Castelo de Paderne.”, XELB 8 – vol. I, Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 307-332.

¹⁰⁹ Isabel Inácio e Helena Catarino, 2009, “Ensaio de reconstituição de casas islâmicas do Castelo de Paderne”, XELB 9, Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 613-622.

“De facto, a mentalidade urbana só se pode definir por oposição à mentalidade rural. A comparação de uma com outra é, portanto, altamente elucidativa.”¹¹⁰

P O V O A M E N T O R U R A L . Não cabendo no âmbito do presente estudo, os povoamentos ou assentamentos rurais no Algarve têm também apresentado alguns resultados interessantes no que respeita a estruturas ligadas ao saneamento doméstico. Não se configurando dentro da mesma estrutura densa e hierarquizada de um centro urbano, estes assentamentos são no entanto estruturas de ocupação do território que espelham a realidade de grande parte da população, dedicada a actividades agrícolas, pecuárias e florestais.

Muitos destes casos, por permanecerem ainda inseridos em zonas rurais ou de povoamento disperso, quando intervencionados arqueologicamente, são alvo de menores constrangimentos e resultam numa leitura mais fácil dos resultados. Outro facto que ajuda na preservação deste tipo de testemunhos do período islâmico é a menor sujeição destas áreas às pressões do litoral e do desenvolvimento urbanístico consequente.

A título de exemplo, o caso do povoamento rural dos Alcariaais de Odeleite¹¹¹, cuja escavação arqueológica decorreu em 2004, apresenta, em contexto francamente rural, uma estrutura de fixação da população com algum requinte urbano. Foram intervencionados três locais, numa área total de cerca de 3536 m², sendo que em dois destes três locais se encontraram estruturas urbanas em que se identifica com clareza o módulo da habitação.

¹¹⁰ José Mattoso, 1967, “Cidades e História.”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 21.

¹¹¹ Filipe João Carvalho dos Santos, 2006, “O povoado islâmico de alcariaais de Odeleite. Uma Qarya no Algarve oriental. Primeiros resultados arqueológicos.”, Promontória, Ano 4, n.º4, pp. 161-229.

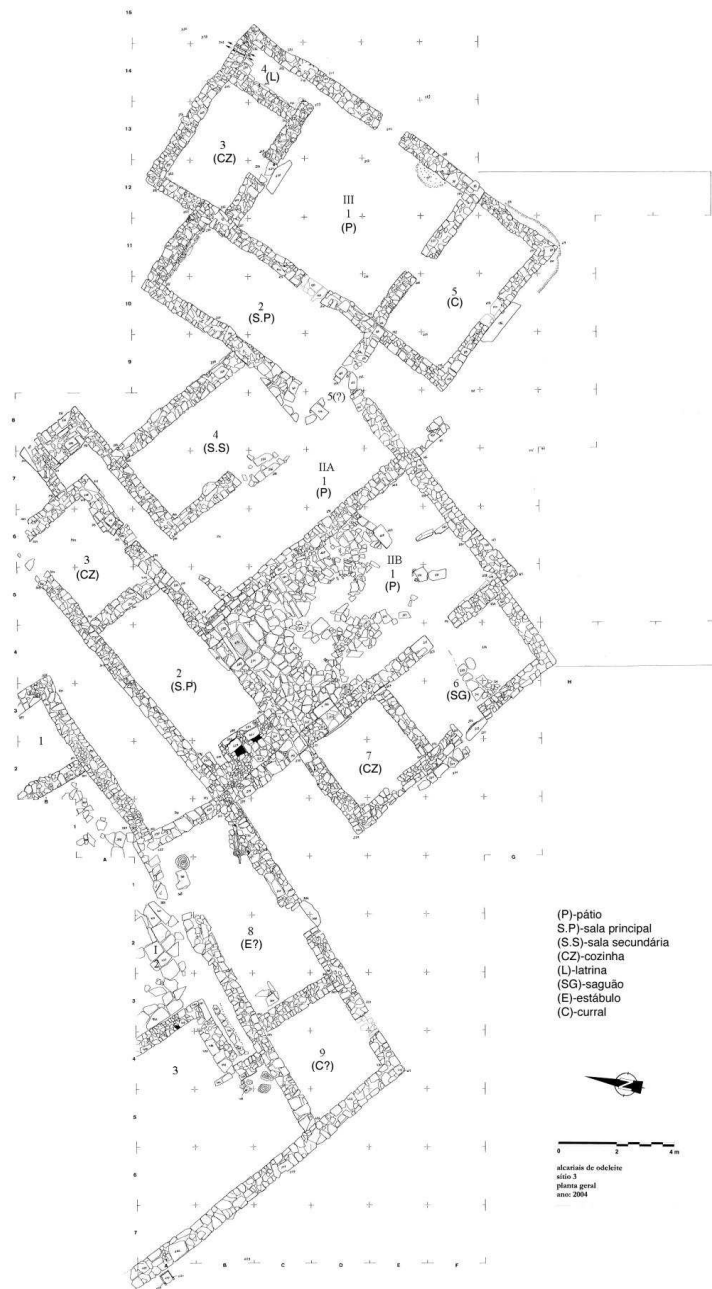


Fig. 3.10. Planta do Sítio III do povoado islâmico de alcárciais de Odeleite, com as casas II e III. Resumo dos trabalhos de escavação arqueológica realizados no lanço do IC27 entre Odeleite e Alcoutim. EP, Estradas de Portugal, 2010.

São identificadas seis casas, cuja ocupação é datada de finais do século XII, início do século XIII, que utilizam a tipologia do pátio central, embora, em consonância com o carácter não urbano do local, as casas se aglomerem por simples anexação umas às outras, em que os condicionamentos se relacionam sobretudo com questões climáticas e de topografia, sem se evidenciar qualquer traçado de arruamento ou intenção mais elaborada de planeamento.

É de salientar a existência de um compartimento destinado a latrina, o que denota elevado cuidado com a higiene, privacidade e salubridade, se tido em conta que não existiriam aqui alguns dos constrangimentos causados por excesso de densidade populacional. Este tipo de compartimento foi encontrado com clareza na denominada casa III, adossado a uma parede exterior, a Norte, através da qual fazia escoamento directo da latrina para o exterior, sem que tenha sido detectada qualquer estrutura semelhante a uma fossa, no exterior, para o respectivo desagúe. Este facto é condizente com a possibilidade de, na denominada casa II, contígua a poente, se ter também situado latrina em compartimento análogo, também adossada a parede exterior a norte da habitação, embora não tivesse sido encontrado qualquer testemunho físico da mesma.

Esta área do aglomerado virada a norte, para onde convergiam as evacuações dos resíduos daquelas casas, seria com certeza um local menos vivenciado pelo núcleo residente. Tal aconteceria não só por evidente desconforto causado pela proximidade das sujidades, mas também tal já se encontraria previsto, porque as entradas deste conjunto de habitações ocorriam precisamente no local oposto, a sul das mesmas, com exposição solar privilegiada, propício ao convívio e à permanência das pessoas.

O facto de se situarem as deposições de sujidade viradas a Norte não seria obra do acaso, sendo certo que o calor decorrente da exposição solar a sul é um factor propício a uma maior propagação de cheiros. Neste sentido, parece existir aqui um cuidado na implantação e orientação das casas que se reporta a um tipo de planeamento empírico, adaptado simplesmente à vivência quotidiana das pessoas ou, neste caso, de um pequeno grupo de pessoas.

4 AS ÁGUAS DO QUOTIDIANO.

A água é tema central na cidade islâmica, assim como em outras. É um elemento primordial com uma presença indispensável e mística na vivência religiosa dos seus habitantes. É essencial nas abluções religiosas. É absolutamente transversal a todos os seus hábitos quotidianos, sociais, familiares, alimentares e de higiene. A água foi desde sempre um dos aspectos determinantes na escolha dos locais, cujo assentamento quase sempre coincidiu com a proximidade ao mar ou a cursos de água, bem como com a existência de lençóis freáticos de boa acessibilidade e facilitada captação no subsolo o que, entre alguns outros factores, explica a enorme permanência na fixação topográfica das populações ao longo dos tempos. A disponibilidade de água condiciona a fixação urbana, assim como determina a sua distribuição espacial interna, particularmente no que respeita à localização dos equipamentos urbanos mais importantes, como a mesquita, os banhos, os pólos comerciais e artesanais e as áreas residenciais.

O abastecimento de água aos habitantes de uma cidade é sem dúvida, pela sua função vital, de extrema importância. Mas outro tipo de preocupação com as águas reside na necessidade de dispensar as que entretanto foram utilizadas, as águas residuais, bem como de evacuar as pluviais que se encontram em excesso ou para as quais não exista necessidade ou capacidade de armazenamento. A preocupação com o abastecimento de água e particularmente com o saneamento é, por excelência, uma característica dos aglomerados urbanos, dos locais onde se verifica uma maior densidade populacional que leva à necessidade de criar sistemas para minimizar os incómodos que uns possam gerar a outros.

4.1 O abastecimento de água.

A água tem sido tema de investigação para muitos. Patrice Cressier¹¹² apresenta uma tentativa de sistematização dos meios que foram utilizados no abastecimento de água às populações, na região do sudeste peninsular, sobretudo no que concerne ao seu aproveitamento agrícola e em zonas áridas. Considerando o facto de serem estratégias comuns às utilizadas por todo o sul da Península Ibérica e considerando também que, para a cidade, eventuais adaptações terão mais a ver com o sistema de transporte que com o da captação e armazenamento, que se mantêm, parece oportuno adaptar essa síntese ao meio urbano e ao território em estudo.

Segundo o autor, haveria que distinguir em primeiro lugar a captação da água e depois a sua condução e armazenamento. Assim, quanto à captação, a água poderia encontrar-se à superfície (uma fonte, um lago ou bacia natural de água, uma captação num rio corrente); ou poderia encontrar-se de forma subterrânea. Neste caso, com a água disponível localizada debaixo do solo, a captação far-se-ia por intermédio de poços (com maquinaria de elevação de água – o caso da nora com poço associado, ou sem essa maquinaria de apoio – poço simples). A captação da água subterrânea poderia ainda fazer-se através de galerias de drenagem dos aquíferos, que poderiam ser minas, *qanāt-s* ou outros sistemas mistos. A condução e transporte da água (entendida à escala do território e não à escala do bairro ou da habitação), quando a captação se encontrava afastada dos locais de consumo, far-se-ia essencialmente através de acéguas ou aquedutos. Quanto à armazenagem da água, era realizada com recurso a bacias artificiais ou artificializadas no

¹¹² Patrice Cressier; 1989, “El Agua en zonas áridas: Arqueología e Historia”, “Hidraulica tradicional de la provincia de Almeria”. Coord. Lorenzo Cara Barrionuevo, “Archeologie des structures hydrauliques en Al-Andalus, pp.-2051-2092 e Patrice Cressier; 1991, “Agua, fortificaciones y poblamiento”, el aporte de la arqueología a los estudios sobre el Sureste Peninsular, “Aragón en la Edad Media”, n.º9, pp.403-428.

terreno, cisternas ou grandes depósitos (“*aljibes*”). O aproveitamento deste recurso era levado ao extremo, dada a sua carência em clima seco, aproveitando-se o seu armazenamento sempre que houvesse episódios de chuvas fortes, típicas do clima mediterrânico, propiciando que o leito dos rios aumentasse e que se enchessem as reservas também através da retenção directa das águas das chuvas.

Estes sistemas de abastecimento de água mais complexos, de utilização colectiva das populações, como os sistemas de couraça associados às estruturas defensivas urbanas, os *qanāt-s*, as acéquias, não são aqui abordados por saírem daquilo que é a esfera mais estritamente doméstica, que é o objecto de estudo¹¹³. Apenas se refira que alguns sistemas colectivos têm uma dimensão e tipo de utilização de escala intermédia, como é o caso de uma nora ou de uma cisterna ou poço, para utilização apenas de um bairro, de uma rua ou de um conjunto de habitações, muito chegados à gestão quotidiana de cada habitação.

A vida doméstica destes locais no período islâmico era abastecida pela água armazenada que provinha das cisternas muitas das vezes colectivas¹¹⁴, das noras que faziam subir a água nos seus alcatruzes, dos poços ou directamente das nascentes, sendo recolhida a maior parte das vezes fora do interior doméstico, posteriormente transportada e armazenada em diversos cântaros que se alinhavam, encostados às paredes das habitações. Em outros casos a água era recolhida e armazenada directamente no interior da habitação, por intermédio de poços domésticos, de tanques e cisternas localizadas no interior dos pátios, que recolhiam a água da chuva que caía directamente no espaço aberto do pátio ou que vertia das pendentes das coberturas inclinadas.

A proliferação de poços que se verifica em todo o espaço do al-Andalús onde existam reservas subterrâneas propícias é explicada pela exigente necessidade de água destas populações. A água era utilizada para consumo humano, na execução das tarefas

¹¹³ Para consulta dos vários sistemas de abastecimento, armazenamento e distribuição de água, com extremo detalhe e descrição exaustiva de situações existentes: Basilio Pavon Maldonado, 1990, “Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana.” Vol. I – “Água”, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.

¹¹⁴ É comum e praticamente constante a existência de reservas de água, de utilização colectiva, nos espaços intramuros das povoações fortificadas, constituindo reservas de água passíveis de ser utilizadas em caso de extrema necessidade das populações, como por exempla, na resistência a cercos e a situações de guerra.

domésticas, como lavagens e confecção de alimentos e até em alguma actividade produtiva familiar, mas era também necessária para a higiene e para a realização das práticas religiosas. Para dar resposta a este conjunto de necessidades, não seria seguramente suficiente apenas o recurso às águas das chuvas, cuja ocorrência é sempre episódica e, em muitos dos casos, até pouco frequente, considerando as condições climáticas de tipo mediterrânico desta área geográfica. A resposta a estas exigências de água seria resolvida de forma bem mais penosa sempre que dependesse apenas do recurso ao transporte particular da água, feito pelos próprios residentes de cada habitação, que se abasteceriam noutra local, numa fonte, nora ou cisterna, de utilização colectiva, com maior ou menor proximidade da habitação. Deste modo, é evidente a comodidade e vantagens decorrentes da utilização da solução de construção de um poço no interior de cada habitação, sempre que tal fosse possível de executar ou, em alternativa, o recurso à figura do “aguadeiro”, caso existisse.

Em Mértola, nas escavações realizadas no bairro da alcáçova¹¹⁵, surgem tanques e sistemas de condução e retenção de água, localizados no pátio das habitações. Na casa X, o pátio apresenta um tanque algo descentrado, rodeado por uma área de circulação. Este é quadrangular e os lados têm aproximadamente 1,30 m. A solução construtiva é muito interessante, porque se destina a evitar os problemas que poderiam surgir dos excessos provenientes da retenção de águas pluviais no espaço encerrado do pátio. A toda a volta, este reservatório tem um rebordo construído em xisto, com 0,20m de largura, onde se situam um ponto de entrada e outro de saída, de águas. Tal permitiria o controlo deste volume de água, podendo proceder-se ao seu enchimento ou esvaziamento, consoante a vontade ou necessidade. O escoamento era depois orientado para uma canalização, coberta por lajes de xisto. A água que naturalmente encheria este tanque ou cairia directamente da chuva ou indirectamente por via dos beirados das coberturas com pendente para o pátio. Existia ainda um pequeno caneiro que vinha com pendente da cozinha para este reservatório.

¹¹⁵ Santiago Macias, 2005, “Mértola, o último porto do Mediterrâneo.”, Campo Arqueológico de Mértola, Vol. III, p 108-109.

Em muitas das escavações arqueológicas realizadas no território algarvio e em muitos outros locais dispersos por todo o espaço do al-Ândalus, têm sido detectados vestígios e testemunhos que verificam este modo de utilização doméstica da água, por via da retenção da água das chuvas ou da extracção de poços, no espaço contido e restrito do pátio. Como exemplo, entre muitos outros, podemos referir o arrabalde almôada na C/ Antonio Maura, em Cordoba¹¹⁶, em que foi escavada uma área de 1000 m², que é constituído por um conjunto de casas com pátio central, dispostas ortogonalmente face a um arruamento. Muitos dos pátios para onde convergem os compartimentos das habitações são dotados de poço de água, que ora se localiza no centro dos pátios ora numa sua esquina. Esta proliferação de poços de água limpa para utilização doméstica resulta da grande riqueza do local em águas subterrâneas.

Para além destes poços, estas casas apresentam também tanques e reservatórios de águas, sendo que a casa n.º3 apresenta solução similar à descrita na casa X de Mértola. O tanque desta casa tinha uma pequena abertura por onde se processava o seu escoamento até ao exterior da casa, mediante canalização cerâmica. Este detalhe garantia a renovação e limpeza da água do tanque. Mas também pode servir como explicação para a hipótese de ser um orifício necessário à manutenção de um canteiro de flores ou de plantas aromáticas, hábito bem mediterrânico. Na verdade, tendo dimensões relativamente pequenas, o orifício podia servir apenas para escoar o excesso de água, tal qual sucede em qualquer vaso cerâmico, por forma a manter as condições de humidade ideais para as plantas.

Também aqui se presume que a maioria das coberturas se compusesse de apenas uma água, com pendente para o pátio, propiciando a retenção e canalização da água das chuvas que vertesse dos beirais, através de caleiras. Esta solução é atestada em alguns casos pela existência de um canal que corria o perímetro do pátio, para recolha das águas pluviais que escoavam precisamente da pendência das coberturas inclinadas. Estas, muitas vezes articulavam-se igualmente com pórticos de sombreamento, cujos beirais

¹¹⁶ Fátima Castillo Pérez de Siles, 2008, "Un arrabal Almohade en la C/ Antonio Maura de Cordoba", "A ocupação islâmica da Península Ibérica", Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 11, pp. 63-76.

acrescentavam ainda maior caudal. Os pilares de sustentação destes pórticos ou galerias porticadas de sombreamento e protecção deixaram testemunhos aqui e ali, sobretudo em arranques de pilares no pavimento dos pátios.

É interessante a observação da continuidade e permanência destes hábitos de relacionamento privado e colectivo com a água, sendo ainda comum nos dias de hoje ver algumas noras, poços e chafarizes, bem como sistemas de armazenamento na esfera doméstica como cisternas, tanques e cântaros. Muitas povoações de cariz mais rural organizam-se ainda hoje em redor de uma praça ou largo onde se localiza a fonte ou chafariz¹¹⁷.

O abastecimento de água às casas, na inexistência de reservas naturais de água que permitisse a abertura de poços domésticos, fazia-se essencialmente através da recolha da água das chuvas e de transporte e posterior armazenamento, como já foi referido. Mas este transporte, tanto podia ser realizado pelos particulares, que iam buscar o bem precioso às fontes, noras, poços, cisternas ou qualquer outro local onde houvesse água disponível ou; dependeria igualmente sempre ou por vezes dessa figura muito importante: o aguadeiro. Este exercia a sua profissão de transporte de água, que ia buscar junto das acéquias, fontes ou até rios e entregavam aos particulares, junto às suas casas. Em Siyāsa, local bastante desfavorecido no que respeita a mananciais de água, o abastecimento deste bem precioso à população seria garantido apenas através do transporte de água, que era realizado pelos próprios ou também com a intervenção dos aguadeiros¹¹⁸.

¹¹⁷ "Arquitectura popular em Portugal", Ed. Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 4.ª edição, 2004, Vol. II. O trabalho de campo que esteve na base desta publicação decorreu 1955 e 1960. "*Um dos problemas que se coloca ao algarvio, quer trabalhe no mar, quer no campo, e aqui essencialmente, é o da obtenção da água: o clima é muito seco, devido ao fraco regime de chuvas, e é necessário cavar poços para obtê-la e prover às suas necessidades. Nas muitas povoações visitadas, podemos verificar que, na sua grande maioria, sobretudo nas de mais antiga origem, e menos evoluídas, elas têm como principal elemento de equipamento da sua estrutura urbana o Poço – rarisimamente a fonte de chafurdo. Estão neste caso, por exemplo, as povoações de Burgau, Budens, Bensafirim, Fontes, Gilvrazino, Espragal, Moncarapacho, Santa Catarina da Fonte do Bispo, etc., onde notámos que os poços se situam nos seus núcleos iniciais.*"

¹¹⁸ Julio Navarro Palazón e Pedro Jiménez Castillo, 2007, "Siyāsa. Estudio arqueológico del despoblado andalusí (ss. XI-XIII).", Escuela de Estudios Árabes de Granada (CSIC), El legado andalusí, Murcia, p.177.

Dentro dos espólios cerâmicos que têm sido encontrados, é evidente a imensa diversidade de elementos que estão relacionados com a extracção, transporte e armazenamento de água, desde os alcatruzes das noras, às telhas e elementos cerâmicos das caleiras, aos cântaros, às jarras e jarrões, aos bocais dos poços, a um sem número de formas diferentes de conter e preservar a água enfim, de fazer a gestão doméstica e criteriosa da água, bem precioso.

4.2 O tratamento das águas pluviais e residuais.

A regulamentação urbanística e jurídica da época remete para muitos aspectos relacionados em primeira instância com a origem das águas, onde e como são geradas, para que se possa posteriormente separar o tipo de águas em pluviais, residuais de lavagens e residuais sujas. Em segunda instância a preocupação aponta para os sistemas e métodos para retirar estas águas do interior das habitações e para as conduzir ao exterior da cidade. Em muitos dos casos surgem servidões de passagem, decorrentes da necessidade de passar canalizações de escoamento e evacuação de águas residuais através de habitações vizinhas.

As habitações do período islâmico neste espaço integrado no al-Andalus e sob a influência da casa hispano-musulmana são, regra geral, organizadas em redor de um pátio central, dando continuidade à tipologia de casa mediterrânica, enfatizada pela necessidade de intimidade e privacidade características da família islâmica e, em particular, da sua figura feminina. Estas habitações encerram-se para o exterior, minimizando as aberturas, que muitas das vezes se resumem tão somente à porta de entrada. Esta dá acesso ao pátio, cuja implantação é habitualmente centrada, geométrica e funcionalmente, na habitação.

O acesso ao centro da casa acontece de forma geralmente não directa, apresentando antecâmara com desalinhamento visual entre porta da rua e acesso ao pátio,

por forma a encerrar o espaço privado deste núcleo familiar aos olhares alheios. Todos os compartimentos têm comunicação com o pátio. Estes são os elementos de base, modelares, sofrendo na sua concretização em cada caso específico inúmeras variações, de acordo com a densidade populacional e dimensão dos agregados familiares, enquadramento histórico, social e político, capacidade económica, materiais e métodos construtivos locais, topografia onde assentam as construções, a exposição solar e orientação geográfica, dando lugar a infinitas soluções.

Este pátio central, fonte essencial de arejamento e exposição solar, para além de cenário da vida familiar, seria muitas vezes até local de trabalho, quer para pequenas produções artesanais familiares quer para criação de pequenos animais¹¹⁹. Era igualmente espaço lúdico e de vivência ao ar livre, apresentando em muitas das soluções tipológicas encontradas diversas estruturas como fontes, poços, pequenos jardins ou canteiros com plantas aromáticas, galerias porticadas de sombreamento, enfim, estruturas essencialmente de lazer e de fruição daquele espaço. Mas este pátio, embora seguramente muito aprazível e essencial na sua função, dado ser o mais importante, senão único elemento de arejamento e iluminação na casa, constituía um problema no que diz respeito à retenção que naturalmente fazia das águas das chuvas, ao configurar-se como um recinto fechado ao exterior e aberto ao céu. Haveria que evacuar eficazmente estas águas para fora do perímetro da casa, sob pena de ocorrerem graves problemas de inundações, infiltrações e humidades.

Os conflitos resultantes destas relações de vizinhança problemáticas originavam frequentemente a necessidade de recurso a juízes que os resolvessem. Estes juízes eram habitualmente personagens com reconhecido destaque social, espécie de sábios com competências jurídicas reconhecidas, que se debruçavam sobre este tipo de questões e

¹¹⁹ Ricardo Izquierdo Benito, 1990, "La vivienda en la ciudad hispanomusulmana de Vascos (Toledo). Estudio Arqueológico", "La casa Hispano-Musulmana. Aportaciones de la Arqueología", Publicaciones del Patronato de la Alhambra Y Generalife, Granada, pp. 147-162. As escavações arqueológicas nesta cidade de Vascos espelham uma aglomeração urbana de cariz marcadamente rural. Tal é visível em várias das suas características, entre elas as que se relacionam com a descoberta de vestígios que indiciam que se fazia a produção artesanal e até metalúrgica, como actividade económica familiar, assim como a criação de animais, em pleno pátio, tendo sido encontrados vários recintos semicirculares de pedra, implantados junto às paredes, quer nos pátios, quer em outros compartimentos, com certeza destinados a comedouros.

emanavam uma espécie de pareceres jurídicos, as “*fatwà-s*”. Estas opiniões jurídicas acabavam por constituir um corpo regulamentar que exercia de facto influência e vinculava a ordem urbanística.

Francisco Vidal Castro analisa um conjunto de “*fatwà-s*”, emitidas no Al-Andalus e no norte de África, entre os séculos IX e XV¹²⁰, concluindo pela existência de alguns princípios gerais que se podem retirar desta “regulamentação”. Entre eles e no que visa o tema em estudo, a necessidade de efectuar a divisão entre as águas pluviais e residuais, este era necessariamente o primeiro passo, pois tinham de ser evacuadas em separado. As águas da chuva podem ser canalizadas da habitação directamente para a via pública, através de uma abertura na parede exterior da casa, de uma caleira ou algeroz, desde que a rua seja larga o suficiente para que esta evacuação não salpique de água a parede da casa dianteira. A água que cai de uma gárgula, pela força acumulada que traz, não deve exceder o espaço restrito da *finā*¹²¹, espaço imediatamente contíguo à habitação, garantindo assim com maior ênfase que não prejudicará o vizinho dianteiro. A ideia recorrente de todos estes normativos do direito islâmico, relacionados com o urbanismo, é sempre a de que se deve evitar o dano e prejuízo alheio.

Outro princípio geral é o de que as águas residuais, provenientes de lavagens, de outros tipos de utilização doméstica e da chuva, podem ser evacuadas por intermédio de canalizações subterrâneas ou até canalizações executadas à superfície, com a condição de nunca serem misturadas com as águas residuais sujas, sendo que estas terão de ser canalizadas separadamente e com origem na latrina. Sempre que possível a canalização

¹²⁰ Francisco Vidal Castro, 2000, “Agua y urbanismo”, “L’urbanisme dans l’Occident musulman ou Moyen Âge. Aspects juridiques.”, Casa de Velázquez, CSIC, pp 101-123. Apresenta inúmeros casos práticos de conflitos de vizinhança e outros, decorrentes de questões relacionadas com aspectos construtivos do tratamento das águas residuais e pluviais, bem como a solução encontrada na época. De salientar também a apresentação da ideia de “*urf*”, ou uso local, que interpreta os princípios gerais vertidos nestes normativos e os adapta às condições locais, sendo legítima a protecção dos costumes de cada local, contribuindo substancialmente para manter a identidade cultural regional, o que terá com certeza contribuído igualmente para a aceitação dos condicionalismos legais impostos por parte das populações.

¹²¹ *finā*, segundo Brunschvig, corresponde ao espaço livre que rodeia um edifício, em que o proprietário do edifício tem sobre esse espaço um direito de uso preferente, que na prática se apresenta como uma prioridade: parar e estacionar, comerciar, atar bestas, carregar e sobrecarregar. Francisco Vidal Castro, 2000, “Agua y urbanismo”, “L’urbanisme dans l’Occident musulman ou Moyen Âge. Aspects juridiques.”, Casa de Velázquez, CSIC, p.105.

destas águas, com vista à evacuação para o exterior, deveria ser realizada apenas dentro da própria habitação, sem necessidade de recorrer a passagens pelas habitações vizinhas.

As servidões constituíam enormes inconvenientes que deveriam ocorrer apenas quando não houvesse qualquer alternativa e com o consentimento do vizinho, ou vizinhos, que se vissem envolvidos nessa autorização de passagem, uma vez que os transtornos resultantes seriam muitos, como as humidades, os mau-cheiros, a insalubridade geral. Quem cedia a servidão tinha igualmente que dar a permissão de acesso que garantisse ao vizinho que havia solicitado essa servidão, a possibilidade de reparar e limpar a sua canalização, ainda que implantada em propriedade vizinha, sempre que necessário. Esta necessidade muito frequente de recurso a servidões relaciona-se directamente com a morfologia destes bairros residenciais, pois nem sempre os pátios das habitações ou o compartimento das latrinas, onde muito invariavelmente se iniciavam as canalizações, tinham acesso directo aos arruamentos.

As águas residuais sujas resultam de um equipamento específico dentro destas habitações, a latrina. É um equipamento sinónimo de algum grau de “urbanidade”, resultante de necessidades associadas a exigências de higiene doméstica, de privacidade e de estruturação e salubridade urbanas. Têm sido inúmeras as escavações arqueológicas onde surgem as latrinas associadas às habitações, por todo o território do al-Andalus. Embora as soluções encontradas nem sempre sejam semelhantes, têm muitos traços comuns, nomeadamente o facto de a latrina se posicionar quase sempre em compartimento isolado, com ligação ao pátio, junto a uma parede exterior (precisamente para evitar o recurso a servidões), que permite a ligação e descarga directa para um poço negro localizado no arruamento imediatamente contíguo à latrina ou, em casos mais elaborados, ligada directamente a canalizações públicas, que seguem pelo arruamento fora, recolhendo as águas residuais de outras habitações. O acesso à latrina pelo pátio era regra geral feito indirectamente, com uma entrada em “cotovelo”, de forma a garantir o recato deste compartimento. Todas estas preocupações resultam da necessidade de lidar com questões relacionadas por um lado com uma maior densidade populacional existente dos aglomerados urbanos e por outro com a exigência de higiene e de privacidade destes habitantes.

Por oposição a este carácter de “urbanidade”, alguns assentamentos urbanos, com maior cariz rural, apresentam menor grau de infraestruturização nas suas habitações, como é o caso de Villa Vieja, em Murcia¹²². Tal denota-se neste caso, numa área escavada de cerca de 1700 m², em que foram identificadas 18 habitações e mais de metade não dispunha de compartimento destinado a latrina e apenas em três das dezoito habitações a existência de latrina se encontra comprovada. Outra característica desta “ruralidade” prende-se com o carácter simplificado e algo rudimentar da hidráulica doméstica deste povoado. Mas estas conclusões podem ser precipitadas pois temos, por exemplo e até em território algarvio, casos em que assentamentos rurais apresentam soluções de saneamento razoavelmente elaboradas, ou pelo menos com soluções eficazes, como se descreveu no povoado de alcarias de Odeleite.

Para além da função principal da latrina, associada às necessidades fisiológicas, este compartimento terá servido igualmente para outras funções, como as abluções, em particular as femininas, pois ao terem de expôr partes do corpo para cumprir com o ritual religioso, as mulheres podê-lo-iam fazer com maior recato e intimidade neste compartimento isolado. Em abono desta explicação está o facto de, em alguns compartimentos destinados a latrinas, se terem encontrado outras saídas para escoamento de águas residuais, localizadas no pavimento, naturalmente pela necessidade de evacuar águas provenientes de lavagens.

A duplicação dos sistemas de evacuação das águas em pluviais e residuais é a solução mais corrente, pois garante a sua efectiva separação, de acordo com os princípios orientadores que já foram mencionados. Mas, em alguns locais mais desenvolvidos, como é o caso, por exemplo, de Murcia, surgiram sistemas mais complexos e unitários, que garantem um só tipo de conduta por onde escoam todos os tipos de águas, seja qual for a sua origem e posterior transformação. Para que este método seja eficaz, há que garantir um caudal permanente com intensidade suficiente para poder arrastar todos os resíduos resultantes das latrinas. Para tal, é essencial que a topografia e as reservas de água dos

¹²² Indalecio Pozo Martínez, “La alquería islámica de Villa Vieja (Calasparra, Murcia)” “Castrum 6 – Maisons et espaces domestiques dans le monde méditerranéen au moyen âge.”, Collection de la Casa de Velázquez - 72, pp. 165-175.

locais sejam propícios e consentâneos com este sistema, de forma a facilitarem o escoamento dos líquidos, pela força da gravidade, isto é, com pendentes, trajectos e caudais adequados. Outro dado essencial é o de que este sistema não pode terminar em poços negros, sob risco de ocorrências de refluxos. Esta solução teria sempre de ser finalizada com desagúes para um curso de água, para um fosso ou outra situação compatível.

Este sistema não seria viável, por exemplo, em Siyāsa, que apresenta em todas as habitações uma clara separação dos dois tipos de evacuação, como afirmam J. Palazón e P. Castillo¹²³ uma vez que, embora a topografia até pudesse ser propícia ao sistema de escoamento unitário, pelo acentuado declive que apresenta, a eficiente escorrência das águas não se encontraria garantida pelo facto de não existirem quaisquer reservas de água no assentamento urbano ou topograficamente acima dele, mas apenas no vale que se situa abaixo. De qualquer modo, restam algumas dúvidas relativamente ao facto de os odores desagradáveis poderem ser evitados com este tipo de solução. É que, ainda que com caudais apropriados, sem o recurso a sifonagem que mantivesse fechado o contacto entre a canalização da latrina e a das águas pluviais, isto é, que inviabilizasse o retorno do sentido das águas e dos cheiros, em direcção à origem das pluviais, normalmente os pátios das habitações, dificilmente se evitariam os maus cheiros.

Outra particularidade das soluções encontradas em Siyāsa e que se relaciona directamente com a sua topografia, prende-se com o facto de ter existido planificação da implantação das latrinas de tal forma que, sempre que possível, ao invés de serem utilizados poços negros ou outro tipo de solução, apenas se promovia o desagúe directamente para o penhasco, para o vazio, sem prejuízo imediato de outrem. Esta solução seria sempre a preferencial, mas só se pôde aplicar às habitações cuja implantação topográfica o permitissem, pela proximidade ao penhasco.

¹²³ Julio Navarro Palazón e Pedro Jiménez Castillo, 2007, "Siyāsa. Estudio arqueológico del despoblado andalusí (ss. XI-XIII).", Escuela de Estudios Árabes de Granada (CSIC), El legado andalusí, Murcia, p.182.

Algumas cidades do al-Andalus apresentavam uma elaborada e sofisticada rede de saneamento, resultante de planeamento nas cidades. É o caso de Madinat al-Zahra, Sevilha, Córdoba e Murcia, entre outras, em que os escoamentos das habitações iam vazando para canalizações com dimensões progressivamente maiores, que se encontravam implantadas com profundidades também progressivamente maiores, para garantir as pendentes para o escoamento. Segundo alguns relatos, a rede de canalizações de Sevilha seria de tão grandes dimensões que teria servido para muitos muçulmanos escaparem, túneis e condutas afora, aquando da conquista cristã.

Toda esta preocupação com a higiene e salubridade é francamente atestada nas fontes escritas, para além de ser facilmente verificada nos testemunhos arqueológicos. Ainda na sequência dos normativos provenientes das “*fatwà-s*”, há a referir igualmente a importância do papel controlador do almotacé, cuja função se centrava na verificação do cumprimento das prescrições religiosas, no controlo das actividades comerciais e produtivas, em suma, o papel deste personagem era o de fazer cumprir as leis e normas necessárias para que se mantivesse a ordem na cidade. E quem não cumprisse, seria castigado. Um bom exemplo disso é o tratado de Ibn ‘Abdun¹²⁴, referente à cidade de Sevilha no início do século XII. Para iniciar, a escolha do almotacé era regulada por princípios muito exigentes, ainda que dificilmente verificáveis, pois era esperado que essa função fosse exercida por um homem de personalidade absolutamente irrepreensível e incorruptível¹²⁵.

Este tratado, para além de abordar inúmeras questões que se prendem, no essencial, com a vida social da cidade, ao focar alguns aspectos relacionados com o tema

¹²⁴ E. Levi-Proençal, 2001, “Séville musulmane au début du XIIe siècle. Le traité d’Ibn ‘Abdun sur la vie urbaine et les corps de métiers.” Maisonneuve et Larose, Paris.

¹²⁵ Idem, p. 42-45. “*Le muhtasib doit être un homme de bonnes mœurs, honnête, pieux, savant; on exigera de lui des ressources pécuniaires, de l’expérience et de l’intelligence. Il doit être au-dessus de tout soupçon de partialité ou de corruptibilité, sans quoi il perdrait son prestige, on n’en prendrait pas au sérieux, on n’en ferait pas cas, et les blâmes qu’il encourrait s’adresseraient également à celui qui l’aurait désigné.*” (...) “*Le rôle du muhtasib, si l’on veille à ce qu’il s’exerce bien, est donc appelé à profiter à la société, au prince et à la population tout entière, car l’activité de ce magistrat s’applique à la fois à l’observance des prescriptions religieuses et des usages fixés par la tradition musulmane, à l’activité professionnelle des manœuvres et des artisans et aux produits dont l’homme a besoin pour subsister: toutes choses qui constituent l’ensemble de la vie sociale (...)*”

da ordem e limpeza urbanas, é um importante contributo na compreensão da vida urbana naquela época, em particular nestas questões relacionadas. Os aguadeiros também são aqui referenciados, em primeiro lugar, porque não podem exercer a profissão sem pertencerem à associação profissional respectiva (*“corporation des porteurs d’eau”*), em segundo lugar, pelo conjunto de cuidados que devem atender no exercício da profissão. O tratado prescreve também interdições de lavagem às mulheres, que não podem lavar perto do local onde seja retirada a água, mas sim num local do rio longe das vistas. Avança também com a interdição de deitar lixos no rio, podendo fazê-lo somente fora das portas da cidade e longe do curso do rio¹²⁶.

Este texto apresenta ainda uma secção exclusivamente dedicada à construção, em particular aos métodos construtivos e materiais utilizados, ao estado das ruas e ao saneamento¹²⁷. Relativamente às ruas, determina a obrigação de cada proprietário de não deitar lixos e sujidades na rua e de zelar para que se mantenha o nivelamento da via, sem depressões que favoreçam a retenção de águas e imundícies. Cada um é responsável pelo espaço defronte da sua casa, subentendendo-se que esta preocupação se estende aos poços negros, traduzindo-se na obrigatoriedade de zelar pela sua manutenção e limpeza. Se se encontrar um local onde se verifique a ocorrência de muitos escoamentos de águas sujas a céu aberto, o respectivo proprietário será obrigado a construir um esgoto e a cuidá-lo. Determina-se também no texto do tratado a obrigatoriedade de os habitantes limparem as lixeiras dos seus bairros. Embora estes cuidados se refiram apenas aos habitantes dos arredores, tal se deverá com certeza ao facto de, no espaço intramuros, este tipo de problema não ser sequer aceitável.

A propósito da limpeza das fossas, existia também uma profissão estritamente associada a esta função, que era a dos limpadores de fossas¹²⁸, cuja actividade era

¹²⁶ *Idem*, p.71. “Il sera également interdit de jeter des ordures et des matières souillées sur la rive du fleuve; la décharge s’effectuera hors des portes, dans les champs, les jardins ou des emplacements désignés á cet effet et éloignés du fleuve.”

¹²⁷ *Idem*, p.74-84.

¹²⁸ Julio Navarro Palazón e Pedro Jiménez Castillo, 2007, “Siyāsa. Estudio arqueológico del despoblado andalusí (ss. XI-XIII).”, Escuela de Estudios Árabes de Granada (CSIC), El legado andalusí, Murcia, p.186. A necessidade de escolha dos

igualmente vigiada pelo almotacé. Este determinava o tipo de contentores adequado para o transporte dos resíduos, para garantir que não se sujassem as ruas, bem como determinava os locais onde se podiam depositar esses resíduos. Estes locais eram preferencialmente hortas ou jardins, pois o lixo orgânico era muito apreciado para fertilizar as terras, servindo de adubo.

Uma vez que os poços negros eram objecto de limpeza e vazamento periódicos, a sua localização na via pública, em local acessível, era essencial. A localização fora do perímetro da casa era também aconselhável por todas as razões, para evitar as propagações de odores e humidades desagradáveis. Por esse facto, é regra geral que os poços negros se localizem na via pública, existindo no entanto alguns casos em que se situam dentro da habitação. Estas situações de excepção à regra podem explicar-se pela evolução do tecido urbano, em que possa ter permanecido uma fossa em local onde antes era um arruamento e que posteriormente foi integrado numa habitação ou, também possível, que essa fossa estivesse localizada num compartimento cuja utilização não trouxesse inconvenientes aos habitantes da casa, como por exemplo um estábulo. Tais situações podem verificar-se, por exemplo, na casa n.º10 de Siyāsa¹²⁹, que apresenta um poço negro implantado num compartimento absolutamente individual, apenas com acesso ao adarve confinante, na casa n.º11 em que o poço negro se situa no compartimento definido como estábulo, bem como no interior de uma habitação, como na casa n.º5. No bairro da alcáçova de Mértola também se identificam poços negros dentro do perímetro das habitações, como na casa IV e na casa XIV e, eventualmente, na casa VI¹³⁰.

Ainda no que respeita aos poços negros, importa referir que se tem verificado alguma desorientação na distinção entre poço negro e silo. A dificuldade com certeza se relaciona com a forma da estrutura, que se assemelha nas duas funções distintas porque,

locais para depositar os resíduos, bem como a indicação de hortas e jardins onde poderiam ser depositados é mencionada no tratado de Ibn 'Abdun.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Santiago Macias, 2005, "Mértola, o último porto do Mediterrâneo.", Campo Arqueológico de Mértola, Vol. I, II e III.

se considerado o seu método construtivo, como afirma S. Macias¹³¹, é evidente a diferença entre uma e outra solução construtiva. Enquanto as fossas podiam ser construídas apenas com o recurso a fiadas de pedra simplesmente sobrepostas e unidas com terra, o mesmo já não poderia ser aplicado a um local para armazenamento de alimentos, pois com estas características construtivas, facilmente seria visitado por roedores.

Este sistema naturalmente “ventilado”¹³² das fossas, que lhe era conferido pela permeabilidade da terra que ligava as fiadas de pedra, era ainda propício para que se esvaísse algum do líquido da fossa directamente para o subsolo. Este sistema diminuía a propagação dos cheiros bem como o volume de detritos que se acumulava na fossa. As fossas eram cobertas com lajes de pedra e vedadas com terra batida, sistema que permitia a fácil remoção do fecho para realizar as limpezas periódicas.

Em resumo, os sistemas de tratamento das águas residuais domésticas podiam realizar-se por intermédio de fossas ou poços negros, por intermédio de ligação a canalizações públicas localizadas em arruamentos, através de ligação a fossas ou canalizações de outras habitações, ou ainda por desagúe directo aquando de localização privilegiada junto a muralha, penhasco, fosso ou ainda com o recurso a soluções específicas de cada local, como em Mértola, em que é utilizado para desagúe o criptopórtico. Também, se lidas no contexto de um bairro ou de uma parte da cidade, podem surgir soluções mistas, que conjugam num conjunto de casas várias soluções, adaptadas à especificidade de cada habitação.

¹³¹ Santiago Macias, 1996, “Mértola Islâmica, Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII).” Campo Arqueológico de Mértola, p.66-67.

¹³² Este sistema é similar ao que actualmente se denomina como poço roto ou poço absorvente, em que ocorrem transferências das águas sujas e contaminadas para o subsolo. Estas soluções são ainda de tal forma actuais e utilizadas que existe legislação, publicada em 2007, que visa, entre outras coisas, regularizar a proliferação desses sistemas de “poço roto”, que proliferam pelo país fora, principalmente em meios rurais, contaminando os solos e os aquíferos. De consultar o Decreto-Lei nº 226A/2007, de 31 de Maio. De acordo com esta lei, respeitante aos títulos de utilização hídrica, “o pedido de título é obrigatório para todos os proprietários de terrenos em que haja qualquer tipo de utilização dos recursos hídricos, que não esteja legalizada, sejam elas poços, noras, furos, minas, charcas, barragens, açudes ou descargas de águas residuais (por exemplo, fossas)”. No caso de fossas estanques o título também não é obrigatório. “Apenas carecem de título as descargas de águas residuais provenientes de fossas sépticas com órgão de infiltração no solo (por exemplo, poço absorvente ou poço roto)”.

5 AS ÁGUAS EM SILVES E TAVIRA.

Com maior detalhe, optou-se pela observação das estruturas habitacionais de Silves e de Tavira, por serem, neste território algarvio e actualmente, as cidades que oferecem maior quantidade de informação sobre intervenções arqueológicas, dentro do tema em estudo. No caso de Silves, as intervenções em contextos residenciais têm sido várias e a informação disponível é já muita e razoavelmente documentada. No caso de Tavira, apenas temos informação de uma situação que é oportuno abordar: a relativa às escavações do Convento da Graça, uma vez que a intervenção na Bela Fria não se encontra ainda disponível para investigação. Ainda que muito insipiente, para além de Silves, apenas Tavira oferecia um contexto habitacional islâmico com informação que se pudesse sujeitar a algumas observações e comparações, sobretudo pela figura geográfica e vivencial de arrabalde e pela datação almóada, existente e assim exposta nas duas cidades.

Na realidade, em ambas as cidades se conhecem estruturas habitacionais que se implantam na periferia da medina, como arrabaldes da cidade. Em ambas se utilizou o mesmo programa, de casa estruturada em torno de um pátio central, com uma organização razoavelmente ordenada, em conjuntos alinhados ao longo de arruamentos.

5.1 O abastecimento de água.

Em Silves, em consequência do facto de existirem níveis freáticos elevados, de fácil acesso, ter-se-á verificado a proliferação de poços domésticos, eventualmente muitos

deles localizados no interior de algumas casas, nos seus pátios. Nesse sentido, foram descobertos alguns bocais de poços, tais como o que existe actualmente no Museu Municipal de Arqueologia de Silves, descoberto na Rua da Azóia, onde de recolheriam as águas da chuva. Outro bocal foi descoberto no arrabalde ocidental. Ainda outro surgiu também de escavação realizada próxima à cisterna que se localiza na Rua do Castelo. Esta aparente dispersão dos achados pode ser indicadora de proliferação das existências na época.

Sobre esta cidade, a informação é já muita. Começando pela hipótese de existência de uma couraça e de um *qanāt* (indicada por M.J. Gonçalves, conforme referido em 3.3.1.), foi também descoberto um conjunto substancialmente variado de sistemas colectivos de armazenamento de água na cidade, bem como alguns domésticos, como já foi também mencionado anteriormente. No “Empreendimento do Castelo”¹³³, para além de uma nora e tanque anexo, de utilização colectiva, foram encontrados inúmeros utensílios cerâmicos domésticos ligados à captação, transporte e armazenamento de água, como alcatruzes, cântaros e talhas. Mas não se dá notícia de qualquer poço ou reservatório de água localizado nos pátios das casas. Apenas a referência a um canteiro centralizado no pátio da casa n.º 14 e em outra no sector IV. Nesta última, detectaram-se no pátio igualmente duas estruturas cujas paredes laterais até se encontram revestidas com argamassa de cal, mas cujo fundo não atesta a possibilidade de se constituírem como reservatórios de líquidos. A proximidade ao rio e a outras eventuais reservas ou fontes de água, que facilitariam o abastecimento, poderão eventualmente explicar a ausência de poços e reservatórios domésticos.

A nora descoberta, estrutura associada à captação e elevação de água, com algumas tipologias construtivas associadas (apresentava na sua base, sob o solo, quatro arcos, com cotas distintas, dois a dois), que apontam a possibilidade de esta estrutura se ter associado a condutas de captação e/ou distribuição de água. A sua zona circundante apresentava inúmeros fragmentos de alcatruzes de nora. Ao lado desta estrutura

¹³³ De acordo com o Relatório Final da escavação do “Empreendimento do Castelo”, em Silves, elaborado pela Archeoestudos.

posicionava-se um tanque de armazenamento de água, com vestígios de uma canalização, com uma área de cerca de 23 m². Esta canalização poderia ter estado relacionada com a rega de zonas de regadio vizinhas, provavelmente de pomares e hortas. Quanto ao espólio cerâmico e no que respeita ao transporte e armazenamento de água, à semelhança dos outros contextos habitacionais, também aqui foram encontrados inúmeros fragmentos de alcatruzes, jarros e jarrinhas, bilhas e talhas.

Articulando esta informação, relativa à nora encontrada e às suas ligações no subsolo, com a de M. J. Gonçalves (conforme referido em 3.3.1.), e resultante da escavação decorrida no edifício da Biblioteca Municipal, que diz respeito à possibilidade de existirem galerias de captação de aquíferos subterrâneos e de distribuição da água nesta zona baixa da cidade, neste caso associadas à existência de eventual couraça, poderá colocar-se a hipótese de que essas galerias se estenderem a outras áreas de arrabaldes.

Mas para além de constituírem meras conjecturas, face ao estado actual dos conhecimentos, também é desconcertante que não se tenha encontrado nenhum bocal de poço ou alguma estrutura construída associada a este tipo de captação de água, quer fosse poço isolado, quer tratasse de poço de acesso a galeria de distribuição de água subterrânea, inserida nos contextos habitacionais escavados junto à Rua Cândido dos Reis.

Ainda em Silves, nos trabalhos realizados no Teatro Gregório de Mascarenhas, no conjunto das 4 casas, foram identificados 4 tanques, todos eles com formas e métodos construtivos diferentes. Embora algo deteriorados, os testemunhos destas estruturas apresentam alguns dos seus vestígios consentâneos com reservatórios impermeabilizados, pois são construídos sobre pavimentos devidamente compactados, apresentam superfícies revestidas com argamassa de cal e areia ou estuque e, portanto, eventualmente com capacidade para armazenamento de líquidos. Nesta área, o espólio cerâmico encontrado remete também para a existência de vários utensílios dedicados ao transporte e armazenamento de água e líquidos, como potes, grandes talhas, cântaros e uma ponta de

alcatruz¹³⁴. Quanto à restante intervenção na Rua Cândido dos Reis, a realizada nos n.ºs 24 a 32, e no que respeita ao armazenamento de água, não temos informação.

De Tavira, o que nos é dado conhecer é apenas a existência de utensílios de armazenamento de água, como talhas e cântaros, que foram encontrados no Convento da Graça¹³⁵, assim como um alcatruz, o que remete para a existência de sistemas de captação de água com mecanismo elevatório (poço com nora) bem como os habituais sistemas simplificados de armazenamento da água em recipientes que se alinhariam encostados às paredes das casas.

5.2 As águas pluviais.

Um dos factos mais curiosos na área escavada nos n.ºs 24 a 32 da Rua Cândido dos Reis em Silves é a existência de um “caneiro”, associado a fossas, que separava duas habitações e que os autores apresentam como um sistema ou método construtivo utilizado para escoamento de águas pluviais provenientes dos telhados ou até de um hipotético jardim. Numa primeira observação, esta explicação não parece consentânea com a tipologia construtiva e funcionalidade característica destas habitações mediterrânicas. A cobertura inclinada, com revestimento de telha, teria normalmente pendente no sentido interno da casa, no sentido do pátio, para recolha e retenção de águas da chuva, de acordo com a leitura mais usual desta solução construtiva. Aliás, esta é a opinião dos autores das escavações que, sobre a tipologia das seis habitações, repetidamente organizadas em volta

¹³⁴ Ana Cristina Ramos, 2006, “ Arqueologia urbana em Silves. A intervenção no Teatro Gregório de Mascarenhas.”, XELB 6 – vol.I, Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 51-70.

¹³⁵ Sandra Cavaco e Jaquelina Covaneiro ; 2010, “Materiais cerâmicos provenientes de um silo do bairro almôada do Convento da Graça – Tavira”, “Arqueologia Medieval 11, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, pp.103-112.

de um pátio central, afirmam que este vulgarmente ostentava passadiço de circulação que, de acordo com a quantidade de telhas de meia cana encontradas em derrube, deveria ter sido coberto por pórtico perimetral, com cobertura inclinada, conduzindo a água das chuvas para o centro do pátio, onde se situava um tanque ou jardim¹³⁶.

Se a cobertura das habitações apresentasse a pendente no sentido da rua ou do exterior da casa, talvez tal acontecesse ou por ser uma edificação de dois pisos, em que a queda da água das chuvas dos beirados, a partir de uma altura mais elevada, trouxesse incómodo para a vida familiar no pátio ou por deficiente sistema de escoamento de águas pluviais, o que não parece acontecer neste caso, dado se ter encontrado sistemas de canalizações no interior das habitações, com alguma sofisticação. Acresce a esta possível explicação o facto de as duas casas que ladeiam este “caneiro” apresentarem muros exteriores de espessuras razoavelmente diferentes, o que poderia realmente supor a existência de um segundo piso, ainda que parcial ou pontual, na habitação que apresenta o muro mais largo. Apenas hipóteses.



Fig. 5. 11. “Caneiro” identificado na Rua Cândido dos Reis, 24 a 32. Sónia Duarte Ferreira, Carla Lemos Estrela, Luis Campos Paulo e Telmo Pinheiro Silva, 2008 (ob. Cit. p.138.)

¹³⁶ Sónia Duarte Ferreira, Carla Lemos Estrela, Luis Campos Paulo e Telmo Pinheiro Silva, 2008, “Intervenção arqueológica na Rua Cândido dos Reis: novos dados sobre o urbanismo islâmico da cidade de Silves”, XELB 8 – vol. II, Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, p. 136.

Ainda na mesma Rua Cândido dos Reis, aquando da escavação do “Empreendimento do Castelo”, numa área total de 4280 m², é exposto um conjunto de cerca de 15 casas. Neste cenário residencial surgem igualmente alguns “caneiros”, que também são apresentados no Relatório Final da escavação como condutas que transportariam a água das chuvas que cairia dos beirados das casas directamente para as ruas. A repetição desta solução construtiva torna-a ainda mais difícil de entender. Sucede quatro vezes na área intervencionada, nomeadamente entre a casa n.º1 e a estrutura A, entre as casas n.º 8, e a 6 e 9, entre a casa n.º 10 e 12 e entre a casa n.º 12 e 14. Entre a casa n.º 8 e a 6 e 9, ainda se conservam duas lajes da parede vertical da conduta que ao trazer a água dos beirados (fig. 5.12), protegia assim, deste modo, a base da construção relativamente a potenciais infiltrações. Na parede da casa n.º 10 que confronta com um destes “caneiros” é precisamente identificado um escoamento, através de orifício construído com telha de meia cana na base, que conduzia as águas do pátio para esse rego.

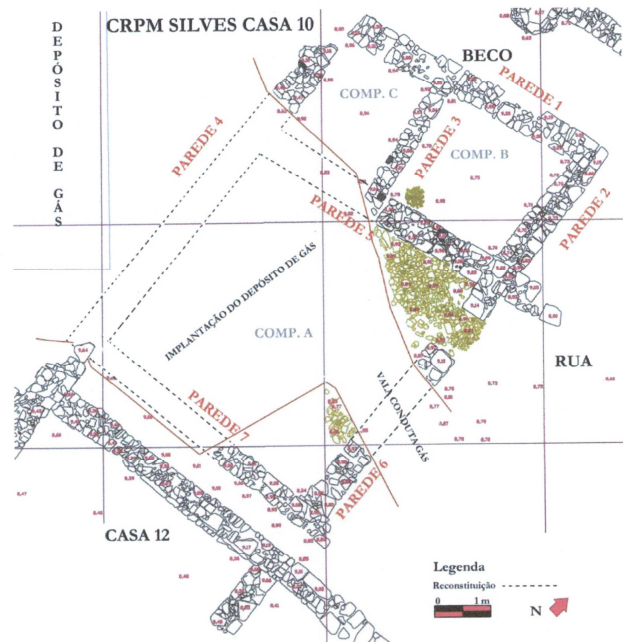


Fig. 5. 12. “Caneiro” no “Empreendimento do Castelo”, em planta constante do Relatório Final da Escavação.

Os “caneiros” deste bairro apresentam todos uma orientação nascente/poente (tal e qual a orientação do “caneiro” da outra intervenção nos n.ºs 24 a 32) e uma largura de

cerca de 0,6/0,7 m. Realmente, uma vez que apresentam todos sensivelmente a mesma orientação, consentânea com a pendente natural do terreno, parece à partida uma boa explicação, o facto de constituírem sistemas de escoamento das águas pluviais. Ainda segundo os autores do Relatório Final, mais se justifica esta explicação pelo facto de as construções neste local não terem, salvo raros casos, valas de fundação, o que tornaria a construção estruturalmente menos segura. O facto de este bairro ter sido previamente nivelado e não ser propriamente um solo rochoso e fiável, bem como o facto de, pelo contrário, se apresentar como um solo argiloso altamente impermeável, muito favorável à retenção e estagnação de águas, também poderia auxiliar na explicação. Assim, esta solução, salvaguardaria a segurança construtiva.

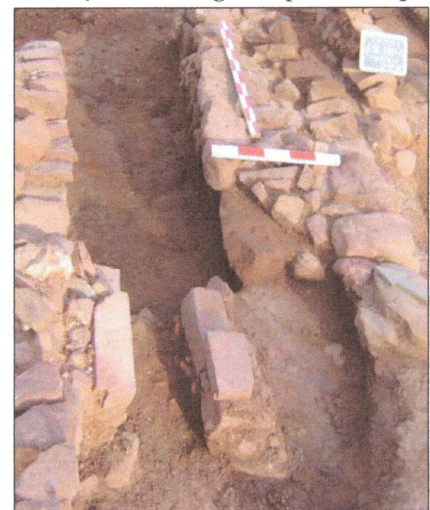


Fig. 5. 13. “Caneiro” entre as casas n.º 8 e a 6 e 9 no “Empreendimento do Castelo”, fotografia constante do Relatório Final da Escavação

Ora existe um paralelo para esta situação em Saltés ¹³⁷, em que se verifica uma duplicação de parede exterior entre a casa n.º 2 G e a 8 A, aproximadamente com 0,5 m de largura de espaço vazio entre as casas. Mas os autores apenas apresentam, como eventual explicação para a ocorrência desta situação, a possível necessidade de afirmação de uma

¹³⁷ André Bazzana e Juana Bedia García; 2005, “Excavaciones en la isla de Saltés (Huelva) 1988-2001.” Junta de Andalucía, Sevilha, p.85.

distinção de estatuto social entre dois bairros distintos da cidade, consubstanciada por esta separação física das duas casas. Não parece muito credível, à partida, conseguir uma divisão de classe social, por intermédio deste tipo de solução.

Outra tentativa de explicação que podemos somar às anteriores é a de que estes espaços vazios possam surgir em consequência de dificuldades construtivas resultantes da existência de desfasamento temporal entre a edificação das duas casas que confinam com cada “caneiro”. Ou seja, se as construções não foram levadas a efeito de uma assentada, o que é o mais provável, então a casa que se encontrava já edificada, não ofereceria fundações que garantissem a segurança da anexação de uma nova estrutura, situação que é atestada pelas escavações efectuadas, que atestam a existência de fundações deficientes ou até mesmo a inexistência de fundações. Isto verifica-se, nos dois contextos habitacionais em que surgiram os “caneiros”. Tal constatação levaria então a uma situação de duplicação da estrutura auto-portante das casas. Na prática, para conseguir construir um outro muro, não o deveriam encostar ao pré-existente e, por comodidade construtiva, teriam que deixar o espaço suficiente (que poderá corresponder às medidas de 0,60/0,70m) que permitisse que um homem pudesse construir a parede exterior da casa (com acesso de ambos os lados, quer do interior da casa, quer do exterior – daí a necessidade de espaço).

Ainda uma outra possível argumentação poderia ter fundamento em quaisquer normativos legais que aqui se desconhecem. Na realidade, as orientações regulamentares que se conhecem apontariam, precisamente para a solução contrária. A jurisprudência aborda uma servidão muito comum, como se pode entender da observação do tecido urbano de muitas das cidades islâmicas, que diz respeito à copropriedade da parede meeira das casas, ou seja, era “moralmente obrigatório”¹³⁸ aceitar uma servidão de apoio na sua parede exterior da casa, caso o vizinho o solicitasse e não houvesse razão forte para a recusa. Está inerente um conceito de solidariedade colectiva que, ou aqui não existiu ou

¹³⁸ Javier García-Bellido y García de Diego, 2000, “Morfogénesis de la ciudad islámica”, “L’urbanisme dans l’Occident musulman ou Moyen Âge. Aspects juridiques.”, Casa de Velázquez, CSIC, p. 262/263.

então poderá ter-se verificado um forte motivo para a recusa – a ameaça à solidez construtiva das habitações. São questões abertas.

No Convento da Graça, em Tavira, os pátios apresentam igualmente pavimentação, ou com peças pequenas de tijoleira dispostas em “espinha”, ou com lajes de pedra. As águas pluviais, eram orientadas por intermédio de pequenas canalizações, ora escavadas na rocha, ora através da construção de pequenos caneiros com pedras, na direcção de fossas, ou, caso estivessem próximas, na direcção de uma das três canalizações públicas existentes no eixo dos arruamentos estruturantes deste aglomerado. A casa n.º 2 apresenta um tanque no pátio, parcialmente escavado na rocha, com 1,1 m por 1,1m, cujas paredes internas se encontram revestidas com argamassa de cal e areia, existindo a possibilidade de ter constituído um reservatório de água doméstico.

Ainda no que respeita às águas pluviais, há que referir o extremo cuidado nas pavimentações dos pátios, que quase invariavelmente apresentam pavimentos de pedra, sendo que, no caso do “Empreendimento do Castelo”, as lajes de arenito vermelho que pavimentam o espaço dos pátios ostentam dimensões muitíssimo grandes. Tal cuidado poderia ter a função de facilitar a limpeza de um espaço que ao fim e ao cabo é exterior e, como tal, sujeito às intempéries, bem como o de facilitar a drenagem das águas da chuva, para o que contribuía o detalhe detectado em ressaltos, degraus, soleiras, canais e canalizações, tudo sistemas de auxílio à condução da água das chuvas.

Um dos problemas com que os habitantes deste bairro se terão debatido, tem precisamente relação com a impermeabilização dos solos e com o excesso de águas que podia provocar situações bastante desconfortáveis, como se pode ler no Relatório Final da escavação. A composição argilosa do solo, ao não permitir o escoamento parcial e natural das águas para o solo, levaria com frequência a uma consequência: o transbordo das fossas para a rua, dada a saturação de água no solo, atestado pela composição da terra em redor da abertura de algumas das fossas escavadas.

5.3 As águas residuais.

A intervenção no Teatro Gregório Mascarenhas em Silves, levada a efeito em 2004, revelou um conjunto de 4 habitações do período islâmico. Os primeiros compartimentos terão sido edificados entre os séculos XI e XII, dando lugar a sucessivas alterações e ampliações. É no século XII que se verificam as melhorias relacionadas com a higiene e o conforto destas casas, dotando-as de diversos equipamentos, nomeadamente “(...) colocação de canalizações e de uma latrina, a pavimentação dos compartimentos, com estuques ou lajes, o revestimento das paredes com estuques e a construção de tanques.”¹³⁹ Estes melhoramentos, com vista à ampliação e reorganização funcional das habitações, traduziram-se essencialmente num acréscimo dos equipamentos domésticos, que se denota em particular na denominada “casa 2”¹⁴⁰, com dimensões apreciáveis, ostentando cerca de 150 m² de área.

Foram identificadas canalizações sob os pavimentos dos compartimentos habitacionais neste excerto de bairro islâmico, onde é muito evidente a diferenciação entre dois tipos de canalização: ou com recurso a telhas de meia cana ou edificadas com pedra de arenito vermelho. A primeira, com telha, deverá estar relacionada apenas com escoamento de águas pluviais¹⁴¹, pois é mais frágil e de menores dimensões. A segunda já deverá estar associada aos esgotos, uma vez que apresenta uma solução com algum

¹³⁹ Ana Cristina Ramos, 2006, “ Arqueologia urbana em Silves. A intervenção no Teatro Gregório de Mascarenhas.”, XELB 6 – vol.I, Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 51-70.

¹⁴⁰ Ana Cristina Ramos, 2006, “ Arqueologia urbana em Silves. A intervenção no Teatro Gregório de Mascarenhas.”, XELB 6 – vol.I, Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 51-70.

¹⁴¹ Embora a autora, Ana Cristina Ramos, remeta para a probabilidade de as canalizações de telha de meia cana terem sido destinadas à distribuição de água, o que não parece razoável. Seria eventualmente destinada a distribuição de água, mas de origem pluvial, para efeito da sua drenagem e escoamento e não para efeitos de abastecimento, que é o que significa habitualmente a denominação “distribuição de água”.

cuidado construtivo, com pedra de arenito vermelho, de melhor acabamento. Ainda nesta área, foram escavadas 42 fossas de formas e dimensões variadas e 4 estruturas similares a tanques. Toda a área apresenta vestígios de ocupação do século XI ao XIII.

Na escavação realizada nos n.ºs 24 a 32 da Rua Cândido dos Reis, também em Silves, no ano de 2006, ao pôr a descoberto 6 habitações, *“foi identificado importante sistema de canalização para a descarga de águas provenientes da habitação, existente sob a actual Rua Cândido dos Reis, bem como, sistema subterrâneo de transporte de águas constituído por lajes de grés vermelho de Silves, cujo interior encontrava-se impermeabilizado por revestimento em argamassa.”*¹⁴² Foram igualmente descobertas latrinas e fossas associadas, estas construídas com lajes de arenito na parte superior e, no seu interior, ou utilizado o mesmo material ou escavadas na rocha. Também as latrinas eram construídas com lajes de arenito da região. As canalizações detectadas ocorrem no interior das habitações, sendo canalizadas para as fossas, inseridas já em espaço público.

A área dos pátios, dos compartimentos reservados às latrinas e do compartimento que foi identificado com a função de cozinha, apresentavam pavimentação constituída por grandes lajes de grés vermelho de Silves. Já nos outros compartimentos, como os salões principais, as alcovas e as outras divisões secundárias, o pavimento era executado com argamassa de cal de cor branca, método utilizado igualmente no revestimento das paredes. Interessa salientar novamente o cuidado na maior impermeabilização e maior resistência ao desgaste dos pavimentos que estariam destinados a uma utilização mais associada à água, às lavagens e escorrências.

No “Empreendimento do Castelo” a solução-padrão utilizada para o escoamento das águas residuais é a associação entre a latrina encostada à parede exterior da casa e a fossa directamente ligada à latrina, defronte da casa, encostada a ela e já em espaço público. As latrinas e fossas encontravam-se em razoável estado de conservação, sendo as

¹⁴² Sónia Duarte Ferreira, Carla Lemos Estrela, Luis Campos Paulo e Telmo Pinheiro Silva, 2008, “Intervenção arqueológica na Rua Cândido dos Reis: novos dados sobre o urbanismo islâmico da cidade de Silves”, XELB 8 – vol. II, Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 131-147.

latrinas construídas de modo cuidado com pedra de arenito, apresentavam uma forma elevado do solo, com cerca de 1,0m de comprimento por 0,90 m de largura. A sua cobertura era executada com uma só laje de pedra de arenito, com dimensões aproximadas de 0,8m por 0,6 m, com uma abertura de aproximadamente 0,50m por 0,10m, talhada no centro da pedra.

As águas pluviais convergiam igualmente para as fossas. Embora existam canalizações, estas visaram dar resposta a questões de localização e de servidões, ou seja, as canalizações apenas existem para fazer chegar as águas, pluviais ou residuais, da origem até à fossa, passando por vezes por baixo da casa do vizinho, em manifesta situação de servidão. Nos arruamentos, não foram detectadas condutas ou canalizações.

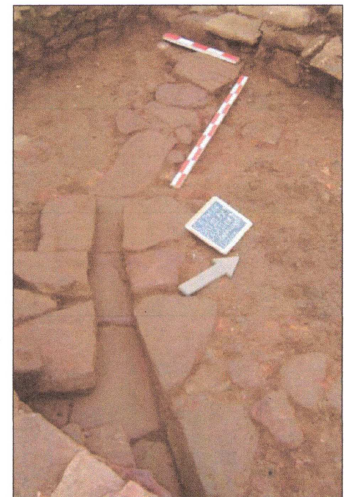


Fig. 5.14. Conduto no “Empreendimento do Castelo”, fotografia constante do Relatório Final da Escavação.

Na cidade de Tavira, entre 2006 e 2008, foram realizados trabalhos no âmbito de uma escavação de emergência no Convento da Graça, a carga da Câmara Municipal, como já foi referido no capítulo 3. Estas escavações tiveram tal impacto positivo que os pátios das casas I e II foram desde logo integrados no projecto da própria pousada da Enatur e são actualmente o *ex-libris* da cidade e da pousada. A hipótese apresentada pelos autores dos trabalhos arqueológicos remete para a edificação simultânea e de novo deste bairro almôada, resultante do crescimento acentuado da cidade de Tavira neste período, provavelmente na perspectiva de albergar gentes vindas de locais já tomados pelos

cristãos, que procuravam refúgio no sul. No geral, estas casas, à semelhança dos bairros residenciais de Silves, não apresentavam fundações, assentando os muros de alvenaria apenas em “pequenos alicerces”. Os autores também não excluem a hipótese de, por não existirem leituras de derrubes ou outro tipo de destruição, ter havido um aproveitamento daquelas habitações pelas populações após a tomada da cidade. Tal pode explicar algumas das transformações ocorridas nas casas.

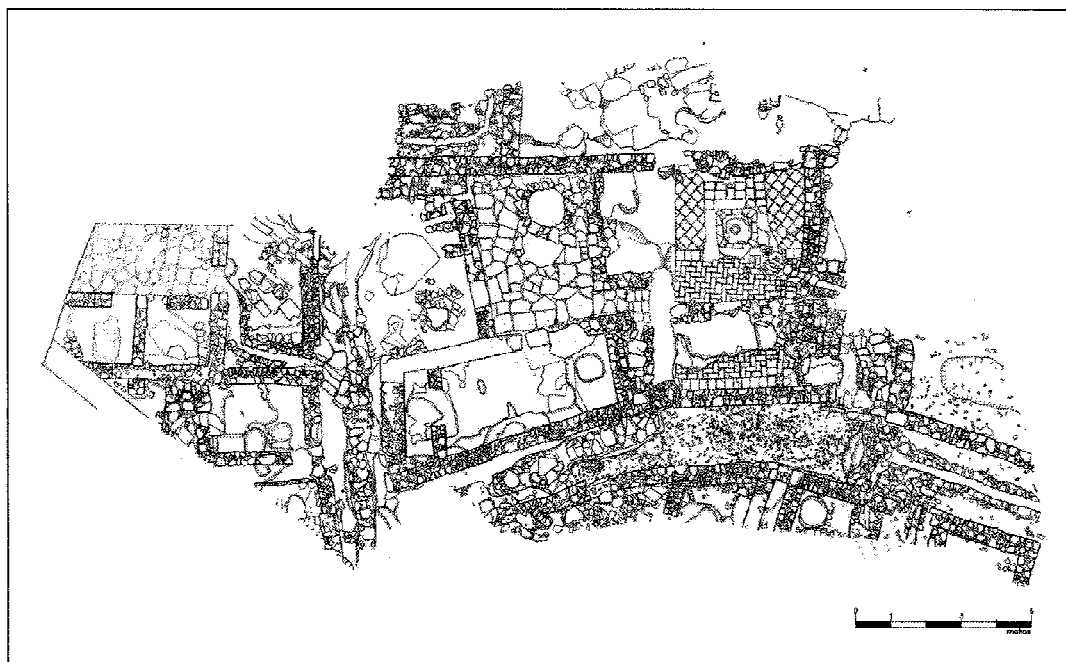


Fig. 5.15. Planta do bairro almôada do Convento da Graça, em Tavira. Jaquelina Covaneiro, Sandra Cavaco e Gonçalo Lopes, 2008 (Ob. Cit.).

Estas escavações puseram a descoberto um bairro habitacional, do período almôada, com um conjunto de pelo menos 13 casas e 3 arruamentos. O espaço público lê-se com clareza, com as estruturas habitacionais a organizarem-se em redor dos 3 arruamentos, que apresentam uma largura média de 1,6 m. Entre as casas II, III e X, este espaço de circulação recebe uma conduta, com cerca de 0,8 m de largura, com dimensões já razoáveis para conduta pública. Aliás, as canalizações públicas, que se estendem ao longo das três áreas de circulação, apresentam dimensões semelhantes e são construídas de forma idêntica, com edificação lateral em elementos de pedra de dimensões consideráveis e fechamento superior com recurso a lajes de pedra. As águas residuais, bem

como as pluviais, eram orientadas por intermédio de pequenas canalizações, que podiam se escavadas na rocha, ou construídas com pedras formando pequenos caneiros, escoando na direcção ou de fossas ou de uma das três canalizações públicas existentes no eixo dos arruamentos estruturantes deste aglomerado, privilegiando a ligação às condutas, sempre que estas se encontrassem próximas.

De salientar que as fossas sépticas escavadas em Tavira se localizam no interior das casas ou em adarve, mas não na zona assumidamente pública. Esta “excepção à regra”, quanto à localização dos poços negros que habitualmente se localizam no espaço público imediatamente defronte da casa, em ligação directa com o compartimento da latrina que se encontra adossada ao lado interno da parede da fachada da habitação, foi já abordada no capítulo anterior, com referência a casos semelhantes ocorridos em Mértola e Siyāsa. Estas situações poderão ser explicadas com sucessivas transformações das habitações, em que os compartimentos e até mesmo as fossas vão alterando as suas funções.

6 CONCLUSÕES.

O modelo de casa pátio mediterrânica parece ter sido o programa difundido no território algarvio, no período islâmico, para além de ser largamente o mais comum no espaço do al-Andalus. E, nos contextos habitacionais, quase tudo se define a partir daí, dessa repetição de programa funcional da habitação e da solução encontrada na sua adaptação às contingências e especificidades de cada local.

No caso da intervenção nos n.º 24 a 32 da Rua Cândido dos Reis os pátios parecem cumprir os requisitos formais que lhe associam tradicionalmente a ideia de privacidade e recato, apresentando acesso salvaguardado com vestíbulo e entrada em cotovelo numa casa e entrada dupla em outra casa. Já no “Empreendimento do Castelo”, muitos são os casos em que os pátios têm entrada directa e imediata a partir do arruamento público.

Ora estas diferentes adaptações do modelo de base terão tido certamente a sua razão de ser. À distância de séculos e com o fragmentado discurso dos testemunhos arqueológicos, torna-se muitas das vezes difícil a compreensão das coisas. Mas a contextualização do espaço e do tempo acaba por fornecer algumas pistas. No caso do “Empreendimento do Castelo”, a maior aproximação deste contexto habitacional à vida no campo, menos sujeita a pressões decorrentes de maior densificação construtiva, poderá estar na origem da explicação de uma maior abertura e permeabilidade do espaço privado familiar para a esfera pública, sendo que esta apresentava contornos de bairro limítrofe. De acordo com os elementos estudados, aparentemente este arrabalde confinava imediatamente com hortas e pomares, mesmo na franja da cidade, pelo que a sua vivência teria um cariz aproximadamente rural.

Até em contexto mais assumidamente rural, como o caso de Alcaria de Odeleite, a solução apresentada passa também pela adopção deste modelo da casa pátio. Mas aqui, ao invés do normal alinhamento na presença de um arruamento, este conjunto habitacional forma-se por simples anexação das casas. Mais uma adaptação às características específicas de cada caso.

Também no que respeita às soluções relativas ao tratamento das águas pluviais e residuais, se registam muitas diferenças, dentro de uma linguagem comum. Isto é, parte-se de um conjunto de soluções mais ou menos tipificadas, como já foram antes apresentadas, em que o tratamento das águas residuais pode ser realizado por intermédio de fossas ou poços negros, por intermédio de ligação a canalizações públicas localizadas em arruamentos, através de ligação a fossas ou canalizações de outras habitações, por desagúe directo aquando de localização privilegiada junto a muralha, penhasco, fosso ou ainda com o recurso a soluções específicas de cada local, como em Mértola, em que é utilizado para desagúe o criptopórtico. Pode também, no caso de águas pluviais, ser simplesmente um desagúe directo para a rua, claro que dentro de determinados condicionalismos de “civismo”. Mas, se lidas no contexto de um bairro ou de uma parte da cidade, podem e acontecem quase sempre, soluções mistas, que conjugam num conjunto de casas várias soluções, adaptadas à originalidade da situação de cada habitação.

Nos casos observados verificou-se esta elasticidade dos meios de saneamento utilizados, em que surge Tavira com uma solução mais cuidada e sofisticada, exibindo três arruamentos, todos eles com conduta central de escoamento de águas residuais, condignamente executada com recurso a lajes de pedra. Embora também registe casos pontuais de fossas associadas directamente a latrinas. Já em Silves, os arrabaldes apresentam soluções mistas de fossas, canalizações e condutas, algumas destas condutas com uma execução muito cuidada mas não se registaram arruamentos dotados de condutas centrais de escoamento de resíduos.

A utilização dos arruamentos para localização de conduta central de escoamento de águas, mas neste caso apenas pluviais, foi registado também no povoado marítimo do Poço Antigo, em Cacula Velha, próximo a Tavira, apesar da sua dimensão previsivelmente bastante menor face ao protagonismo associado ao arrabalde de Silves, o que mais uma

levanta a necessidade de procurar eventuais explicações para as opções tomadas ou no tipo de populações que teria ocupado estes lugares ou no tipo de governos locais.

Parece um traço comum a prévia preparação e nivelamento do terreno, quer no “Empreendimento do Castelo”, quer no Convento da Graça, o que pressupõe, juntamente com alguma lógica e regra que se pode entender no desenho e estruturação dos arruamentos, face às habitações propriamente ditas e face à cidade, a existência de alguma planificação na origem destes assentamentos nos arrabaldes da cidade.

Mas enquanto no caso de Tavira essa planificação se traduz igualmente na solução apresentada para o saneamento, já em Silves, ainda mais com os problemas locais relacionados com a excessiva impermeabilização natural do solo argiloso, não foi tomada semelhante medida, optando-se antes pela proliferação extensiva de fossas ao longo dos arruamentos, o que sem dúvida terá trazido numerosos inconvenientes. Ainda mais se tida em consideração a grande disponibilidade de pedra na região, arenito e grés vermelho de Silves, ideal para a construção de condutas, que aliás foram cuidadosamente executadas com este material, mas apenas no interior de habitações. O custo económico associado à construção de condutas centrais nos arruamentos pode ser um motivo para a sua não existência, mas considerando que os transtornos causados pela manutenção e episódico transbordo das fossas também seria penoso, senão oneroso, então a explicação poderá ser outra.

Tomando como exemplo o que se tem conhecimento relativamente a Córdova¹⁴³, a explicação destas opções poderá também estar associada à origem das populações que se fixaram nestes conjuntos habitacionais, dependendo dos seus modos de vida, da sua

¹⁴³ Ricardo Córdoba de la Llave; 2008, “Viviendas adosadas andalusíes del yacimiento califal “Huerta de San Pedro (Córdoba).”, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular “A ocupação islâmica da Península Ibérica.” Universidade do Algarve, Promontória Monográfica 11, pp. 39-50. Dando como exemplo, podendo ser outros, este bairro dos arrabaldes de Córdova, verifica-se que a planificação de tal modo existiu, que previu inclusivamente o recurso a “moradias geminadas” tipificadas e repetidas, com vista a albergar um acréscimo de população massificado. Mas a opção do sistema de saneamento para a águas residuais sujas permanece o rudimentar (relativamente ao grau de planeamento urbanístico das outras vertentes, claro) conjunto isolado latrina/fossa por habitação. Neste caso atribui-se com alguma probabilidade a ocupação deste bairro a uma classe operária.

actividade, do seu agregado familiar e das suas condições sócio-económicas. Nesta cidade, centro de acção do al-Andalus, densamente povoada, cujo núcleo central apresentava sofisticado sistema de canalização e condutas, escoando hierarquicamente em secções progressivamente maiores, desde a origem até ao desagúe, no rio, também se registam casos, nos seus imensos arrabaldes, de soluções urbanísticas planificadas, mas com soluções de saneamento que às vezes não espelham essa planificação de conjunto, apresentando esquemas algo rudimentares.

A leitura e compreensão destas adaptações das soluções modelares a cada caso específico só é passível de ser realizada com a introdução transversal de informação a todos os níveis. Para além da contextualização histórica e geográfica, é necessário o entendimento da vida económica, familiar e social destas populações e é indispensável a possibilidade de comparar as diversas realidades por forma a entender as suas originalidades. Para tal falta ainda um longo percurso pois actualmente, embora se verifique a existência de alguma informação já disponível relativa ao nosso território português, sobretudo se comparada com a situação de há cerca de 30 anos atrás; essa informação ainda se encontra dispersa e, sobretudo, não disponível na sua totalidade, de modo a permitir a execução de comparações e análises fidedignas.

Com os sistemas actualmente acessíveis de representação da realidade, com o Sistema de Informação Geográfica, que em conjunto permitem a relativização rigorosa de todas as medidas, orientações e posições das existências físicas no território, magníficos estudos se poderiam fazer, no âmbito das estruturas edificadas e do urbanismo islâmico. Assim se encontrasse a informação que realmente existe em formato disponível e passível de ser partilhada por todos, em proveito do Conhecimento.

BIBLIOGRAFIA.

ALMAGRO, Antonio; 1987, "Planimetria de las ciudades hispanomusulmanas", Al-Qantara Revista de estudios árabes, vol. VIII, CSIC, Madrid.

ALVES, Adalberto; 1998, "Silves no contexto poético do Andalus", "O Mirante", n.º13.

ALVES, Adalberto; 1999, "Portugal, ecos de um passado árabe", Instituto Camões, Coleção Lazúli.

AMADO, Adelaide; 1997, "A Carta de Doação de Albufeira à Ordem de Avis 1250", Câmara Municipal de Albufeira.

AMARAL, Maria de Conceição; 2002, "Caminhos do Gharb – estratégia de interpretação do património islâmico no Algarve: o caso de Faro e Silves", Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.

BALBÁS, Leopoldo Torres; 1998, "Ciudades Hispano-musulmanas.", Instituto Hispano-Arabe de Cultura, Madrid.

BAZZANA, André e Patrice Cressier; 1989, "Shaltish / Saltés (Huelva). Une ville médiévale d'al-Andalus.", Casa de Velázquez, Madrid.

BAZZANA, André; 1992, "Maisons d'al-Andalus. Habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne orientale.", 2 vols., Casa de Velázquez, Madrid.

BAZZANA, André e Juana Bedia García; 2005, "Excavaciones en la isla de Saltes (Huelva) 1988-2001." Junta de Andalucía, Sevilha.

BELLIDO, A. García y; 2009, (3.ªed.), "Urbanística de las grandes ciudades del muno antiguo." Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.

BENITO, Ricardo Izquierdo; 1990, "La vivienda en la ciudad hispanomusulmana de Vascos (Toledo). Estudio Arqueológico", "La casa Hispano-Musulmana. Aportaciones de la Arqueologia", Publicaciones del Patronato de la Alhambra Y Generalife, Granada, pp. 147-162.

BLOT, Maria Luisa B. H. Pinheiro; 2003, "Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal.", Trabalhos de Arqueologia n.º 28, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

BOISELLIER, Stéphane; 1999, “Les mudéjares dans le Sud portugais : l'étranger, l'intégration et le quotidien XIIIe-XIVe siècle (une approche globale de l'altérité vécue).”, Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public, 30e Congrès, Madrid.

BOISELLIER, Stéphane; 2009, “Regularité morphologique et volontarisme social. Les limites de l'urbanisme” dans les habitats méridionaux du Portugal medieval (XII-XVI siècles)”, Mélanges de la Casa de Velázquez, n.º 39-1, pp.195-213.

BRESC, Henri e Annliese Nef; 1999, “Ildrîsî. La première géographie de l'occident.”, GF Flammarion, Paris.

BRESC, Henri; 1980, « Les rues de Palerme (1070-1460). », Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 11e Congrès, Lyon.

BROWN, G. Z. e Mark Dekay; 2004, “Sol, Vento e Luz. Estratégias para o projecto de arquitectura.”, Bookman, Porto Alegre.

CARVALHO, Sérgio; Marina Pinto e Alexandre Sarrazola; 2008, “Intervenções arqueológicas realizadas no âmbito do Programa Polis de Albufeira (primeiros resultados), Apontamento de Arqueologia e Património, 2/2008.

CASTRO, Francisco Vidal; 2000, “Agua y urbanismo: evacuación de aguas en *fatwà-s* de al-Andalus y el Norte de África.”, “L'urbanisme dans l'Occident musulman ou Moyen Âge. Aspects juridiques.”, Casa de Velázquez, CSIC, pp 101-123.

CATARINO, Helena; 1997/1998, “O Algarve oriental durante a ocupação islâmica”, in “al-ulyã”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé”, n.º6.

CATARINO, Helena; 2005-2006, “Formas de ocupação rural em Alcoutim (Séculos V-X)”, CuPAUAM 31-32.

CATARINO, Helena e Isabel Inácio; 2008, “A ocupação tardo-medieval e moderna no Castelo de Paderne.”, XELB 8 – vol. I, Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 307-332.

CAVACO, Sandra e Jaquelina Covaneiro ; 2009, “Um (novo) olhar sobre a Tavira islâmica”, XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 429-443.

CAVACO, Sandra e Jaquelina Covaneiro ; 2010, “Materiais cerâmicos provenientes de um silo do bairro almôada do Convento da Graça – Tavira”, “Arqueologia Medieval 11, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, pp.103-112.

CHEBEL, Malek; 1993, “L'imaginaire arabo-musulman”, Puf Quadrige, Paris.

CHOAY, Françoise; 1988, “L'Urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie.”, Éditions du Seuil, PUF, Paris.

CHOAY, Françoise; 2007, “A regra e o modelo. Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo”, Caleidoscópio, Vale de Cambra.

COELHO, António Borges; 1989, “Portugal na Espanha Árabe”, volumes I e II, Editorial Caminho, Lisboa.

COELHO, António Borges; 1999, "Tópicos para a história da civilização e das ideias no Gharb al-Ândalus.", Instituto Camões, Coleção Lazúli, Lisboa.

CONDE, Manuel Sílvio Alves; 1997, "Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos fins da Idade Média.", "Arqueologia Medieval", n.º5, Edições Afrontamento, Porto.

CORREIA, Fernando Branco; 1998, "Fortificações islâmicas do Gharb", "Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo.", Coord. C. Torres e S. Macias, Museu Nacional de Arqueologia.

COVANEIRO, Jaquelina, Sandra Cavaco ; 2003, "Tavira islâmica. Uma aproximação à vida quotidiana.", Catálogo da exposição "Tavira, território e poder", Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, pp. 163.167.

COVANEIRO, Jaquelina, Sandra Cavaco e Gonçalo Lopes; 2008, "O bairro Almóada do Convento de Nossa Senhora da Graça – Tavira. Notícia preliminar.", Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular "A ocupação islâmica da Península Ibérica." Universidade do Algarve, Promontória Monográfica 11, pp. 51-62.

CRESSIER, Patrice; 1989, "El Agua en zonas áridas: Arqueologia e Historia", "Hidraulica tradicional de la provincia de Almeria". Coord. Lorenzo Cara Barrionuevo, "Archeologie des structures hydrauliques en Al-Andalus, pp.-2051-2092.

CRESSIER, Patrice; 1991, "Agua, fortificaciones y poblamiento", el aporte de la arqueologia a los estudios sobre el Sureste Peninsular, "Aragón en la Edad Media", n.º9, pp.403-428.

DIEGO, Javier García-Bellido y García de; 2000, "Morfogénesis de la ciudad islámica: algunas cuestiones abiertas y ciertas propuestas explicativas.", "L'urbanisme dans l'Occident musulman ou Moyen Âge. Aspects juridiques.", Casa de Velázquez, CSIC, pp. 243-283.

DIEGO, Javier García-Bellido y García de; 2003, "Teoría de la ciudad: de sus orígenes a su disolución en la pantópolis Universal.", Colección Mediterráneo Económico, 3, "Ciudades, Arquitectura y Espacio Urbano."

DOMINGUES, Garcia; 1945, "História Luso-Árabe, episódios e figuras meridionais.", Prodomo, Lisboa.

DOMINGUES, Garcia; 1955, "Aben Mafom e a conquista do Algarve pelos portugueses." Separata da revista "Brotéria", Lisboa.

DOMINGUES, José D. Garcia; 1956, "Património Cultural Árabe-Algarvio", Casa do Algarve, Lisboa.

DOMINGUES, José D. Garcia; 1960, "O Garb extremo do Andaluz e "Bortugal" nos historiadores e geógrafos árabes", Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 78.

DOMINGUES, José D. Garcia; 1972, "Ossónoba na Época Árabe.", Separata dos "Anais do Município de Faro", Faro.

FERNANDES, José Manuel e Ana Janeiro; 2005, "Arquitectura no Algarve. Dos primórdios à actualidade, uma leitura de síntese.", CCDR Algarve, Edições Afrontamento.

FERNANDES, José Manuel e Ana Janeiro; 2008, "A casa popular do Algarve. Espaço rural e urbano, evolução e actualidade.", CCDR Algarve, Edições Afrontamento.

FERREIRA, Sónia Duarte; Carla Lemos Estrela, Luis Campos Paulo e Telmo Pinheiro Silva, 2008, “Intervenção arqueológica na Rua Cândido dos Reis: novos dados sobre o urbanismo islâmico da cidade de Silves”, XELB 8 – vol. II, Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 131-147.

GALDEANO, Francisco Castillo e Rafael Martinez Madrid, 1990, “La vivienda hispanomusulmana en Bayyāna-Pechina (Almeria)”, “La casa hispano-musulmana, aportaciones de la arqueologia”, Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife, Granada, pp. 111-127.

GAMITO, Teresa Júdice; 2007, “O Algarve e o Magreb (711-1249)”, Universidade do Algarve.

GAMITO, Teresa Júdice; 2003, “A cisterna árabe da Rua do Castelo”, Xelb 4, Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve, Câmara Municipal de Silves.

GAMITO, Teresa Júdice; 2002, “O papel das torres de vigia na defesa de Faro”, “Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb 500-1500”, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos”, Edições Colibri.

GAMITO, Teresa Júdice; 1997, “A cidade de Ossonoba e o seu território envolvente”, “Noventa séculos entre a serra e o mar”, Coord. Maria Filomena Barata, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa pp. 343-360

GAMITO, Teresa Júdice; 1996, “As muralhas de Faro e os vestígios bizantinos da ocupação da cidade e do seu sistema defensivo”, Miscellanea de Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro, pp. 259-288.

GARCIA, João Carlos; 1986, “O espaço medieval da reconquista no Sudoeste da Península Ibérica”, Centro de Estudos Geográficos, INIC, Lisboa.

GOITIA, Fernando Chueca; 1992, “Breve história do urbanismo” – Editorial Presença, Lisboa.

GOMES, Mário Varela; 2002, “Castelo de Albufeira: novos contributos para o seu conhecimento”, “Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb 500-1500”, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos”, Edições Colibri, pp. 337- 346.

GOMES, Mário Varela; Luis C. Paulo e Sónia. D. Ferreira; 2003, “Levantamento arqueológico do Algarve – concelho de Albufeira”, Câmara Municipal de Albufeira.

GOMES, Mário Varela; 2010, “Silo do centro histórico de Albufeira (Algarve, Portugal)”, XELB 10, Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 477-495.

GOMES, Rosa Varela; 2009, “O Castelo de Silves – Contributos da investigação recente”, XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves.

GOMES, Rosa Varela; 2006, “Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: o núcleo urbano.”, Trabalhos de Arqueologia, n.º44, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

GOMES, Rosa Varela; 2003, “Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova.”, Trabalhos de Arqueologia, n.º35, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

GOMES, Rosa Varela; 1993, "A Cidade", "Jornadas inter e pluridisciplinares", Coord. Maria José Ferro Tavares, Universidade Aberta.

GONÇALVES, Célia e Tânia Silva; 2008, "O período islâmico em Faro – Resultados preliminares", XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, pp. 597- 604

GONÇALVES, Maria José; 2010, "Novas problemáticas relacionadas com a topografia da cidade islâmica de Silves", Arqueologia Medieval 11, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento.

GONÇALVES, Maria José; 2009, "Silves Islâmica: deambulando pelo Arrabalde Oriental", XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves.

GUICHARD, Pierre; 1999, "Littérature jurisprudentielle et histoire de l'Espagne musulmane: la lente intégration des fatwâ/s malikites à l'historiographie d'al-Andalus.", Comptes-rendus des scéances de l'année – Académie des inscriptions et belles-lettres, 143e année, n.º2.

GUZMÁN, Rafael López (Coord.); 2002, "Arquitectura de Al-Andalus (Almería, Granada, Jaén, Málaga).", Editorial Comares, Granada.

HOMEM, Armando L. Carvalho e M. Isabel N. M. C. Homem; 2006, "Lei e poder concelhio: as posturas. O exemplo de Lisboa (sécs. XIV-XV) (primeira abordagem).", Revista da Faculdade de Letras, História III Série, vol.7, Porto.

INÁCIO Isabel e Helena Catarino; 2009, "Ensaio de reconstituição de casas islâmicas do Castelo de Paderne", XELB 9, Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 613-622.

KHAWLI, Abdallah; 2003, "Tavira islâmica. Novos dados sobre a sua história.", Catálogo da exposição "Tavira, território e poder", Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, pp. 131-146.

KHIARA, Youssef; 2003, "Prpos sur l'urbanisme dans la jurisprudence musulmane.", Arqueologia Medieval n.º8, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, pp. 33-46.

KOSTOF, Spiro; 1993, "The City shaped. Urban Patterns and Meanings Trough History." Bulfinch Press, Nova Iorque.

LAGARDÈRE, Vincent; 2000, "Contrats de location de maisons et conflits de jouissance en al-Andalus (XI-XV s.)", "L'urbanisme dans l'Occident musulman au Moyen Âge – Aspectes juridiques", Casa de Velasquez, Madrid, pp. 65-73.

LLAVE, Ricardo Córdoba de la; 2008, "Viviendas adosads andalusíes del yacimiento califal "Huerta de San Pedro (Córdoba).", Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular "A ocupação islâmica da Península Ibérica." Universidade do Algarve, Promontória Monográfica 11, pp. 39-50.

LÉVI-PROVENÇAL, E.; 1999 (2.ª ed.), "Histoire de L'Espagne musulmane.", Tome 1- « La conquête et l'émirat hispano-umaiyade. », Tome 2- « Le Califat umaiyade de Cordoue. », Tome 3- « Le siècle du Califat de Cordoue », Maisonneuve et Larose, Paris.

LÉVI-PROVENÇAL, E.; 2001, "Séville musulmane au début du XIIe siècle. Le traité d'Ibn 'Abdun sur la vie urbaine et les corps de métiers." Maisonneuve et Larose, Paris.

LÓPEZ, Francisco Muñoz ;1993, “La casa islâmica y el horno bajomedieval de c/ de la manga n.º4 (Murcia).”, Memórias de Arqueologia.

LÓPEZ, Francisco Muñoz e Pedro Jiménez Castillo; 1998, “Expansión y regrésion urbana en el arrabal de la arrixaca de Murcia. Excavación en calle serrano, n.º4” .”, Memórias de Arqueologia n.º 13.

LÓPEZ, Francisco Muñoz 1999; “Algunos aspectos del zoco dela Murcia islâmica. Excavación de un solar de calle polo de medina esquina con plaza de belluga.”, Memórias de Arqueologia n.º 14.

LÓPEZ, José Luis García; Lorenzo Cara Barrionuevo e Domingo Ortiz Soler; 1990, “Características urbanas del asentamiento almohade y nazari en la ciudad de Almería a la luz de los ultimos hallazgos arqueologicos.”, Instituto de Estudios Almerienses, Departamento de Historia, Almería.

LUZIA, Isabel; 2006, “Primeiros dados para o estudo dos sistemas hidráulico islâmico de Loulé.”, XELB 6 – vol. I, Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 83-92.

LUZIA, Isabel; 2008, “A primeira campanha de escavação da “Casa das Bicas- Loulé”, XELB 8 – vol. I, Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 263-274.

LUZIA, Isabel; 2009, “Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica”, XELB 9, Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 465-476. Interessante a apresentação da localização cartográfica e descrição das intervenções arqueológicas realizadas na cidade na última década.

MACIAS, Santiago; 1993, “Resenha dos factos políticos”, História de Portugal, vol. I, Dir. José Mattoso.

MACIAS, Santiago; 1999, “Terras da Moura Encantada”, Arte Islâmica em Portugal.

MACIAS, Santiago; 2005, “Islamização no território de Beja: reflexões para um debate.”, Europa e o Islão, Análise Social, 173.

MACIAS, Santiago; 2005, “Mértola, o último porto do Mediterrâneo.”, Campo Arqueológico de Mértola, Vol. I, II e III.

MAGALHÃES, Natércia (Coord.); 2008, “Algarve, Castelos, Cercas e Fortalezas.”, Direcção Regional de Cultura do Algarve, Letras Várias, Edições e Arte, Faro.

MAIA, Manuel e Maria Maia, 2002, “As muralhas Medievais e Post Medievais de Tavira”, “Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro.” Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

MAIA, Manuel; 2003, “Muralhas islâmicas de Tavira”, catálogo da exposição “Tavira. Território e Poder”, Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, pp. 155-162.

MAIA, Manuel; 2004, « O Vaso de Tavira e o seu contexto », « Portugal, Espanha e Marrocos, o Mediterrâneo e o Atlântico », ed. Teresa Júdice Gamito, Universidade de Algarve.

MALDONADO, Basilio Pavon; 1990, "Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana . I – Água.", Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.

MALDONADO, Basílio Pavon; 1999, "Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana. II – Ciudades y Fortalezas.", Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.

MARQUES, A. H. de Oliveira; 1988, "Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa.", Editorial Presença, Lisboa.

MARQUES, Oliveira; 1993, "O "Portugal" islâmico.", Nova História de Portugal, volume II, "Portugal das invasões germânicas à "Reconquista".

MARQUES, A. H. de Oliveira; 2010, (6.ª ed.) "A Sociedade medieval portuguesa, aspectos de vida quotidiana", A Esfera dos Livros, Lisboa.

MARTÍNEZ, Indalecio Pozo; 2000, "La alquería islámica de villa vieja (Calasparra, Murcia)", *Castrum 6. Maisons et espaces domestiques dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*, (éd.), Rome - Madrid, Casa de Velázquez et École Française de Rome, pp. 165-175.

MARTÍNEZ, Martín Guillermo; 1998, "La casa islámica y el horno bajomedieval de c/ de la manga n.º4 (Murcia).", *Memórias de Arqueologia*.

MATTOSO, José; 1967, "Cidades e História.", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine; 1991, "Du concept de « madina » à la ville d'al-Andalus : réflexions autour de la Description de l'Espagne d'al-Idrisi.", *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Tome 27-1.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine; 1996, "Villes d'al-Andalus – L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIII-XV siècles).", Presses Universitaires de Rennes.

MATOS, José Luis de; 1999, "Lisboa islâmica.", Instituto Camões, Coleção Lazúli, Lisboa.

MESTRE, Victor; 2007, "La construcción tradicional en el espacio mediterráneo portugués.", *Apuntes*, vol. 20, num.2.

MICHELL, George; 2000, "La arquitectura del mundo islamico", Alianza Editorial.

MOLÉNAT, Jean-Pierre; 1980, "Deux éléments du paysage urbain : adarves et alcaicerias de Tolède à la fin du Moyen Âge.", *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*, 11e Congrès, Lyon.

MOLÉNAT, Jean-Pierre; 2002, "Communautés musulmanes de Castille et du Portugal. Les cas de Tolède et de Lisbonne.", *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*, 33e Congrès, Madrid.

MORENO, Manuel Espinar e Juan Abellán Pèrez; 1997/1998, "Captación, Distribución y usos del agua en las ciudades musulmanas: el caso de Almería, Guadix y Granada.", *Miscelánea Medieval Murciana*, Vol. XXI-XXII, pp. 83-110.

NORBERG-SCHULZ, Christian; 1976, "Genius Loci, towards a phenomenology of architecture", Londres, Academy Editions, 1980.

NUNES, Idalina; 1989, “Breve história de Albufeira”, Câmara Municipal de Albufeira.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga De E Fernando Galhano; 1992, “Arquitectura Tradicional Portuguesa.”, Publicações D. Quixote, Lisboa.

ORDÓÑEZ, Alejandro Pérez; 2008, “Arquitectura doméstica tardoandalusí y morisca: una aproximación al modelo de familia y a su plasmación en la arquitectura y el urbanismo de los siglos XIII al XVI.”, I Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica. UCM.

ORIHUELA, Antonio; 2007, “La casa andalusí: un recorrido a través de su evolución.”, Artigrama, n.º22, pp.299-335.

PALAZÓN, Julio; 1990, “ La casa andalusí en Siyāsa: ensayo para una clasificación tipológica”, “La casa hispano-musulmana, aportaciones de la arqueología”, Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife, Granada, pp. 177-198.

PALAZÓN, Julio Navarro e Pedro Jiménez Castillo, 2007, “Las ciudades de Alandalús, nuevas perspectivas.”, Guías de historia, arte y cultura islâmica.”, Conocer alandalús, Zaragoza.

PALAZÓN, Julio Navarro e Pedro Jiménez Castillo; 2007, “Siyāsa. Estudio arqueológico del despoblado andalusí (ss. XI-XIII).”, Escuela de Estudios Árabes de Granada (CSIC), El legado andalusí, Murcia.

PALAZÓN, Julio Navarro e Pedro Jiménez Castillo; 2008, “El agua y la ciudad andalusí.”, Actas del II Coloquio Internacional. Irrigación, Energía y Abastecimiento de Agua: la cultura del Agua en el Arco Mediterráneo.”, Sevilha.

PASSINI, Jean; 2000, “L’urbanisme medieval tolédan: décisions des juristes mâlikites et ordonnances municipales chrétiennes de la construction.”, “L’urbanisme dans l’Occident musulman ou Moyen Âge. Aspects juridiques.”, Casa de Velázquez, CSIC, pp. 202-213.

PAULO, Luis Campos; 2007, “Estácio da Veiga e a Arqueologia no Concelho de Albufeira”, XELB 7, Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 407-420.

PAULO, Luís Campos; 2007, « O simbolismo da purificação. O “Vaso de Tavira”: iconografia e interpretação », Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 10. n.º 1.

PASSINI, Jean; 2004, “Casas y casas principales urbanas. El espacio doméstico de Toledo a fines de la Edad Media.”, Universidad de Castilla-la-Mancha, Toledo.

PICARD, Christophe; 1995, “Shilb e a actividade marítima dos muçulmanos no Oceano Atlântico.”, Actas das III Jornadas de Silves, Guia da cidade de Silves, Silves.

PICARD, Christophe; 1997, “L’océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l’'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal – Espagne – Maroc).”, Maisonneuve et Larose, Paris.

PICARD, Cristophe; 1998, “A islamização do Gharb al-Ândalus”, “Portugal islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo”, Museu Nacional de Arqueologia.

- PICARD, Christophe ; 2000, “Le Portugal musulman (VIII/XIII siècle)”, Maisonneuve et Larose, Paris.
- PIRENNE, Henri; 1989, “As cidades da Idade Média.”, Publicações Europa-América, Coleção Saber, Lisboa.
- RAMOS, Ana Cristina; 2006, “ Arqueologia urbana em Silves. A intervenção no Teatro Gregório de Mascarenhas.”, XELB 6 – vol.I, Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 51-70.
- REKLAITYTE, Ieva; 2006; “Acerca del saneamiento en las *mudum* andalusíes.”, SALDVIE n.º6, pp.225-249.
- REKLAITYTE, Ieva; 2007; “Importancia y aprovechamiento del agua en el mundo medieval islámico”, SALDVIE n.º7, pp.159-171.
- RIBEIRO, Orlando; 1987, “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”, Livraria Sá da Costa Editora, 5.ª edição, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando; 1994, “Opúsculos Geográficos. V Volume – Temas Urbanos.”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- RIBEIRO, Vitor (Coord.); 2008, “Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão.”, CCDR Algarve, Edições Afrontamento.
- RIO, Elena Castro Del; 2001, “La arquitectura doméstica en los arrabales de la Córdoba califal: la zona arqueológica de Cercadilla.”, AAC 12.
- RUANO, Delfina Serrano; 2000, “Las demandas particulares como limitación de las construcciones privadas en el Occidente islámico medieval”, “L’urbanisme dans l’Occident musulman au Moyen Âge – Aspectes jurídiques”, Casa de Velasquez, Madrid, pp. 17-38.
- RUBIERA, María Jesús; 1988, (2.ª ed.), “La arquitectura en la literatura árabe”, Libros Hiperión, Madrid.
- SAID, Edward; 2004, “Orientalismo”, Livros Cotovia.
- SÁNCHEZ, Laura Aparício; 2008, “La planificación urbanística en la Córdoba Califal. Los arrabales noroccidentales.”, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular “A ocupação islâmica da Península Ibérica.” Universidade do Algarve, Promontória Monográfica 11, pp. 29-38.
- SANCHEZ-ALBORNOZ; Cláudio, 2007 (1.ª ed. 1983) “De la Andalucía islámica a la de hoy.”, Ediciones RIALP, S. A., Madrid., 3.ª edição.
- SANTOS, Filipe João Carvalho dos; 2006, “O povoado islâmico de alcarias de Odeleite. Uma Qarya no Algarve oriental. Primeiros resultados arqueológicos.”, Promontoria, Ano 4, n.º4, pp. 161-229.
- SANTOS, José Costa dos e Paula Barreira Abranches, 2010, “O arrabalde da Silves islâmica. A intervenção arqueológica do empreendimento do Castelo”, Arqueologia Medieval 11, Edições Afrontamento, pp 89-102.
- SANTOS, María Del Camino Fuertes; 2002, “Aproximación al urbanismo y la arquitectura doméstica de época califal del Yacimiento de Cercadilla.”, Seminario de Arqueología, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla.

SILES, Fátima Castillo Pérez de; 2008, “Un arrabal Almohade en la C/ Antonio Maura de Cordoba”, “A ocupação islâmica da Península Ibérica”, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 11, pp. 63-76.

SINTRA, Filomena Pascoal e José Estevens (Coord.); 2004, “Património rural construído do Baixo Guadiana”, Odiana, Editora do Guadiana, Vila Real de Santo António.

STAEVEL, Jean-Pierre Van; 2000, “Le qadi au bout du labyrinthe.”, “L’urbanisme dans l’Occident musulman au Moyen Âge – Aspectes jurídiques”, Casa de Velasquez, Madrid, pp. 39-63.

STAEVEL, Jean-Pierre Van; 2001, “Influencia de lo jurídico sobre la construcción, análisis d’Ibn ab.Iman al. Tutîlî (Tudela, final del siglo X).”, in “La ciudad medieval : de la casa al tejido urbano.” (Coord. Jean Passini), p. 227-228.

STAEVEL, Jean-Pierre Van; 2002, “Les fondements de l’ordre urbain dans le monde árabe médiéval: réflexions à propos de Cordoue au Xème s.”, Géocarrefour, Vol. 77 n.º3.

SUESCUN, David Alegría; 2004, “Agua y Ciudad, Aprovechamientos hidráulicos urbanos en Navarra (siglos XII-XIV)”, Gobierno de Navarra.

TAHIRI, Ahmed; 2003, “Las clases populares ena l-Andalus.”, Editorial Sarriá, Málaga.

TEIXEIRA, Manuel C.; 1993, “A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes.”, Análise Social, vol. XXVIII (121).

TORRES, Cláudio; 1993, “O Garb-al-Andaluz”, História de Portugal, vol. I, Dir. José Mattoso.

TORRES, Cláudio; 1997, “ O Al Garbe”, “Noventa séculos entre a serra e o mar”, Coord. Maria Filomena Duarte, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

TORRES, Cláudio; 2001, “Lisboa muçulmana, um espaço urbano e o seu território.”, Arqueologia Medieval n.º 7, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, pp.73-87.

TORRES, Cláudio e Santiago Macias; 1998, “Portugal islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo”, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

TORRES, Cláudio e Santiago Macias; 1998, “O legado islâmico em Portugal” Fundação Círculo de Leitores e Autores, Lisboa.

TORRES, Cláudio; 2004, “La civilisation andalouse, la tradition méditerranéenne et la tolérance. ”, “Atlântico, Portugal, Espanha e Marrocos, O Mediterrâneo e o Atlântico.” Teresa Júdice Gamito (Coord.), UALG.

VALINHO, Alexandre e João Nuno Marques; 2009, “Contributo ao estudo da ocupação islâmica de Cacela Velha”, XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 569-578.

VIEIRA, Ana Isabel e Cristina Chanoca; 2006, “Fossas e Silos do eixo Porta da Azóia – Rua do Saco (Silves)”, XELB 6 – vol.II, Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 115-130.

VIANA, Abel; 1952, "Ossónoba – o problema da sua localização.", Separata do vol. LXII da "Revista de Guimarães", Guimarães.

VIEIRA, Ana Isabel e Cristina Chanoca; 2006, " O Largo da Sé, Silves: resultados preliminares de uma intervenção de salvaguarda", XELB 6 - vol.I, Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves, pp. 71-82.

SANJUÁN, Alejandro García; 2009, « La caracterización geográfica del Garb al-Andalus en las fuentes árabes medievales. », Instituto de Estudos Medievais, Medievalista online, ano 5, n.º 6.

Compilações de textos de vários autores consultados.

AA. VV., 1990, "Moçárabe em peregrinação a S. Vicente (de Mértola ao cabo de S. Vicente)", Edição Caminus, Lisboa.

AA. VV., 1991, "Actas das IV Jornadas Arqueológicas. Investigação e Defesa do Património", Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.

AA. VV., 1994, "Lisboa subterrânea", Museu Nacional de Arqueologia, Electa, Milão.

AA. VV., 1995, (Ed. Julio Navarro Palazon), "Casas y palácios de al-Andalus", Lunwerg Ed..

AA. VV., 1997, "Noventa séculos entre a serra e o mar", (Coord. Maria Filomena Barata), Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

AA. VV., 1998, "Portugal islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo", (Coord. Cláudio Torres e Santiago Macias), Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

AA. VV., 1998, "Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental.", Casa de Velázquez, CSIC, Madrid.

AA. VV., 1999, "O Algarve, da antiguidade aos nossos dias.", (Coord. Maria da Graça Maia Marques), Edições Colibri, Lisboa.

AA. VV., 1999, "Terras da moura encantada – arte islâmica em Portugal", Museu sem fronteiras, Editora Civilização, Porto.

AA. VV., 2001, "La casa meridional. Correspondencias." (Dir. Gonzalo Díaz Recaséns), Junta de Andalucía, Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, Sevilla.

AA. VV., 2001, "La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano." (Coord. Jean Passini), Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

AA. VV., 2002, "La ciudad en l-Andalus y el Magreb." (Coord. Inmaculada Cortés Martínez), Actas II Congreso Internacional, Fundación El legado andalusí, Edições Colibri, Lisboa.

AA. VV., 2002, "Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)." (Coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes), Edições Colibri, Lisboa.

AA. VV., 2002, "Património Islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro", Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.

AA. VV., 2002, "Usos sociales del agua en las ciudades hispánicas de la edad media." (Coord. Maria Isabel del Val Valdivieso), Universidad de Valladolid.

AA. VV., 2003, "Levantamento arqueológico do Algarve – concelho de Albufeira", Câmara Municipal de Albufeira.

AA. VV., 2004, "Orlando Ribeiro, a casa e o mundo.", (Coord. Álvaro Costa de Matos e Rosa Barreto), Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

AA. VV., 2004, "Arquitectura Popular em Portugal.", Ed. Ordem dos Arquitectos, Lisboa.

AA. VV., 2004, "Portugal, Espanha e Marrocos, o Mediterrâneo e o Atlântico." (Org. Teresa Júdice Gamito), Universidade do Algarve, Faro.

AA. VV., 2005, "Arquitectura de Terra em Portugal." (Dir. Filipe Jorge), Argumentum, Lisboa.

AA. VV., 2005, "1755 – Terramoto no Algarve." (Coord. Alexandre Costa e Maria da Conceição Abreu), Centro Ciência Viva do Algarve, Faro.

AA. VV., 2006, "La maîtrise de l'eau en al-Andalus. Paysages, pratiques et techniques." (Dir. Patrice Cressier), Collection de la Casa de Velázquez, volume 93, Madrid.

AA. VV., 2007, "A Nova Lisboa Medieval." Actas do I Encontro (Coord. Núcleo Científico de Estudos Medievais, Instituto de Estudos Medievais, F.C.S.H. – U.N.L.), Edições Colibri, Lisboa.

AA. VV., 2007, "O Municipalismo em Portugal. 500 anos dos Forais Manuelinos do Algarve." (Coord. Maria da Graça A. Mateus Ventura), Edições Colibri e Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, Lisboa.

AA. VV., 2010, "Construir la ciudad en la Edad Media." (Ed. Beatriz Arízaga Bolumburu y Jesus Á. Solórzano Telechea), Instituto de Estudios Riojanos, Gobierno de la Rioja, Logroño.

AA. VV., 2010, "História da vida privada em Portugal – A Idade Média." (Dir. José Mattoso, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa), Edições Círculo de Leitores Temas e Debates.

Teses de Doutoramento.

DIEGO, Javier García-Bellido García De , 1999, "Coranómia, los universales de la urbanística. Estudios sobre las estructuras generativas en las ciencias del territorio.", resumo de tese de doutoramento apresentada na Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid.

HOTEIT, Aida Youssef ,1993, "Cultura, espacio y organización urbana en la ciudad islámica.", resumo de tese de doutoramento apresentada na Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid.

SHINAQ, Mazen Suleiman, 2001, "La ciudad musulmana y la influencia del urbanismo occidental en su conformación.", resumo de tese de doutoramento apresentada na Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, em 2000, com "Sobresaliente "cum laude"".

Outros.

Relatório da Campanha de 2001 da escavação arqueológica do “Poço Antigo, Cacela Velha” , Cristina Garcia.

Relatório Final da Intervenção Arqueológica do “Empreendimento do Castelo”, Silves, Archeoestudos,

“Guia de Portugal. Estremadura, Alentejo, Algarve.”, Fundação Calouste Gulbenkian, texto integral que reproduz a 1.ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927.